



# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## FICHA CATALOGRÁFICA

S586v Silva, João Bosco da  
Vila Bela à época de Luis de Albuquerque (1772-1789) / João Bosco da Silva. – 2006.  
139p. : il. ; color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-Graduação em História, 2006.

“Orientação: Profª Drª Maria de Fátima G. Costa”.

CDU – 94(817.2)

### Índice para Catálogo Sistemático

1. Vila Bela (MT) – História
2. Mato Grosso – História
3. Mato Grosso – Vilas Colônias – História
4. Vila Bela (MT) – Situação sócio-política (1772-1789)
5. Vila Bela (MT) – Situação econômica (1772-1789)
6. Cultura – Vila Bela (MT)
7. Cáceres, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e

**João Bosco da Silva**

**VILA BELA À ÉPOCA DE LUIS ALBUQUERQUE  
(1772 – 1789)**

**Cuiabá-MT**

**2005**

**João Bosco da Silva**

**VILA BELA À ÉPOCA DE LUIS ALBUQUERQUE  
(1772 – 1789)**

**Cuiabá-MT  
Outubro/2005**

**João Bosco da Silva**

**VILA BELA À ÉPOCA DE LUIS ALBUQUERQUE  
(1772 – 1789)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História/Mestrado em História, oferecido pelo ICHS da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em História, área de concentração: História, Territórios e Fronteiras; linha de Pesquisa 2: Fronteiras, Identidades e Transculturação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria de Fátima G. Costa.

**Cuiabá-MT  
Outubro/2005**

## **BANCA EXAMINADORA**

### **VILA BELA À ÉPOCA DE LUIS ALBUQUERQUE (1772 – 1789)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História/Mestrado em História, oferecido pelo ICHS da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em História, área de concentração: História, Territórios e Fronteiras; linha de Pesquisa 2: Fronteiras, Identidades e Transculturação, com a Banca Examinadora composta por:

Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Maria de Fátima G. Costa	- Orientadora
Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Helen Osório	- Examinadora Externa
Prof. Dr. Pablo Diener	- Examinador Interno
Prof. Dr. Otávio Canavarros	- Suplente

*A Olorum, e toda sua corte de Orixás.  
A minha família e a todos  
que me estenderam a mão com gestos e palavras  
em momentos em que me senti fragilizado  
para perseverar na busca do conhecimento*

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, inabalável matrona que me ensinou a ser perseverante e nunca desistir dos meus sonhos.

A meu pai, que no seu silêncio ensinou-me a ser menos intolerante com as pessoas.

À minha irmã, Professora Cristina que pacientemente leu, fez suas ponderações e corrigiu este trabalho.

A Ana Maria, minha irmã que sempre teve uma palavra para confortar-me.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Costa, que sabe ser intelectual sem perder a docilidade do ser humano. Suas palavras seguras e precisas deram-me segurança para começar e concluir este trabalho.

## RESUMO

O propósito deste trabalho é destacar a situação sócio-político, econômica e cultural da primeira capital de Mato Grosso, no período em que foi governador da capitania Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), buscando enfatizar as posições desse administrador com a Vila-Capital, especialmente no que se refere à salubridade. A baliza temporal justifica-se pelo fato do ano de 1772 ser o início da administração Pereira e Cáceres na capitania e 1789 o final de seu governo, que coincide com a chegada da “Expedição Filosófica”, chefiada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Para compreender as atitudes desse governante houve necessidade de recuar no tempo e perceber a edificação desta vila no início da segunda metade do Setecentos, 1751. Estudar Vila Bela à época de Luis de Albuquerque foi a maneira encontrada para compreender suas atitudes com a capital, especialmente no que se refere ao processo de reordenamento urbano da vila.

Palavras-Chaves: Vilas Colônias, América portuguesa, Mato Grosso.

## ABSTRAT

The purpose this work is to emphasize the situation partner-politic, economic and cultural of the first Capital of Mato Grosso, in period where was governor of capitany of Luis de Albuquerque Pereira e Cáceres (1772-1789), searching to emphasis the position this administrator with the Village-Capital, especially in what means. Healthy the temporal post justifies it self by the fact that year of 1772 be the beginning of Pereira e Cáceres administration in the capitany and 1789. Be the end of his government, what shooks with the arrival of the “Philosophical Expedition”, get a head by the naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira. To understand there governorator attitudes, there was need to get back time and realize the built of this village in the beginning second half of 700, 1751. To study Vila Bela in Luis de Albuquerque time was the found way to understand his attitudes with the capital, especially in what means about the urban reorder process of the village.

Crossword: Colony Village, Portuguese America, Mato Grosso

*A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance, o vivido, tal como ressaí das mãos do Historiador, não é o dos atores; é uma narrativa, o que permite evitar falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese de narrativa é tão espontânea quanto evocarmos os dez últimos anos que vivemos.*

Paul Veyne

## SUMÁRIO

<b>Lista de Abreviaturas.....</b>	<b>12</b>
<b>Índice de Tabelas.....</b>	<b>13</b>
<b>Índice de Figuras.....</b>	<b>14</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPITULO 1</b>	
<b>O Surgimento de Vila Bela da Santíssima Trindade .....</b>	<b>22</b>
<b>CAPITULO 2</b>	
<b>A Vila que o 4º Capitão General encontrou.....</b>	<b>49</b>
<b>CAPITULO 3</b>	
<b>Mudanças no espaço urbano da Vila-Capital.....</b>	<b>69</b>
<b>CAPITULO 4</b>	
<b>Entre Ruas e Travessas: Caminhando na Vila-Capital.....</b>	<b>90</b>
<b>CAPITULO 5</b>	
<b>A Festa de Santo Antonio dos Militares.....</b>	<b>113</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>124</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>130</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**AHU:** Arquivo Histórico Ultramarino

**APMT:** Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

**ICHS:** Instituto de Ciências Humanas e Sociais

**IHGMT :** Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

**NDHIR:** Núcleo de Documentação Histórico e Informação Regional

**UFMT:** Universidade Federal de Mato Grosso

## ÍNDICE DE TABELAS

### **Tabela 01**

**Mapa de População de Vila Bela e seus arredores em 1772.....51**

### **Tabela 02**

**Manutenção e Reforma de Espaços Públicos em Vila Bela.....85**

### **Tabela 03**

**Mapa de População de Vila Bela em 1789.....100**

### **Tabela 04**

**Comparação entre os Mapas de População de Vila Bela de 1772 e 1789.....101**

### **Tabela 05**

**Comparação entre população Masculina e Feminina de Vila Bela,  
acima de 40 anos, em 1772 e 1789.....102**

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 01: Planta de Vila Bela pensada por João Severiano da Fonseca.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 02: Planta Baixa de Vila Bela de 1773.....</b>	<b>62</b>
<b>Figura 03: Detalhes da Planta Baixa de Vila Bela de 1773 - Parte primitiva da vila.....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 04: Detalhes do Plano de Vila Bela de 1775.....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 05: Plano de Vila Bela de 1777.....</b>	<b>79</b>
<b>Figura 06: Plano de Vila Bela de 1780.....</b>	<b>80</b>
<b>Figura 07: Ruínas do quartel de Vila Bela.....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 08: Ruínas da rua do Fogo.....</b>	<b>87</b>
<b>Figura 09: Planta de Vila Bela de 1789.....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 10: Traçado da Igreja de Santo Antonio em Vila Bela (1950).....</b>	<b>107</b>
<b>Figura 11: Vista das Ruínas da Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, do Carmo e do Rosário (1906).....</b>	<b>110</b>
<b>Figura 12: Ruínas da Matriz de Vila Bela (1906).....</b>	<b>112</b>

## **INTRODUÇÃO**

No século XVIII, na administração de Sebastião José de Carvalho e Mello, ministro de D. José I (1750-1777), sob a influência da Filosofia das Luzes e buscando garantir o controle efetivo do império, a Coroa Portuguesa, entre outras medidas, ampliou o número de vilas e cidades planificadas nas colônias. Nesse projeto de expansão urbana estava embutida uma política de austeridade administrativa e econômica que visava tirar Portugal da crise em que vinha se arrastando desde a época da União Ibérica (1580-1640), além de possibilitar o conhecimento da quantidade exata de pessoas que nestes espaços habitava, o que também passou a ser condição necessária para o sucesso do empreendimento. A coroa portuguesa passa, então, a promover uma política de urbanização e planejamento de núcleos populacionais, nos seus espaços coloniais, notadamente na África e na América.

A capitania de Cuiabá e Mato Grosso surge em meados do século XVIII, quando as terras mais a oeste da América portuguesa foram desmembradas da Capitania de São Paulo, pelo Alvará de 9 de maio de 1748. Como o seu nome indica, reunia duas grandes regiões, a de Cuiabá e a do Mato Grosso, que se constituíram como duas Repartições distintas: a primeira, cujo núcleo principal era a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá fundada em 1719, às margens do Córrego da Prainha e elevada à categoria de vila em 1º de janeiro de 1727, na Baixada Cuiabana, região da bacia do Alto Rio Paraguai; a do Mato Grosso, na bacia do Alto Guaporé, que a partir de 1751 passa a ter Vila Bela da Santíssima Trindade, a Vila-Capital, como principal aglomerado urbano.

A maior expectativa da Coroa Portuguesa com a criação de Mato Grosso era garantir a posse efetiva dessas terras, pois o território que constituía a recém-criada capitania, de acordo com o Tratado de Tordesilhas (1492), ainda pertencia à Espanha.

Por sua situação fronteiriça é que a nova capitania deveria ter uma capital em um espaço estratégico, e a coroa sugere que seja edificada na Repartição do Mato Grosso, garantindo assim a ocupação e posse desse território.

Para administrar a Capitania de Mato Grosso foi escolhido como primeiro Capitão-General Dom Antonio Rolim de Moura Tavares, pessoa, na opinião da coroa lusitana, de grande zelo e prudência.

Rolim de Moura, após analisar vários povoados, escolheu Pouso Alegre, sítio localizado às margens do rio Guaporé, para edificar a futura sede do governo. Existiam outras localidades na região guaporeana com população mais acentuada que a de Pouso Alegre, entre as quais São Francisco Xavier, localizada na serra da Chapada de Santana. Mas a proximidade com o rio navegável, facilitando a comunicação fluvial com o Grão Pará, via Guaporé-Mamoré-Madeira, fez com que o Capitão-General escolhesse este local para a instalação da “cabeça da República” de Mato Grosso, mesmo sob suspeita e recomendação dos moradores locais de que aquele espaço muito sofria com as cheias do rio Guaporé.

A Vila-Capital, então, foi erigida em um terreno alagadiço, no qual, já se sabia, o Guaporé costumava derramar águas. Porém o lugar foi estrategicamente pensado para garantir a posse da vasta região da Repartição de Mato Grosso. A sua edificação consolidou o início da ocupação lusitana do extremo oeste da América portuguesa.

Tal como os novos núcleos coloniais lusitanos do século XVIII, Vila Bela da Santíssima Trindade foi planejada sob régua e compasso. Suas ruas simétricas, perpendiculares e em ângulo reto demonstram a arte do urbanismo português em terras da Colônia Brasil. Entretanto, como foi edificada muito próxima ao rio, seus moradores tiveram de conviver com o ciclo natural de suas águas: durante a temporada de cheia o Guaporé deixava parte da Vila-Capital alagada e na vazante o ar ficava pútrido, devido à decomposição de restos de animais e vegetais deixados nas margens, o que levava a população a conviver com regulares períodos de febres de todas as espécies, muitas delas mortais. Esse foi um dos maiores problemas que se impôs à nova Capital, exigindo dos seus administradores soluções constantes.

Mesmo sendo espaço insalubre, ali foi sediado o palácio governamental assim como todos os órgãos públicos e administrativos. E se passou a adotar uma política de atração a moradores, concedendo-lhes uma série de incentivos.

E Vila Bela logo pôde cumprir sua função de núcleo colonizador e abrigar a sede do governo de uma das capitanias mais estratégicas do Brasil, devido às riquezas que possuía, como também por sua vizinhança com uma região que pertencia à coroa espanhola. Administrada pelos oficiais da Câmara, ainda nos seus primórdios recebeu um Estatuto ou Código de Posturas (1753), instrumento legal que passou a regulamentar a vida dos cidadãos.

Compreender a história da Vila-Capital de Mato Grosso é percebê-la como guarnecedora da capitania em um momento em que as fronteiras ainda estavam por definir. Como também é entendê-la como símbolo da vitória da arte de planejar núcleos populacionais, numa representação do “bom governo” como aquele que concebe meticulosamente todos os detalhes do lugar a ser ocupado.

Em 1772 chegou à capital Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto Governador e Capitão-General que ali permaneceu até 1789. Ao longo dos seus dezessete anos de administração, além de incrementar uma arrojada política de fronteira, dedicou muita atenção à Vila-Capital, tendo promovido uma série de reformas urbanas. Para a maioria dos que estudam a história da região, este foi seu melhor governante colonial.

Nesta dissertação temos como propósito estudar Vila Bela da Santíssima Trindade no período em que Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi o governador da capitania, a saber, de 1772 a 1789; pretende-se enfatizar as atitudes político-administrativas por ele adotadas para a Vila-Capital, especialmente no que se refere às reformas urbanas e à salubridade. Pretende-se ainda demonstrar que durante o seu governo a Vila-Capital sofreu intenso processo de reformas urbanas, porém, seu quadro de insalubridade pouco mudou.

A pesquisa realizada, apesar de ter seu balizamento temporal demarcado entre os anos de 1772 e 1789, não esteve circunscrita apenas a este período. Para compreender as atitudes desse governante na administração da capital, especialmente no que se refere ao processo de re-ordenamento urbano da vila, houve necessidade de recuar no tempo e perceber a edificação desta vila desde o seu início, na segunda metade do Setecentos.

O suporte da investigação foi basicamente documental e bibliográfico. Trabalhou-se com os documentos manuscritos, conservados no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e no Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR) da Universidade Federal de Mato Grosso, que forneceram elementos para recriar aspectos da Vila-Capital durante o governo do 4º Capitão-General, bem com os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, aos quais se teve acesso por meio de cópias em CD-Rom, consultadas no NDIHR. A este conjunto, acrescentaram-se as fontes impressas e a bibliografia complementar pertinente.

Ricos em detalhes, os relatos de cronistas e viajantes também foram de extrema importância no ato de narrar sobre Vila Bela da Santíssima Trindade.

Por sua vez, as fontes iconográficas em específico as Plantas e os Planos da Vila, realizados durante o período em que Luis de Albuquerque dirigiu os destinos da capitania de Mato Grosso e Cuiabá e habitou em Vila Bela, deram a dimensão espacial da Vila-Capital.

O cruzamento das informações conseguidas nestas fontes foi que permitiu um conhecimento pontual do lugar e possibilitou que se adentrasse nas suas ruas, praças e até mesmo em alguns edifícios, como se verá ao longo deste estudo.

Recordando a afirmação de Paul Veyne (1998), quando observa que a história nada mais é do que uma narrativa de eventos e que o historiador nada mais faz do que selecionar, simplificar e organizar dados, dando logicidade aos fatos, é que se apresenta este trabalho intitulado **Vila Bela da Santíssima Trindade à época de Luis de Albuquerque (1772-1789)**.

Com base nos dados coletados, tenta-se reconstruir a vida urbana daquele núcleo populacional da Repartição do Mato Grosso, no período que Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres esteve à frente da capitania, procurando observar as transformações ocorridas na Vila-Capital. Destaca-se ainda a forma de viver, morar e produzir na vila e em suas adjacências, procurando evidenciar aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais desse núcleo populacional que servia de sede burocrática da capitania. Nesse estudo, foi dada particular atenção às atitudes de Luis de Albuquerque enquanto administrador preocupado em implementar projetos de reordenamento urbano da vila.

Este é o estudo que ora se apresenta como dissertação de mestrado. Seu corpo foi dividido em cinco capítulos que se complementam.

No capítulo 1, **Surgimento de Vila Bela da Santíssima Trindade**, partindo-se da idéia de cidade, são discutidos os fatores que levaram a coroa lusitana a edificar uma vila no extremo da América portuguesa e para lá levar o aparato burocrático da recém-criada capitania. Para tanto, analisa-se o governo dos três primeiros capitais-generais administradores e se introduz a política administrativa adotada por Luis de Albuquerque e Melo Pereira e Cáceres.

No capítulo 2, denominado **A vila que Luis de Albuquerque encontrou**, a Vila-Capital é apresentada à época da chegada de Pereira e Cáceres, para então se destacar os seus projetos para o perímetro urbano e realçar outros aspectos como população, estrutura urbana, guarnição, segurança e, especialmente, salubridade, aqui entendidos pontos básicos para a compreensão do cotidiano da capital. Enfatizam-se ainda as ações implementadas pelo 4º Governador em Vila Bela que visavam disciplinar o comércio local.

No capítulo 3, **Modificações no espaço urbano da Vila-Capital**, procura-se destacar os projetos implementados por Luis de Albuquerque com o intuito de redimensionar o perímetro urbano de Vila Bela, e assim tentar minimizar problemas que as cheias e vazantes do Guaporé causavam à Capital. No encerramento deste capítulo, ressaltam-se as reformas urbanas implementadas pela administração albuquerquina, como forma de minimizar a insalubridade da capital.

No capítulo 4, **Entre ruas e travessas: caminhando pela Vila-Capital**, busca-se compreender alguns aspectos do cotidiano, visando avaliar pontos salubres do dia-a-dia de uma vila Setecentista, para tanto se escolheu para análise a questão de abastecimento e gêneros, conservação urbana e os templos. O objetivo essencial deste capítulo é perceber, através de aspectos corriqueiros, a arte de morar, viver e trabalhar na Vila-Capital de Mato Grosso.

Já no capítulo 5, **A Festa de Santo Antônio dos Militares em Vila Bela**, analisa-se esta comemoração com o intuito de destacá-la como reafirmação do Antigo Regime na Vila-Capital de Mato Grosso. Entre as várias festas realizadas durante o longo governo de Pereira e Cáceres, escolheu-se a do padroeiro dos militares por compreender-se que nela se percebem com mais nitidez as preocupações do 4º Capitão-General com a lusitanização da vila, ressaltando hábitos e costumes portugueses em terras americanas. Durante este festejo, Luis de Albuquerque mostrava-se como verdadeiro representante do monarca luso. Nesta festa havia manifestações

peculiaridades para a compreensão das práticas culturais do Antigo Regime em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Ao final, deseja-se que os conteúdos tratados no conjunto dos capítulos se dirijam a um fechamento no qual se espelhem os anos durante os quais Luis de Albuquerque governou Mato Grosso e residiu na Vila-Capital.

Pensar Vila Bela da Santíssima Trindade no final do século XVIII, mais especificadamente entre 1772 e 1789, significou refletir sobre as representações em uma determinada sociedade, já que práticas e representações são indissociáveis e, como tal, umas refletem nas outras.

Partindo desse pressuposto, tentou-se entender como as representações de um “bom” e “ordeiro” governo estiveram presentes na Vila-Capital durante a quarta administração da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Espera-se que este escrito, de uma maneira ou outra, colabore para um repensar sobre o urbanismo português na América, especialmente nas regiões interiores, como é o caso de Mato Grosso.

## **CAPÍTULO 1**

### **SURGIMENTO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**

Desde a antiguidade que a cidade vem exercendo fascínio sobre os pesquisadores. Desperta paixões, emoções e encantos, seja pelo seu conjunto arquitetônico, seja por sua forma de governo ou sua organização econômica.

A cidade, entretanto não é apenas um conjunto de edificações públicas e privadas; são as práticas sociais que fazem-na verdadeiramente existir. Se não houver as práticas humanas como entre outras do habitar, comprar, vender, trabalhar, regras que normalizem o viver das pessoas, a cidade tornar-se-ia apenas uma experiência visual, ou seja, existiria apenas na representação de seus idealizadores e não na concretude. Assim, *os traçados de ruas, [...] os vazios das praças cercados por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço é que dão vida aos territórios*<sup>1</sup>, é ali que se desenrolam as tramas os afetos e fatos humanos.

O ideal de cidade em que houvesse equidade e seus habitantes fossem felizes, é sonho perseguido por arquitetos, edificadores e governantes. Mas, como bem adverte

---

<sup>1</sup> Maria Stella Brescianni. *História e Historiografia das cidades, um percurso*. In: *Histotografia Brasileira em Perspectiva*. Contexto: São Paulo-SP, 2003. p 237.

Argan (1998), a *chamada cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real*<sup>2</sup>.

Partindo desse parâmetro, tal busca tem sido meta de todos aqueles que procuram desenvolver projetos visando à melhoria da qualidade de vida de moradores. Portanto, *a cidade é o espaço onde a experiência da vida coletiva é mais intensa, onde a cidadania [...] regula e se faz presente nas regulações do poder*.<sup>3</sup>

O poder também faz parte do cotidiano da cidade. É no espaço citadino que tem lugar os jogos e disputas, como ocorriam nas polis gregas, cujas lutas não eram somente de idéias e sim de práticas cotidianas de poder político. Ele é um espaço considerado ideal para os homens livres exercerem sua cidadania e se sentirem integrante de uma comunidade.

Para Lewis Mumford (1998), o nascimento da cidade está interligado ao aparecimento da escrita. As aldeias primitivas aos poucos foram dando lugar a centros urbanos com leis específicas que regulamentavam o viver, passando com isso a ser um símbolo de possibilidade de organização política e social. *Utopia foi uma parte integrante da constituição original da cidade, precisamente porque tomou forma no início, como uma projeção ideal, como uma representação do cosmo, um meio de trazer o céu a terra*.<sup>4</sup>

O autor argumenta que inicialmente a cidade existe como uma utopia, não como algo impossível de se realizar, mas como um modelo ideal, perfeito. Daí a comparação da cidade com o cosmo, no qual tudo ocorre com perfeição e harmonia. É a esse modelo de perfeição que todos queriam seguir e, como habitantes dos centros urbanos, seriam seres perfeitos em um espaço perfeito.

Esse modelo de perfeição é retomado com a Renascença, quando a chamada Revolução Urbana transforma a Europa, e a busca da cidade perfeita é perseguida por idealizadores de ambientes urbanos. O ser humano deveria unir seu conhecimento intelectual ao progresso econômico, político, social e cultural com o intuito de afastar-se toda e qualquer forma ignorante de pensar e agir. O movimento da Renascença valorizava não só a beleza do saber, mas também a estética, materializada nas formas arquitetônicas das edificações urbanas.

---

<sup>2</sup> Giúlio Carlo Argan. *História da Arte como História da Cidade* (Tradução Píer Luigi Cabra) 4ª ed. Martins Fontes. São Paulo-SP, 1998. p. 74.

<sup>3</sup> Francisco Salvador Veríssimo. *Vida Urbana: A evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Ediouro. Rio de Janeiro-RJ, 2001. p.16.

<sup>4</sup> Lewis Mumford. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. (Tradução Neil R. da Silva) 4ª ed. Martins Fontes. São Paulo-SP, 1998. p. 43

Já no o final do século XVII, a Europa vai ver nascer a Filosofia das Luzes, por meio da qual a ciência buscava explicar os diversos aspectos da sociedade. De uma forma geral todos os setores foram afetados pelas novas idéias, cujo enfoque principal era a razão humana. Procurava-se com o uso da ciência resolver os problemas, desvinculando a fé da razão.

Com o Iluminismo, planejar ambientes saudáveis passa a fazer parte da arte de edificar. As ruas alargaram-se, jardins são planejados e o retilíneo das avenidas representa a sociedade caminhando para a civilidade e o progresso.

No século XVIII Portugal e todo seu império colonial também foram alcançados por essa maneira de planejar. Espalha-se pela América Portuguesa, especialmente a partir da segunda metade deste século, projetos urbanísticos concebidos sob régua e compasso. E é nesse contexto que Vila Bela da Santíssima Trindade, surgida para ser a Capital da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, deve ser entendida e estudada.

O projeto político de planificação de ambientes urbanos portugueses teve seu período de auge durante o reinado de D. José I (1750 – 1777), mas, desde o governo de D. João V se vêem planos urbanísticos na América portuguesa como o da Vila de Mocha (1716) na região do Piauí.<sup>5</sup> Portanto, as práticas pombalinas, no que se refere à planificação de vilas e cidades, já advêm do período joanino. E, como ressaltado por Maria de Fátima Moraes (2003):

*[...] as reformas praticadas por Pombal não impuseram rupturas ou mudanças significativas no processo de planificação português, mas ao contrário, representaram um desenvolvimento lógico dos objetivos colonizadores<sup>6</sup>.*

Diferente da ação colonizadora espanhola, que procurou desde o início edificar ambientes urbanos planificados, até o século XVII Portugal mantinha a tradição de ruas em ladeiras tortuosas e íngremes, formando labirintos intrincados e irregulares, edificando casarios em pequenos espaços.

---

<sup>5</sup> Roberta M. Delson. *Novas Vilas para o Brasil Colônia – Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Edições ALVA CIORD. 1997. p. 4.

<sup>6</sup> Maria de Fátima M. L. de Moraes. *Vila Maria do Paraguai: Um espaço planejado para consolidar a fronteira Oeste(1778-1801)* Dissertação de Mestrado. UFMT.2003. p. 48.

Pode-se considerar o século XVIII, especialmente durante o ministério pombalino, como a época de consolidação da tradição portuguesa de cidades de caráter geométrico, regular e planejada. Por todos os lados na América portuguesa e também na África ouve-se notícia de funcionários do Estado lusitano criando novas vilas<sup>7</sup>.

A planificação das vilas e cidades no império colonial português objetivava ter maior controle sobre as pessoas que habitavam espaços urbanos, transformá-lo em verdadeiro lugar de colonização lusitana. No caso de Mato Grosso buscava-se também que o recém-conquistado território na fronteira oeste garantisse frente à Coroa Espanhola a posse e uso do espaço.

Pois, em meado do Setecentos, Portugal procurou efetivar oficialmente a posse de um vasto território no continente sul-americano que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas (1494), era terra de Espanha. Esta pretensão, como assinala Oliveira (2003), foi motivada:

*Primeiro por serem ricas em minerais depositados em seu subsolo [...] além de possuírem 'drogas do sertão', [...] e um segundo motivo referia-se ao potencial de navegação oferecido pelos leitos dos rios que nasciam na Capitania de Mato Grosso e corriam sentido norte-sul do continente, formando verdadeiros corredores de ligação com o litoral através do caminho das águas [...]*<sup>8</sup>.

Com essa intenção, foi criada a capitania de Cuiabá e Mato Grosso com suas duas Repartições: a do antigo núcleo do Cuiabá e a do recente Mato Grosso, na região do Guaporé.

A nova capitania necessitava de uma sede política, e conforme Instruções recebidas pelo primeiro governador e Capitão-General, D. Antonio Rolim de Moura, deveria ser escolhido um lugar estratégico para edificá-la:

*Atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do governo se pusesse neste distrito [...] Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru [...]*<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Magnus Roberto de Mello Pereira. *Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino*. In: Revista Agora. Volume: 1. Nº 1. Editora da UNISC: Santa Cruz do Sul, março de 1995. p. 71.

<sup>8</sup> Edevamilton de Lima Oliveira. *A Povoação Regular de Caslavasco e a Fronteira Oeste do Brasil Colonial (1783-1802)* Dissertação de Mestrado. UFMT: Cuiabá-MT, 2003. p. 28.

<sup>9</sup> Instruções aos Capitães Gerais. IHGMT: Cuiabá-MT, 2001. p. 12.

Obedecendo às recomendações recebidas da Coroa, Rolim de Moura então edifica a sede do governo estrategicamente na Repartição do Mato Grosso, tendo como preocupação principal garantir o seu povoamento e com isso efetivar a posse dessa região ao Império Português.

Ainda na mesma 'Instrução', a rainha, D. Mariana de Áustria, recomenda que neste Distrito aumentasse a população e se criasse um destacamento da Companhia de Dragões para dar maior respeitabilidade ao empreendimento, visto que a presença de número considerável de pessoas naquela região representava aspecto vivo dos hábitos, costumes e cultura portuguesa, como também em momento adequado poderia significar braços para ajudar a Companhia de Dragões a guardar os interesses da Metrópole em terra fronteiriça e conflituosa.

No 3º parágrafo das mesmas Instruções a D. Antônio Rolim de Moura, a soberana explicita:

*[...] vos recomendo que examinando os sítios daquele distrito, onde bem possa colocar-se a vila, escolha o mais próprio para a sua estabilidade e o mais cômodo pelas suas circunstâncias, [...] e, quanto for possível, vizinho ao rio Guaporé ou a algum outro navegável que nele deságua para lograr as comodidades da navegação e da pesca*<sup>10</sup>.

Assim, Rolim de Moura ergue a capital à margem do rio Guaporé e lhe dá o nome de Vila Bela, colocando-a sob as bênçãos da Santíssima Trindade. Surge então Vila Bela da Santíssima Trindade. Entretanto, Moura Tavares, talvez atentando particularmente às questões de fronteira, a edificou muito próximo ao rio Guaporé e isso fez com que a Capital de Mato Grosso e Cuiabá sofresse com os infortúnios das cheias guaporeanas, como se verá mais adiante.

E na mesma Instrução a rainha ainda ordena: *Tereis também o cuidado de mandar traçar as ruas direitas e largas, o mais que vos parecer conveniente, para que a mesma vila desde o seu principio se estabeleça com boa direção*<sup>11</sup>.

Vila Bela nasce, pois, sob a ótica da filosofia do planejamento e edificações urbanas do século XVIII, cujo uso racional do espaço deveria representar uma postura política. A praça, as ruas retas entrecortadas, o uso racional do perímetro urbano, as

---

<sup>10</sup>Instruções aos Capitães-Gneenrais. Idem. Op. cit. p. 12.

<sup>11</sup> Idem. Ibidem. p. 12.

edificações públicas em espaços estratégicos eram o exemplo típico dessa arte de bem construir.

Os habitantes das vilas e cidades planejadas deveriam seguir normas e regras específicas para construir suas residências, pensando no decoro que melhor estivesse adequado aos espaços urbanos.

Esses núcleos urbanos deveriam representar a vitória da ordem e do controle sobre as ocupações casuais que a elas antecederam, visto que a nova arte de edificar requeria que se pensasse o espaço antes de ser edificado, tendo a praça, sobretudo como torneadora de ruas, travessas e edificações. Esse padrão de ocupação, no pensamento de Maria Fernanda B. Bicalho:

*Apresentava-se como núcleo administrativo, comercial, fiscal e militar, ponto de intersecção dos monopólios e dos interesses de colonizadores e colonos, sintetizando, desta forma, exercício da dominação metropolitana sobre a região<sup>12</sup>.*

Vila Bela é um exemplo desses espaços planejados, cuja praça principal orientava a direção das outras edificações, demonstrando racionalidade e decoro tanto nos edifícios públicos quanto nos privados. De acordo com as anotações feitas por João Severiano da Fonseca, médico-viajante que esteve em Vila Bela no século XIX:

*O plano de construção da cidade seria o de um quadrado, mais ou menos, formado por quatro quarteirões regulares. Duas ruas paralelas, cortadas perpendicularmente por outras tantas travessas e cortado todas uma praça central, faziam a separação dos quarteirões. As ruas vinham sair perpendicularmente ao rio; as travessas seguiam na direção do seu curso. O terreno entre as quatro ruas centrais, dispostas em cruz, quase só era ocupado por estabelecimentos públicos<sup>13</sup>.*

Planejada e edificada por D. Antônio Rolim de Moura, que governou a capitania entre 1748 e 1765, com todo aparato para ser sede governamental, a partir da praça nela fora construída a Casa da Câmara, Palácio Governamental, cadeia, Casa de

---

<sup>12</sup> Maria Fernanda B. Bicalho. Idem. Op. Cit. p. 44.

<sup>13</sup> João Severiano da Fonseca. *Viagem ao Redor do Brasil*. Volume: 2. Typografia de Pinheiro e Cia. Rio de Janeiro-RJ, 1881. p.108.

O fato de usar as anotações feitas por esse viajante que esteve na referida vila no final do século XIX, 1876, em estudo da Vila-Capital no Setecentos, é uma forma de perceber como era o plano inicial da cidade, como também demonstrar que as primeiras edificações todas são muito próximas do rio Guaporé, tendo a praça como referência para outras construções.

Fundição. Sua edificação visava ser a representação maior da posse da coroa portuguesa na Repartição do Mato Grosso.

Nota-se a preocupação com os ângulos retos das ruas e travessas, típica dos núcleos populacionais planejados no século XVIII. O desenho de João Severiano dá uma idéia de como era a Vila-Capital, pensada em Lisboa e edificada na Repartição de Mato Grosso (Figura 01). Nele, tendo como parâmetro a praça, no desenho, nota-se, ao norte o Palácio do Governo que é separado da Matriz por uma pequena praça e, atrás da igreja, o cemitério. Logo a seguir, armazéns apartados cada qual por uma rua, no sul o quartel, a oeste a Casa da Câmara e cadeia. Do lado esquerdo, está um oratório. Tanto a Casa de Fundição, quanto a Intendência do Ouro localizam-se na rua que passa em frente do Palácio. As igrejas do Carmo e Santo Antonio estavam edificadas na rua que dava acesso ao porto da vila.

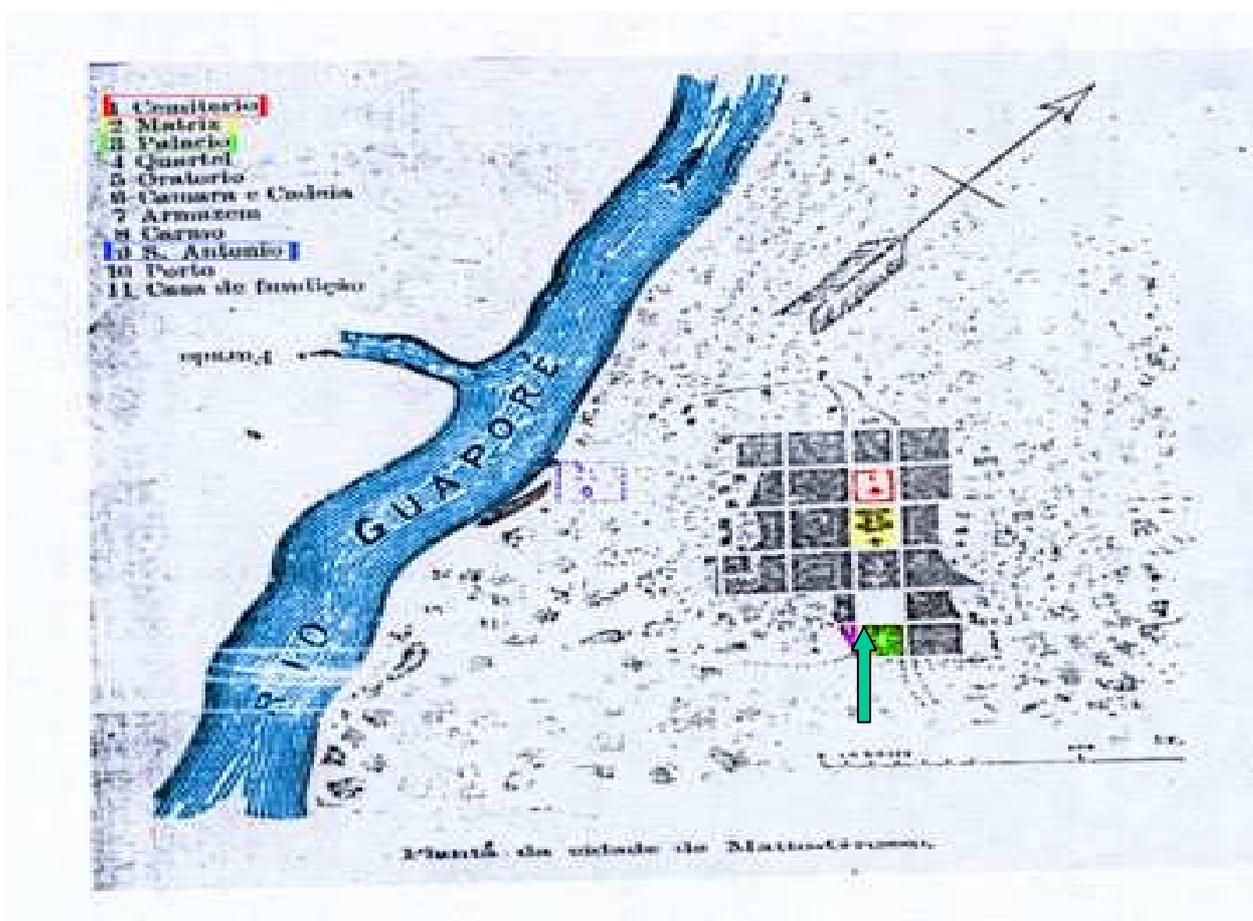


Figura 01: Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade, 1886.

Fonte: João Severiano da Fonseca. *Viagem ao Redor do Brasil..* Volume 2, 1880. p 107

Autor desconhecido.

A seta em cor verde indica a praça principal da vila.

De acordo com essa figura a Vila-Capital tinha uma estrutura pensada para ser funcional, com ruas retas e largas, Severiano da Fonseca também informa que as casas foram edificadas com solidez para resistir ao tempo.<sup>14</sup> Por isso, as terras eram cedidas pela Câmara de Vereadores para a construção de casas a particulares, que deveriam seguir um padrão de decoro condizente com a função que Vila Bela exercia no contexto da política urbanística portuguesa na América.

É destacável nesse desenho que mesmo tendo toda preocupação em delinear as ruas e travessas, as edificações são extremamente próximas do rio, fato que provocava as agruras epidêmicas nos moradores da vila, tanto no período de cheias, quanto no período de vazantes.

Durante o reinado de D. José I nada menos que 118 novos núcleos populacionais foram criados na América portuguesa<sup>15</sup>, porém, no contexto da política de urbanização lusitana na América, Vila Bela da Santíssima Trindade guardava em si especificidades indeléveis, porque servia de sede política de uma capitania que fazia fronteira com as terras da coroa espanhola e por isso, era uma espécie de antemural de toda a colônia, devido a sua situação geográfica.

Esta vila começa a ser idealizada em Lisboa a partir de 1748, com a insígnia de ser sede política de um espaço fronteiriço. Logo que começou a ser edificada às margens do belo e navegável rio Guaporé, a vida de seus moradores passou a ser regulamentada por um minucioso Código de Posturas, colocado em prática já a partir de 1753.<sup>16</sup>

D. Antonio Rolim de Moura Tavares, o primeiro governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, seguindo as ordens metropolitanas, escolheu o lugar estratégico onde seria edificada a Vila-Capital.

*Em novembro, de 1751 com a estação das águas ele resolveu ir observar pessoalmente a enchente daquele verão.[...] Encontrou ali tudo o que uma vila precisava: boa água, campo, floresta e via de comunicação esplendida. E se encantou com a beleza de um sítio chamado 'Pouso*

---

<sup>14</sup> João Severiano da Fonseca. Idem. Op. Cit. p.108.

<sup>15</sup> Aroldo Azevedo. *Vila e cidades do Brasil colonial(Ensaio de Geografia)* USP – FFCL.Boletim8. Geografia nº 11:São Paulo – SP.P.35.

<sup>16</sup> Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara de Vila Bela de 1773. In: Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus. Revista Territórios e Fronteiras. Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Volume 3. Nº1. Cuiabá-MT, jan-jun/ 2002. p. 129 a150. Este documento pertence ao APMT, mas por conservação encontra-se fora de consulta.

*Alegre'. Atendia em tudo os requisitos reais e ficava à beira do Guaporé*<sup>17</sup>.

Deve-se ter em conta que a Vila do Bom Jesus do Cuiabá, fundada em 8 de abril de 1719, sendo o primeiro núcleo colonizador foi descartada para ser a Capital da Capitania nitidamente por questões de alargamento e definição de fronteira.

Da mesma maneira, Rolim de Moura escolheu Pouso Alegre em detrimento dos antigos arraiais que já existiam na região guaporeana - Repartição de Mato Grosso - tais como Aldeia de São João, Destacamento das Pedras, São José, Santa Ana da Chapada e São Francisco Xavier, que até certo ponto já estavam consolidados e povoados.

O fato de estar à margem de um rio navegável que facilitaria a comunicação da futura vila com o Grão Pará, despertou o interesse de D. Rolim para que o local denominado Pouso Alegre fosse escolhido para ali edificar a futura Vila-Capital.

Por outro lado, ainda é conveniente destacar que o arraial de São Francisco Xavier era mais freqüentado, contudo muito doentio, por isso era inconveniente que nesse espaço se erigisse a residência principal do governo.<sup>18</sup> Pouso Alegre também era um lugar doentio, porém como salienta Afonso Veiga (2001) a escolha desse local para a edificação da capital prende-se ao fato de estar à margem do Guaporé e situado estrategicamente num ponto extremo ocidental da Capitania, salvaguardando a posse portuguesa sobre esses territórios<sup>19</sup>.

Os requisitos acima pesaram na escolha de Pouso Alegre para edificar a futura capital, visto que à medida que se processava o avanço do povoamento para o interior, crescia a preocupação patente na escolha dos sítios urbanos em que houvesse água e facilidade de comunicação, dois elementos vitais para a existência e sobrevivência dos aglomerados urbanos.<sup>20</sup>

É interessante que se destaque que só em março, mais precisamente no dia de São José (19 de março), mês em que começa o período de vazante do Guaporé, é que D. Rolim:

---

<sup>17</sup> Otávio Canavarros. *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727-1752)* Ed. da UFMT: Cuiabá-MT, 2004. p. 323.

<sup>18</sup> Idem. Op. Cit. p. 12.

<sup>19</sup> Afonso Costas Veiga Santos. *Luis de Albuquerque de Mello e Cáceres: Capitão-General e Governador de Cuiabá e Mato Grosso*. Edição RISMA. Arouca. 2001 p. 71.

<sup>20</sup> Aroldo de Azevedo. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana)* USP – FFCL. Boletim 8. N° 28. Geografia N° 11. São Paulo-SP, 1956. p. 71.

*[...] junto aos Bons e Povo destas minas, numa casa que se armou coberta de toldas no lugar da praça, se fez o ato de criação da vila, levantando-se também o Pelourinho abrindo o primeiro Pelouro, dando-se aos vereadores e aos Oficiais da Milícia providos por Sua Excelência, João Pereira da Cruz, Capitão Mor, Francisco de Sales Xavier, Sargento Mor, Antonio Silveira Borges, Capitão, e ao Ajudante João Nunes de Melo. Esperou todo mês de fevereiro e entrando março, e como se observou que o rio com a enchente não vencia o barranco, se puseram editais para se convocar o Povo ao levantamento da vila<sup>21</sup>.*

Queria ele, segundo Otávio Canavarros, constatar o nível da cheia do citado rio para então fundar Vila Bela da Santíssima Trindade.<sup>22</sup>

De acordo com Provisão Régia de cinco de agosto de 1746, vários incentivos seriam dados às pessoas que optassem por fixar moradia ali, entre os quais pode-se citar:

*Pagamento de meio quinto ou meia capitação, não pagamento dos direitos de entrada e o não pagamento dos dízimos por tempo de doze anos, não execução por dívidas contraídas fora da vila e de seu distrito dentro de três anos<sup>23</sup>.*

Portanto, a coroa portuguesa de tudo fez para atrair moradores para a capital de Mato Grosso e, com esse processo, garantir a posse efetiva da região que se conquistava da América espanhola, pois como bem observou Canavarros,

*Era importante para os portugueses a criação de uma vila no Extremo Oeste que auxiliasse o povoamento. [...] No início, a vila se resumia a um tronco de piúva, servindo de pelourinho. Fincado no meio do descampado, sinaliza o centro da futura praça. [...] <sup>24</sup>.*

Em carta de 22 de novembro de 1752 a Dom José I, rei de Portugal, Rolim de Moura argumenta:

---

<sup>21</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1734.* In: Revista do APMT. Volume: 2. Cuiabá-MT, Set. 1982 - fev 1983.

<sup>22</sup> Otávio Canavarros. Idem. Op. Cit. p.323

<sup>23</sup> Idem. Op Cit. p. 42.

<sup>24</sup> Idem Ibidem Op.Cit p. 324.

*Escolhi para a praça principal um terreno mais alto e fora de todo o risco das cheias [...] distante do rio quinhentos passos [...] com os quatro lados da dita praça [...] determinei o que fica ao oriente para a matriz e do poente para as Casas da Câmara, e do norte para as residências e do sul para quartéis. Saem de cada ângulo da mesma praça duas ruas em direitura cada uma de cada um dos lados [...] e lhe dou setenta palmos de largo.[...] As casas todas vão bem perfiladas [...] enquanto a igualdade e simetria das fachadas me têm relaxado.[...] As casas que agora fazem não são muito dura, por serem de pau-a-pique<sup>25</sup>.*

Percebe-se através desta carta que desde o princípio houve preocupação com o espaço urbano da Vila-Capital, as casas perfiladas, a simetria das ruas, e a praça como principal edificação da vila, orientando as outras construções.

A edificação da Vila-Capital salvaguardava aos portugueses, além da navegação do Guaporé, as bacias dos rios Alegre e Aguapei, assegurando com isso o livre tráfego comercial para os lusos através desses dois rios.<sup>26</sup>

Como parte da política urbanística setecentista a edificação de Vila Bela da Santíssima Trindade na fronteira com as terras da América espanhola constituía uma vitória e representação de poder do Estado luso no extremo oeste da América portuguesa, de acordo com Maria Fernanda B. Bicalho (1998):

*As cidades e vilas colônias tornaram-se cenários privilegiados da dinâmica do poder do Estado metropolitano nos territórios, principais centros urbanos, palco físico e simbólico das estruturas do poder político e econômico da Metrópole, espaço de sua plena visibilidade e ao mesmo tempo lugar no qual nada deveria escapar à sua ação e controle<sup>27</sup>.*

D. Antonio Rolim de Moura dirigiu os destinos da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso desde sua criação em 1748 até 1765. Durante seu governo procurou prover a nova cidade de construções que respondessem a seu papel de capital, assim em 1752 erigiu:

*Quase sobre o Porto uma capelinha coberta de palha dedicada a Santo Antonio, [...] uma capela maior, dedicada também a Santo Antonio, na praça e lugar destinado para se fazer a Matriz da Santíssima Trindade.*

<sup>25</sup> Carta de D. Antonio Rolim de Moura ao rei de Portugal Dom José I (22/10/1752).Suplemento Mensal do Diário Oficial do Estado. Ano 1. Nº 8. Cuiabá-MT, 1987.

<sup>26</sup> Afonso Costa Santos Veiga. Idem. Op. Cit. p. 72.

<sup>27</sup> Maria Fernanda B. Bicalho. *o urbanismo Colonial e os símbolos do Poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII*. In: Estudos ibero-americanos. PUCRS. Vol. XXIV. Nº 1, junho 1998. p. 43.

*[...] Os quartéis para os Dragões, cuja casaria ocupa o lado sul da praça [...], casa para os Governadores, primeira que se cobriu de telha que ocupa o lado norte [...]*<sup>28</sup>.

A Casa da Câmara também foi erigida em 1752, porém não de imediato, por isso o Capitão-General *permitiu que os oficiais da Câmara e aos de Justiça, fossem residir na Chapada e ali fizessem as vereanças de pressa [...]*<sup>29</sup>.

*Em meados de 1753 foi instalada solenemente a nova Casa de Fundação em Vila Bela*<sup>30</sup>. *No fim deste ano [...] a ponte do rio Sararé, [...] e vala que divide a vila da várzea que vai até o rio [...]*<sup>31</sup>.

*A 21 de novembro de 1754 se benzeu a capela N.S. Mãe dos Homens [...]*<sup>32</sup>.

Nota-se nos *Anais de Vila Bela* que desde o governo de Rolim de Moura havia preocupações com edificações seguras, pois tanto os quartéis quanto a casa dos Governadores foram edificadas com alicerces de pedra e barro, demonstrando zelo com construções propícias para a vila Cabeça da República. Mas também é bom que se ressalte que as doenças e epidemias eram preocupação cotidiana, visto que os referidos *Anais* tratam por diversas vezes desse tema durante o governo de D. Rolim, entre os quais pode-se citar:

*[...] com a vazante deste ano [1751] começaram a picar as sezões nesta vila geralmente e todos as padecendo por bastante meses[...] Procediam esta doença, não só de estarem estes ares brutos, mas principalmente pela muita falta de víveres para o sustento, ainda dos que produz o País.[...]*

*No ano de 1753 [...] nem na enchente nem na vazante, experimentou esta vila doença alguma [...]*

*Neste ano [1754] botou por fora o rio, alagando ainda palmo e meio mais do que o ano de antes, mas nem na enchente nem na*

---

<sup>28</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o Descobrimento do Sertão de Mato Grosso no ano de 1734*. Idem. Op. Cit. p. 61.

<sup>29</sup> Ibidem. p. 61.

<sup>30</sup> Paulo Pitaluga da Costa e Silva. *Casas de fundição em Mato Grosso*. Fundação Cultural de Mato Grosso: Cuiabá-MT, 1977. p. 29.

<sup>31</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o Descobrimento do Sertão de Mato Grosso no ano de 1734*. Idem. Op. Cit. p. 62.

<sup>32</sup> Ibidem. p. 62.

*vazante se experimentou doença alguma, antes cada vez vai se apurando mais a saúde e os ares da vila*<sup>33</sup>.

Percebe-se nesses relatos que mesmo não havendo indícios de epidemias em dois anos consecutivos, existia uma preocupação, por isso destacar com nitidez ausência de doenças, tão comuns em outros anos, como se perceberá no decorrer deste trabalho.

Por outro lado já no ano de seu estabelecimento, a Vila-Capital convive com a escassez de alimento; como informa os *Anais de Vila Bela*, faltavam víveres para o sustento da população, porque:

*[...] não havia mais que feijão e toucinho, e ainda este com trabalho se alcançava dos sítios antigos da Chapada, em novembro desde ano começou a haver corte de carne de vaca, com boiada que do Cuiabá meteu José Roque da Silva, com preço de duas oitavas a arroba*<sup>34</sup>.

Estas observações possibilitam perceber que houve desde o princípio preocupações com o abastecimento do espaço urbano e incentivos para que as pessoas produzissem gêneros alimentícios básicos para seu sustento. Pode-se destacar deste fato como forma de manter as pessoas morando na própria vila como em seus arredores, já que era de interesse da coroa portuguesa povoar a Repartição de Mato Grosso, e com isso garantir a posse efetiva da região.

Apresentar uma vila funcional, com pessoas comprando, vendendo e negociando, mercadorias chegando, víveres sendo criados, lavouras produzindo, edificações sendo levantadas, era uma forma de demonstrar que o espaço além de ocupado estava constituindo-se como um núcleo colonizador.

Ainda é possível destacar no governo de D. Rolim de Moura a criação das *Companhias de Ordenanças de Homens Brancos, de que foi Capitão Antonio da Silveira Fagundes Borges; a dos pardos de que era Capitão Baltazar de Brito e Rocha; e a dos pretos, de que era Capitão Henrique Cavaco* [...] <sup>35</sup>.

As companhias de Ordenanças eram forças militares que tinham como objetivo manter a segurança do território. Eram importantes instrumentos em uma região

---

<sup>33</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1734*. Revista do Arquivo Público de Mato Grosso: Cuiabá – MT vol. 1 nº 2. Set. 1982. p. 61 e 62.

<sup>34</sup> Idem. Op. Cit. p. 61.

<sup>35</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1734*. Idem. Op. Cit. p. 62.

fronteiriça disputada por duas coroas. Por isso, seguindo recomendações da metrópole, D. Rolim criou de imediato tais companhias<sup>36</sup>.

A construção da cadeia da vila, entretanto, só começou em 1761, tendo como encarregado João Raposo da Fonseca Godóes, que a edificou no valor de 2.700 oitavas de ouro<sup>37</sup>.

Em 1755 a vila tinha *47 fogos, 538 pessoas de confissão e comunhão, bastantes sítios de lavouras e alguns princípios de fazenda de criar gado*<sup>38</sup>.

Henrique B. Rohan, nos Anais de Mato Grosso (2001), informa que em 1758:

*A agricultura florescia e já iam estabelecendo gado vacum onde também se criavam carneiros. Do cacau que espontaneamente cresceu pelas margens do Guaporé se fazia chocolate para o consumo: além de todos esses recursos locais conseguiu o general que os comerciantes de Arariguaba (mais tarde Porto Feliz, às margens do Tietê) viessem com suas canoas até Vila Bela*<sup>39</sup>.

Viu-se, pois, que Rolim de Moura não só implantou como organizou funcionalmente a Capital da nova capitania.

Em 1765, chegou a Vila Bela João Pedro da Câmara, para substituir aquele governador. Entretanto seu tempo em Mato Grosso foi muito breve, apenas três anos, uma vez que já em 1768 foi substituído.

No que tange à capital de Mato Grosso, Pedro Câmara prorrogou por mais dez anos o direito do não pagamento do quinto do ouro, cujo objetivo continuava sendo o de incentivar pessoas a ir habitar a Repartição do Mato Grosso, especialmente Vila Bela. Vale notar que no início desse governo *não foi pequena a falta que houve de alguns víveres do reino, como sal e vinho. Aquele se chegou a vender a medida a três oitava de ouro*<sup>40</sup>.

Também é destacável a tentativa que os espanhóis de Santa Cruz de la Sierra fizeram, no início do ano de 1766, de invadir Vila Bela, sendo necessário que o governador organizasse forças militares para defender aquela capitania.<sup>41</sup>

---

<sup>36</sup> Instruções aos Capitães-Generais. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 14.

<sup>37</sup> Henrique de B. Rohan. *Anais de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 53

<sup>38</sup> Augusto Leverger (Barão de Melgaço) *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p.42.

<sup>39</sup> Henrique de Beurepaire Rohan. *Anais de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 53.

<sup>40</sup> Joaquim da Costa Siqueira. *Crônicas do Cuiabá*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2002. p. 83.

<sup>41</sup> Henrique de Beurepaire Rohan. *Idem*. Op. Cit. p.60.

Já o seu sucessor, Luis Pinto de Souza Coutinho, 3º Capitão-General, vai governar a capitania de Mato Grosso e Cuiabá entre 1769 e 1772. Na sua administração foi que se concluíram algumas das obras do período Rolim de Moura, como por exemplo o palácio governamental. Este mandatário incentivou o desenvolvimento da agricultura e do comércio e mudou o nome do Forte da Conceição, edificado em 1760, durante o governo de D. Rolim, para Forte de Bragança, como também de vários povoados, dos quais pode-se citar: Aldeia de São João para Lamego, Destacamento das Pedras para Palmella, Lugar de São José para Leonil, Santa Ana da Chapada para Guimarães.<sup>42</sup> De uma forma geral a mudança dos topônimos desses povoados para nomes que lembrassem o império português era uma forma de marcar a presença lusa na Repartição do Mato Grosso.

Pelos idos de 1772 chega a Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para dirigir os destinos da capitania como 4º Capitão-General e Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá.

### **Luis de Albuquerque e Vila Bela**

Além de pôr em prática uma vigorosa política de fronteira, o 4º governador de Mato Grosso, levou a cabo um plano de reforma do espaço urbano de Vila Bela.

Durante o reinado de D. José I, anualmente se organizava o controle censitário de populações de todas as capitanias brasileiras, visando demonstrar à coroa portuguesa o número de pessoas existentes na Colônia. Isto também acontece em Mato Grosso:

*Ilmo e Exmo. Senhor:  
Por Ordem de Sua Majestade expedida no artigo 20 da carta Instrutiva de V. Ex<sup>a</sup>, de 13 de agosto de 1771, procedi em todos os estabelecimentos e fundações deste governo [...] um sistema de noticias, proporcionado a dar todo conhecimento do estado atual da Povoação [...]*<sup>43</sup>

Os dados recolhidos nos Mapas de Populações ajudavam a perceber e controlar a vida dos moradores.

---

<sup>42</sup> Henrique B. Rohan. Idem. Op. Cit.. p. 63

<sup>43</sup> Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá Luis de Albuquerque Pereira de Mello e Cáceres ao Secretario de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 25 de julho de 1773. AHU-ACL-CU. Cx: 17. Doc: 1036.

O cuidado das autoridades portuguesas e de seus representantes com a população não só da Vila-Capital, como de toda capitania visava, entre outras coisas, controlar o fluxo de habitantes na fronteira e com isso garantir a posse efetiva da região. Uma das preocupações do novo governador foi aumentar o contingente populacional de Mato Grosso.

A necessidade de transformar a Vila-Capital em um espaço menos insalubre foi a forma buscada pelo 4º Capitão-General para atrair um maior número de pessoas para o extremo oeste do Mato Grosso, pois somente os privilégios e isenções (entre os quais Isenção dos pagamentos dos Dízimos e dos pagamentos de Entradas de Fazendas Secas e Molhadas)<sup>44</sup>, existentes desde o governo do primeiro governador e Capitão-General não estavam sendo suficientes. Isso fez com que Luis de Albuquerque pensasse em redimensionar o perímetro urbano da vila, visando afastar as edificações das proximidades do rio Guaporé, pois as enchentes eram constantes, deixando parte considerável da cidade alagada.

Cabia então ao governador, juntamente com os oficiais da Câmara, pensar em estratégias para propiciar à Vila-Capital um ambiente mais saudável. Além disso, conforme Henrique Beaupaire Rohan (2001), a vila era assolada por febres catarrais, pneumonias, pleurises malignas, febres podres, que *constantemente assolavam com grande intensidade em todos os anos entre os meses de setembro, outubro e novembro*<sup>45</sup>.

Os projetos tinham o intuito de redimensionar o perímetro urbano da Capital e eliminar os problemas de inundações, insalubridade e pestilência, pois, governar não é apenas administrar um território, mas dar direcionamento, como lembra Foucault:

[...] *a um conjunto de homens e coisas. Estas coisas de que o governo deve se encarregar são os homens, nas suas relações com coisas que as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, climas, seca, fertilidade, etc. Os homens em suas relações com as outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc. finalmente, o de homens em suas relações com outras coisas que podem ser os acidentes ou as desgraças como fome, a epidemia, a morte, etc.*<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Instruções aos Capitães-Generais. Cuiabá-MT: IHGMT, 2001. p. 98

<sup>45</sup> Henrique B. Rohan. Idem. Op. Cit. p. 79 e 82.

<sup>46</sup> Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. Edições Graal. 7ª edição. Rio de Janeiro-RJ, 1986. p. 28.

Logo, o bom administrador precisa ter consciência de que é necessário também criar estratégias práticas com o objetivo de promover o bem-estar da população.

Ocupando espaço e rompendo fronteiras

Luis de Albuquerque, pessoa da confiança do Marquês de Pombal, colocado à frente da administração da capitania de Mato Grosso poderia reverter à metrópole dividendos pela implementação de política arrojada de conquista e posse de territórios, capaz de ampliar as terras portuguesas na América e com esta atitude colaborar para a eliminação da crise econômica que assolava Portugal.

Afonso Veiga (2001) afirma que:

*Por norma estabelecida por Pombal, o Governador que saía deixava ou passava instrução para o que chegava, pondo-o a par da situação da Capitania. Neste aspecto, Luis Pinto de Souza Coutinho foi exemplar. Luis de Albuquerque foi de todos os governadores de Mato Grosso da era pombalina, o mais contemplado por instruções preciosas, não só passadas pelos seus antecessores, como, sobretudo pelas que recebeu pessoalmente de Souza Coutinho.<sup>47</sup>*

A grande preocupação de Souza Coutinho foi recomendar a Luis de Albuquerque que evitasse a todo custo que os espanhóis tentassem se estabelecer na região do Guaporé e que conservasse livre a navegação com o Pará, testemunhando a importância do rio Guaporé no processo de expansão da conquista lusa no extremo oeste da capitania de Mato Grosso e Cuiabá<sup>48</sup>.

As Instruções que Luis de Albuquerque recebera em Lisboa deixavam evidentes os objetivos da metrópole em relação à capitania do Mato Grosso, e seu administrador deveria ter perspicácia suficiente para executá-las. Amizade e confiança com os índios de diversas etnias, fomento à agricultura, cuidados especiais com a fronteira, fortalecimento do comércio, entre outras, insinuavam que esta capitania mineira teria que possuir um cuidado todo especial, já que fazia fronteira com as terras de Castela e suas quase intactas riquezas causavam cobiça tanto a portugueses quanto

---

<sup>47</sup> Afonso Costa Santos Veiga. Idem Op. Cit. p. 74.

<sup>48</sup> Instruções aos Capitães Gerais. Idem Op Cit. p.37.

dos espanhóis. O parágrafo 30 da Carta Instrução que Luis de Albuquerque recebeu de Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, rezava:

*O Governador de Mato Grosso deve tomar todas as medidas necessárias para se acautelar e prevenir contra qualquer surpresa ou invasão que os castelhanos possam intentar contra os Domínios de S. Majestade*<sup>49</sup>.

Além disso, recomendava amizade com os índios, com essa orientação a coroa portuguesa deixa clara sua preocupação com o contingente populacional que eles representavam no processo de guarnição da fronteira, e cumpria a Luis de Albuquerque conquistar essa amizade e fazer bom uso dela, principalmente nos novos ambientes urbanos fronteiriços que seriam edificados no transcurso de sua administração em Mato Grosso.

É interessante perceber que nas Instruções a Luis de Albuquerque, Martinho de Mello e Castro orienta-o também a receber com amistosidade os colonos de Castela. O negócio vantajoso em acolher os colonos que desde o Alto Peru quisessem adentrar o Mato Grosso tinha duplo sentido: povoar a região e obter braços qualificados para o trabalho na capitania, uma vez que havia necessidade de mão-de-obra na região, pois o negro chegava à capitania de Cuiabá e Mato Grosso por preços exorbitantes. Como afirma Luiza Volpato (1987), os colonos retidos nas missões espanholas adentravam as terras portuguesas buscando abrigo. Aproveitando desse fluxo migratório, foram elaborados planos para incentivar e atrair esse contingente de pessoas para a região do Mato Grosso, com objetivo de minimizar a carência de mão-de-obra.<sup>50</sup>

Uma ou outra coroa usavam a miserabilidade e a opressão para seus intentos de conquista e posse da região. A exploração e espoliação de índios e escravos os levavam à fuga para regiões geograficamente opostas, onde supostamente seriam acolhidos pelas autoridades locais, porque:

*A miséria vivida por índios e escravos era aproveitada pelos interesses políticos de fronteiras, quando portugueses e espanhóis procuravam tirar vantagens uns sobre os outros, manipulando a exploração das camadas mais baixas de uma e outra sociedade colonial*<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> Ibidem. p. 86.

<sup>50</sup> Luiza R. Ricci Volpato. *A conquista da terra no universo da pobreza - Formação da fronteira oeste do Brasil*. Editora HUCITEC. São Paulo-SP, 1987. p. 71.

<sup>51</sup> Idem. Op. cit. p. 73.

As instruções a Luis de Albuquerque não fogem às regras da política pombalina de povoamento. O Marquês de Pombal compreendia que a amizade com a população ameríndia contribuiria para ajudar a guarnecer as fronteiras. E o Capitão-General coloca essa política em prática.

Ao executar tal estratégia sugerida por Pombal, o Capitão-General estava estendendo o braço do domínio português até os limites da capitania de Mato Grosso. Assim, o fato de criar povoados e vilas planificadas, guarnecer a fronteira, ser audaz com os espanhóis fazia parte do jogo da política de ocupação para esta região.

O êxito da política pombalina de ocupação e povoamento dependia da obediência dos administradores das capitanias. Luis de Albuquerque se encaixa nesse padrão. Com o cumprimento às Instruções galgaria êxitos para a metrópole lusa, pois seu governo:

*Caracterizou-se durante 17 anos a partir de critérios científicos, políticos, diplomáticos. Restabeleceu aliança entre a ciência e a administração pública, e com a ação colonizadora de Portugal nos trópicos. Em Mato Grosso não só cuidaria do trivial em administração e em governo, como de ciências e belas artes<sup>52</sup>.*

Para os administradores com formação militar, governar está relacionado com o povoamento e exploração da região administrada e Luis de Albuquerque tentou fazê-lo. Não se pode negar que a centralização do poder da capitania em suas mãos dava a ele ao mesmo tempo visão de contexto e lhe assegurava controle sobre a população e todo o sistema de administração da capitania. Pereira e Cáceres reunia características peculiares de administrador: detinha o controle do saber como alto funcionário da coroa, capaz de controlar todos os negócios da capitania por ele administrada, principalmente quanto à estruturação da Vila-Capital, onde residia e dela governava.

Maria Fernanda B. Bicalho chama atenção acerca da questão do controle urbano indicado para a colônia, argumentando que:

*O controle sobre a cidade e seus habitantes, quase sempre transfigurado no controle sobre a cidade, podia ser exercido de diversas maneiras, através de diferentes mecanismos, podendo assumir a forma de*

---

<sup>52</sup>Gilberto Freire. *Contribuição para uma Sociologia da Biografia – O exemplo de Luis de Albuquerque Governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. p. XXVIII.

*jurisdição sobre a regulação dos impostos, das taxas, das licenças, dos diferentes monopólios em geral*<sup>53</sup>.

Tudo o que ocorria na capitania de Mato Grosso e Cuiabá, durante o governo de Pereira e Cáceres tinha crivos de sua pessoa. Nada acontecia sem o aval do Capitão-General que ao mesmo tempo, em que tentava dar a sua administração ares de modernidade, usava toda sua sagacidade e conhecimento militar para centralizar o poder em si, em nome do rei de Portugal.

Luis de Albuquerque não foi um simples burocrata ou mais um administrador da capitania do Mato Grosso. Seu governo é estabelecido num momento em que a Coroa Portuguesa necessitava de homens preparados para um enfrentamento de igual para igual com os administradores das vizinhas províncias de Castela. Luis de Albuquerque, com sua tenacidade preenchia mais esse requisito: o de homem culto, capaz de perceber ao longe os avanços e dividendos que a metrópole lucraria com uma negociação plausível.

Isso fica evidente no período imediato ao Tratado de Santo Ildefonso de 1777, quando sai em defesa dos interesses portugueses em se tratando das terras do Mato Grosso. Revela-se ousado ao criticar o texto acordado, afirmando ser este uma reprodução do Tratado de Madrid de 1750 com poucos avanços. Em sua opinião era preciso *conhecer a verdadeira topografia estremenha que iriam as comissões de demarcação examinar* para depois então proceder a acordos e negociações mais plausíveis sobre os tratados de limites<sup>54</sup>. Expõe neste episódio sua preocupação como administrador lusitano com os interesses da metrópole em terras da América e também se mostra profundamente conhecedor da região.

A crítica ao Tratado de 1777 rende a Luis de Albuquerque dividendos políticos importantes, capazes de assegurar-lhe na direção do governo da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá por mais alguns anos. O Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, envia ao governador e Capitão-General um Ofício-Minuta a respeito das observações feitas por ele sobre os artigos X e XI do Tratado Preliminar

---

<sup>53</sup> Maria Fenanda B. Bicalho. Idem. Op. Cit. p. 44.

<sup>54</sup> Virgílio Corrêa Filho. *Luiz de Albuquerque – Fronteiro Insigne*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro-RJ, 1942. p.192.

de Limite<sup>55</sup>, enfatizando a necessidade de não firmar tratado definitivo antes de conhecer o território, evitando com isso futuras perdas para o coroa lusa.

Em seus atos contava com apoio das autoridades locais, como constata a carta de 8 de janeiro de 1778, na qual a nobreza da Câmara da Vila-Capital, pede à rainha D. Maria I a recondução de Luis de Albuquerque ao cargo de governador da capitania do Mato Grosso. Diz o documento:

*Toda a Nobreza, Povo e Câmara de Vila Bela e seus devidos unidos e fundados no mesmo infragável daquele conhecimento, que no bem tratado tomar de que altomando o presente de em face de prosperidade pública, em que atualmente teve a Capitania toda; Temos presunção de se conduziram, he prostravam aos pés do Real Governo de V. Majestade, e porem na Sua Real presença não só agora e geral supplicação que tendo presente fortuna, que gozas, mas os seus humildes e uniforme votos para que V. Majestade se digne conservar-lhe, havendo por bem fazê-los mercê de reconduzir o mesmo governo por outros tantos anos, ou pelos que forem de seu Real agrado, o mesmo governador e Capitão-General, que tão completamente tem desempenado a confiança com que o Senhor Rey Dom José Primeiro lho confiou<sup>56</sup>.*

Surge daí uma hipótese acerca dos fatores que levaram os membros da Câmara a pedirem a recondução de Luis de Albuquerque à rainha: poderia ser pelo fato de estas pessoas obterem privilégios com o governo do 4º Capitão-General e por isso estarem satisfeitas com sua forma de administração.

Luis de Albuquerque realizou um governo em que o cotidiano da capitania do Mato Grosso, sobretudo da Vila-Capital, foi marcado por projetos de readequação do perímetro urbano para tentar dar-lhe salubridade; edificou povoados e vilas, tendo como base na cientificidade no modelo de ocupação de território, como forma de garantir a efetiva posse daquela região à coroa lusa.

---

<sup>55</sup>. Ofício Minuta do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque acerca das observações que fez sobre os Artigos X e XI do Tratado Preliminar de Limite. Palácio Nossa Senhora da Ajuda, 2 de maio de 1781. AHU – ACL – CU. Cx. 22. Doc. 1322

<sup>56</sup> Carta da nobreza, povo e Câmara de Vila Bela à rainha D. Maria I, em que pede a recondução do governador Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao cargo. Vila Bela, 08 de janeiro de 1778. AHU – ACL – CU. Cx.19. Doc. 1182

Maria Fernanda Bicalho, em sua obra *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII* (2003) define nobreza da terra ou nobreza local como sendo os membros Senados da Câmara das cidades e vilas coloniais.

A política lusitana de povoamento da América portuguesa sugeria que se criasse espaço planejado com a mais moderna arte de edificar do século XVIII sem abrir mão de ter o controle da região, explorando suas riquezas naturais, buscando dar segurança aos negócios econômicos da metrópole.

Por causa dessa política, as terras ultramarinas não passavam de territórios de conquista e domínio como maneira de sustentar o Sistema Colonial, que era a base fundamental da relação colônia/metrópole. No entender de Fernando Novais:

*O Antigo Regime, política mercantilista, Sistema Colonial monopolista são elementos da mesma estrutura global típica da Época Moderna, cuja dinâmica no seu funcionamento se reajusta passo a passo*<sup>57</sup>.

Não que as práticas dos administradores das capitanias da América portuguesa, da segunda metade do século XVIII, especialmente nas capitanias do ouro, como era o caso do Mato Grosso, se contrapunham à idéia de povoamento idealizado em Portugal. Ao contrário, administradores como Luis de Albuquerque de tudo fizeram para colocar em exercício tal política e buscavam com isso um novo modelo colonizador, mas sem perder de vista seus interesses imediatos, ou seja, manter a funcionalidade do Sistema Colonial adaptado a essa nova realidade da segunda metade do século XVIII.

É neste quadro que figura o Marquês de Pombal, com suas propostas de ocupação e povoamento de região até então pouco explorada, buscando recolocar Portugal na dianteira do processo europeu. E o Brasil, com suas capitanias mineradoras, tinha papel fundamental nessa política de ocupação e povoamento.

Os administradores pombalinos deveriam ter visão de que colonizar estava ligado ao controle e aumento da população da América portuguesa, especialmente em região de fronteira, como era o caso de Mato Grosso, como também explorar região visando fortalecer os negócios metropolitanos. Entretanto, às vezes, tais processos esbarravam com as idéias e ações desses representantes lusos em terras da América. Para justificar essa afirmação recorre-se a uma carta de Luis de Albuquerque a Martinho de Mello e Castro em que pede conselho sobre a forma como agir com pessoas brancas abastadas que oprimem os pobres e miseráveis:

---

<sup>57</sup> Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* HUCITEC: São Paulo-SP, 1986. p.14.

*Ilmo e Exmo Senhor!*

*Pelo parágrafo 16 da Carta Instrutiva de 13 de agosto de 1771, que recebi de V. Ex<sup>a</sup> nessa Corte me manda sua Majestade executar indispensável obrigação inerente ao meu lugar de defender geralmente os povos desta Capitania de toda a opressão que lhes quiserem fazer, tanto os Ministros da Justiça como os Eclesiásticos ou quaisquer outras pessoas constituídas em dignidade ou sem ela [...].*

*Devo, porém, representar a V. Ex<sup>a</sup> a este, respeito que neste país, onde o Espírito d'orgulho é bastante comum, em muitos dos brancos que vivem nele principalmente quando têm alguma riqueza ou alguma Dignidade; este lhe sugere facilmente por leves motivos, o desejo de oprimir e abater aos pequenos, e miseráveis; [...]*

*[...] Suplico a V. Exc<sup>ia</sup> depor na Real Presença de Sua Majestade o referido, afim de que o mesmo Senhor se digne pela sua Real Piedade determinar os meios de que em semelhantes casos devo usar, para que observados as reais ordens possa ao mesmo tempo desempenhar a minha obrigação sem que em forma alguma exceda os limites d'autoridade e determinação [...]<sup>58</sup>.*

De acordo com esse documento é possível perceber que no cotidiano da população da Vila-Capital havia todo um processo de desrespeito e opressão aos menos favorecidos. O documento evidencia que especialmente os homens ligados à justiça e ao clero explicavam seus poderes através das injustiças cometidas às pessoas sem posses e sem influências.

O fato de o governador pedir aconselhamento à coroa sugere que se encontrava em conflito e tinha dúvida sobre como administrar diante de situação tão delicada, pois os que, de acordo com o documento, praticavam as injustiças eram pessoas abastadas econômica e socialmente.

Isso demonstra que mesmo em consonância com a nova política de colonização para as capitanias do Brasil, havia situações diversificadas no interior de cada uma das capitanias.

A modernização pretendida pelos administradores pombalinos nas capitanias brasileiras sinaliza para uma contradição: a de buscar os avanços sem perder de vista a reafirmação de uma sociedade de privilégios, visando dar um novo sentido ao processo colonizador e melhor explorar sua possessão americana, o Marquês de Pombal imprime nelas formas mais aguçadas de governo.

---

<sup>58</sup>Ofício do Governador e Capitão-General Luis de Albuquerque, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Matinho de Melo e Castro, em que comunica sobre o desejo de muitos brancos de oprimir e abater os pequenos e miseráveis e pergunta como agir.. Vila Bela, 27 de julho de 1773. AHU-ACL - CU. Cx.17. Doc. 1041

Mato Grosso, como uma das capitâneas mineradoras e por fazer fronteira com colônias de Espanha, deveria ter um cuidado especial, com o intuito de garantir a posse efetiva da região e guarnecê-la o máximo possível, pois os tratados de limites ainda não haviam sido concluídos, como também para que sua potencialidade fosse conhecida, já que suas riquezas eram pouco exploradas.

Coube a Luis de Albuquerque, enquanto administrador e militar, colocar em prática as regras ditadas pela coroa para a capitania: aumentar a arrecadação dos impostos, guarnecer as fronteiras, criar povoados, vilas e fortes cientificamente planejados, vigiar a entrada e saída de pessoas nos ambientes urbanos e, principalmente, transplantar cultura e idéias da metrópole para esta região.

As vilas e povoados edificadas ao longo da fronteira entre as terras das coroas portuguesa e espanhola tinham função de garantir a posse efetiva da região para os lusos, usando o argumento do *Uti possidetis*, afastando a possibilidade de reivindicação desse espaço pelos espanhóis.

A preocupação, entre outras coisas, com o decoro era uma maneira de perceber que aqueles espaços eram ambientes de colonização lusitana.

*Embora [na capitania de Mato Grosso e Cuiabá] existissem alguns recursos naturais, nomeadamente o ouro, que já se encontrava na fase baixa de produção, a Capitania tinha inúmeras carências, no que se refere à defesa do território, vias de comunicação e da justiça. [...] Luis de Albuquerque, servindo-se mais da inteligência e da diplomacia, do que da força das armas do seu reduzido exercito, avançará, durante o seu longo mandato, sobre território que, de acordo com todos os tratados, seria pertença dos espanhóis<sup>59</sup>.*

O 4º Capitão-General da capitania de Mato Grosso e Cuiabá soube tão bem cumprir as Instruções recebidas tanto da coroa quanto de seu antecessor Luis Pinto de Souza Coutinho, especialmente em se tratando da questão fronteiriça.

Virgílio Correa Filho (1942) analisa os feitos de Luis de Albuquerque em seu tempo de administrador da capitania do Mato Grosso em se tratando de edificação de vilas e povoados como forma de assinalar e marcar a presença lusitana em toda fronteira com as terras de Castela<sup>60</sup>. Marcar presença também significava transferir toda uma

---

<sup>59</sup> Afonso Costa Santos Veiga. Idem . Op. Cit. p.76.

<sup>60</sup> Virgílio Corrêa Filho. *Luis de Albuquerque – Fronteiro Insigne*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro-RJ, 1942. p. 195.

forma de pensar e agir da metrópole em terras tropicais nas quais costumes e hábitos portugueses deveriam ser introduzidos ao cotidiano.

Durante seus 17 anos de administração Luis de Albuquerque esteve a serviço dos interesses da coroa portuguesa, garantindo o território do Mato Grosso para o monarca, afastando qualquer possibilidade da Espanha reivindicar estas terras como suas. Fazia parte do jogo político de Portugal pontilhar toda a capitania com novas vilas e povoados, com uma população ativa e atuante, em que a agricultura e o comércio faziam parte do cotidiano dos habitantes. E Luis de Albuquerque soube colocar em prática todos estes aspectos, transformando a topografia da capitania do Mato Grosso durante seu governo.

*Este governador [...] exerceu uma política agressiva, com vista ao processo de demarcação de limites entre as duas Américas Ibéricas, cuja tônica principal era a dilatação e consolidação das fronteiras lusitanas no sentido oeste. Para tanto, sempre seguiu instruções régias, pôs em prática a fundação de núcleos colonizados quase sempre localizados em terras nominalmente espanholas, ou em áreas que levassem à efetiva expansão de fronteiras lusas. Dessa forma, foram fundados neste governo, o Presídio de Nova Coimbra (1775), o Forte Príncipe da Beira (iniciado em 1776, e considerado conduto em 1783), a Povoação de Viseu (1776), Vila Maria do Paraguai (1778), a povoação de Albuquerque (1778) e a Povoação Regular de Casal Vasco (1783), entre outros núcleos<sup>61</sup>.*

Contudo, não se pode esquecer a atenção que deu em seu projeto de governo à Vila Bela da Santíssima Trindade, sede do governo da capitania. A Vila-Capital, nos projetos de redimensionamento do perímetro urbano pensados por Luis de Albuquerque, se transformaria em um ambiente mais saudável e assim atrairia mais pessoas para lá fixar moradia, aumentando o contingente populacional na região do Mato Grosso. A vila fronteira deveria servir de exemplo de espaço urbano, onde a salubridade fosse a referência e, acima de tudo, um lugar em que a cultura e as idéias lusitanas estavam presentes no dia-a-dia do povo.

É por isso que Vila Bela da Santíssima Trindade merece ser analisada separadamente no contexto dos projetos de Luis de Albuquerque. Pois, sendo Vila-Capital a diferenciava dos outros núcleos planejados no decorrer do governo de Pereira e Cáceres tais como, Vila Maria do Paraguai, Povoação Regular de Casalvasco,

---

<sup>61</sup> Maria de Fátima M. L. de Moraes. Idem. Op. Cit. p.11.

Povoação de Albuquerque, entre outros, que também serviam de antemural de toda América portuguesa.

## **CAPÍTULO 2**

### **A VILA QUE O 4º CAPITÃO-GENERAL ENCONTROU**

Muito se tem estudado sobre o grande estrategista que foi Luis de Albuquerque durante os anos frente à capitania de Mato Grosso, principalmente no que se refere ao alargamento e consolidação da fronteira oeste da América Portuguesa, dando destaque à criação de povoações, vilas, fortes e demais núcleos populacionais. Estudos como os de Virgílio Correa Filho (1942), J. C. Freitas Barros (1948), Gilberto Freire (1978), Afonso Costa Santos Veiga (2001), ajudam-nos a compreender as atitudes desse administrador durante o período em que esteve à frente do governo, da mesma maneira que as novas investigações realizadas por Maria de Fátima Mendes Lima de Moraes (2003), Edevamilton Oliveira Lima (2003), Suelme Evangelista Fernandes (2003)<sup>62</sup> em suas dissertações de mestrado, ampliam o ângulo para a compreensão das atitudes de Pereira e Cáceres, especialmente no que tange à demarcação de fronteira, posse e consolidação de terra para a coroa lusa.

Certamente seu papel de “semeador” de cidades não pode ser esquecido nem subestimado. Para entender como este homem de larga visão percebeu a Vila-Capital em que viveu durante 17 anos, inicialmente se vai conhecer a Vila Bela que Luis de Albuquerque encontrou à sua chegada para depois mostrar os primeiros tempos de sua administração.

---

<sup>62</sup> Maria de Fátima Moraes: *Vila Maria do Paraguai: Um Espaço para consolidar o Poder e Posse da Fronteira Oeste de Mato Grosso (1778-1881)*; Edevamilton Lima de Oliveira: *Povoação Regular de Vasalvasco e a Fronteira Oeste do Brasil (1783-1802)* e Suelme Evangelista Fernandes: *O Forte do Príncipe da Beira : A População e a Produção da Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*.

Há muitos pontos a serem discutidos, porém este estudo se deterá em temas que permitem conhecer e adentrar no dia-a-dia da Vila-Capital, quais sejam: população, estrutura urbana, salubridade e produção econômica.

## População

Em Vila Bela e seus arredores, quando da chegada de Luis de Albuquerque, de acordo com o Mapa de População de 1772, havia um total de 4.115 habitantes, distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir:

**TABELA 1: Mapa de População de Vila Bela e seus arredores em 1772**

<b>População</b>	<b>Total de Pessoas</b>
Famílias ou Fogos	195
Meninas de 1 a 7 anos de idade	274
Meninos da mesma idade	160
Rapazes de 8 a 15 anos	204
Raparigas de 8 a 17 anos	120
Homens de 16 a 50 anos	2.377
Mulheres de 15 até 50 anos	528
Homens acima de 50 anos	300
Mulheres acima de 50 anos	467
<b>Total de pessoas no ano de 1772</b>	<b>4.115</b>
Total de Óbitos no ano de 1772	158
Total de Casamentos em 1772	157

Fonte: Mapa da População de Vila Bela e seus arredores no ano de 1772. Vila Bela, 25 de julho de 1773. AHU-ACL-CU. Cx. 17. Doc. 1036.

Nota-se, pois que dessas 4.115 pessoas, a maioria era de homens entre 16 e 50 anos (quase 2.377) e 18,5% de mulheres. O contingente feminino era, portanto, bem menor: o total de mulheres entre 15 e 50 anos não chegava a 528<sup>63</sup>.

Há de se considerar também que a maioria da população vilabelense era formada por negros, índios e mulatos, como afirma o próprio Luis de Albuquerque em nota ao Secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro no ano de 1773, *sendo preciso observar que três parte dos habitantes são negros, índios ou mulatos*<sup>64</sup>.

Ocupando-se em variadas funções o contingente de negros, índios e mulatos trabalhava como pedreiros, barbeiros, ambulantes, domésticos, como também na companhia de ordenanças de pretos, entre outras atividades. Em correspondência de 1752 às autoridades de Lisboa D. Rolim de Moura informa que não passa de 60 os moradores brancos do Distrito de Mato Grosso<sup>65</sup>. Era constante a solicitação de famílias brancas para fixar moradia na capitania, em especial na Repartição de Mato Grosso<sup>66</sup>.

A presença dessa maioria afro-ameríndia na fronteira muitas vezes causou desconforto aos administradores da capitania, pois a região que correspondia à Repartição de Mato Grosso de direito não pertencia à coroa lusa, por isso conveniente seria que tivesse um contingente populacional capaz de defender os interesses portugueses. E muitas etnias indígenas, como também muitos negros e mulatos não o tinham, ao contrário, aproveitavam-se dos conflitos para debandarem, fugindo para os quilombos nos arredores da vila ou para as vizinhas terras de Castela.

### **Estrutura Urbana**

Em termos de estrutura urbana, em 1772, Vila Bela possuía praça central que abrigava diversos edifícios públicos, tais como a Matriz, Casa da Câmara, Cadeia, Casa de Fundação, Real Fazenda. A igreja Matriz abrigava duas capelas: a de Santo Antonio e a de Nossa Senhora Mãe dos Homens ou do Carmo, além dessas encontravam-se ainda

---

<sup>63</sup> Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro com que envia inventário da quantidade e qualidade da artilharia e munições de guerra existentes na capitania. Vila Bela, 26 de julho de 1773. AHU-ACL- CU. Cx. 17. Doc. 1037.

<sup>64</sup> Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá Luis de Albuquerque Pereira de Melo e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 25 de julho de 1773. AHU-ACL-CU. Cx. 17. Doc. 1036.

<sup>65</sup> Antonio Rolim de Moura. *Correspondências*. Volume: 1. Imprensa Universitária. Cuiabá-MT. p. 56.

<sup>66</sup> Jovam Vilela da Silva. *Mistura de Cores*. Editora da UFMT. Cuiabá-MT, 1995. p. 76,77, 137, 141.

quatro capelas sucursais localizadas nos arraiais mineradores próximos a Serra de São Vicente. Eram as capelas de:

*São Francisco Xavier da Chapada, distante 10 léguas; a de Nossa Senhora do Pilar, a igual distância; a de Santana, 12 léguas distante, e a de São Vicente, a 19 léguas. Nesta ocasião as igrejas das antigas localidades de Lamego e Leonil já se achavam abandonadas, por falta de sacerdotes*<sup>67</sup>.

Aliás, a ausência de religiosos era sentida no cotidiano também na própria Capital, como bem demonstra Leverger. Mesmo a Matriz daquela Vila *desde de sua fundação achava-se servida por párocos encomendados. O seu rendimento excedia a cinco mil cruzados pouco mais ou menos*<sup>68</sup>.

Também Maria de Fátima Moraes, em sua dissertação de mestrado, argumenta que havia escassez de sacerdotes para atender às necessidades da capitania de Mato Grosso. No geral, a maioria dos padres era composta de idosos ou sofria de enfermidade.<sup>69</sup>

Isto, contudo, não significou a ausência da influência da igreja no cotidiano da população vilabelense. Tal como em outras localidades coloniais lusitanas, o dia-a-dia ali era regulamentado conforme os ritos religiosos, como, por exemplo, constam que as tabernas, tanto no Arraial de São Vicente como em outros, não poderiam abrir após a Ave Maria, ou seja, todas deveriam fechar às dezoito horas<sup>70</sup>.

## **Produção econômica**

Em se tratando de produção econômica, a vila e seus arredores só produziam gêneros básicos para a alimentação de sua população, tais como farinha de mandioca, feijão, milho e toucinho. Outros produtos vinham pelas monções do norte, desde o Pará até Mato Grosso, ou de Cuiabá via monção do sul. As primeiras saíam de Nossa Senhora de Belém no Grão Pará e aportavam em Vila Bela via caminho fluvial

---

<sup>67</sup> Augusto Leverger – Barão de Melgaço. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 68.

<sup>68</sup> Augusto Leverger- Barão de Melgaço. Idem. Op. Cit p. 68.

<sup>69</sup> Maria de Fátima Mendes Lima de Moraes. *Vila Maria do Paraguai: Um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste (1778-1801)* Monografia de Mestrado. UFMT. Cuiabá-MT, 2003. p. 89.

<sup>70</sup> Correspondência enviada pelo Ouvidor Geral da Capitania Miguel Pereira Pinto ao Governador Luis de Albuquerque. Fundo: Justiça. Lata 1773. Doc. 126. Vila Bela, 7 de abril de 1773. APMT.

Madeira-Mamoré-Guaporé<sup>71</sup>. Já as segundas, as monções do sul, realizavam o roteiro que saindo de São Paulo pelo Tiête, ou adentravam as águas da bacia hidrográfica do Alto Rio Paraguai, ou pelo caminho de terra via Goiás chegando a Cuiabá, e daí à Vila Bela. Estas traziam à capital produtos comerciais de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Ao chegar à Vila-Capital, o 4º Capitão-General, encontrou, segundo sua avaliação, os preços dos produtos superfaturados, levando-o a proibir, em 1773, que *os vendilhões abusassem da sua posição para vender seus gêneros por exorbitantes preços*.<sup>72</sup> Pelas dificuldades em chegar os produtos na região, a longa distância percorrida até a praça da Repartição de Mato Grosso fazia com que os comerciantes quisessem tirar proveito, elevando os preços dos mesmos.

### **Guarnição e Segurança**

A Vila-Capital em 1772 era pouco guarnecida, valendo-se mais da sua geografia que de um aparato militar, pois, conforme Pinto de Souza Coutinho, antecessor de Luis de Albuquerque:

*[...] Pelo que toca a esta Capital, que pode ser invadida pela Província de Chiquitos, a sua defesa consiste na sua situação, nos rios que lhe servem de barreira, nos bosques e pantanais que a circundam, e finalmente num sertão de 50 léguas, inculto e quase desconhecidos que a separa da mesma Província*<sup>73</sup>.

Para completar a situação, a pouca tropa, de acordo com o artigo 13º das mesmas Instruções, era insolente, indisciplinada e não respeitava as regras impostas. Talvez por isso, em carta que enviou em 1773 ao secretário do Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, Luis de Albuquerque queixava-se:

*As Ordenanças [...] desta vila consistem em alguns centos d'homens, de que apenas umas sextas ou sétimas partes serão brancos; sendo todos os mais, mulatos, índios e negros forros [...]*<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> Alcir Lenharo. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização: O comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração*. Imprensa Universitária – PROEDI. Cuiabá –MT, 1982. p. 8.

<sup>72</sup> Henrique B. Rohan. *Anais de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 68.

<sup>73</sup> Instruções aos Capitães Gerais. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 56.

<sup>74</sup> Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a dificuldade de saber quantos são os homens brancos capazes de pegar em armas. Vila Bela, 27 de julho de 1773. AHU- ACL-CU. Cx. 17. Doc.1036.

Percebe-se então que, ao lado da seguridade, o governador faz uma observação sobre a composição étnica da população vilabelense, salientando que era composta em sua maioria por não brancos. No mesmo documento e complementando suas descrições sobre a população masculina que poderia ser chamada no caso de defesa, consta ainda que a maior parte dos homens com idade de pegar em armas para defender a região, de fato, não era moradores estabelecidos naquela localidade, tendo mais uma relação efêmera:

*Porquanto sendo muito poucos os homens que se acham com estabelecimento fixo nestas colônias; mal se pode contar com eles sem a evidente contingência de só encontrarem quanto forem preciso para qualquer expedição; porque a maior parte dos referidos ou são negociantes que continuamente giram para o Pará, Bahia, Rio de Janeiro, e por consequência não residem no País ou são homens sumamente endividados e perseguidos, que por evitar os seus credores, raras vezes se resolvem a sujeição de viver na sociedade das povoações [...]*<sup>75</sup>

## **Salubridade**

Em se tratando de salubridade, a vila que o 4º governador encontrou tinha a alcunha de pestilenta e doentia, em decorrência de sua proximidade com o rio Guaporé, que no período de vazantes deixava o ar pútrido e no período chuvoso constantemente provocava enchentes. Como registra o cronista Henrique de Beaupaire Rohan: *Nos princípios dos anos de 1784 e 1786 houve grande enchente no Guaporé que destruiu grande parte de Vila Bela.*<sup>76</sup>

A situação insalubre da vila se configurou em um dos maiores problemas que existiu desde a sua fundação, e por isso o 4º administrador buscou maneiras para minimizá-lo, como se verá mais adiante.

Portanto, a Vila-Capital que Pereira e Cáceres encontrou em 1773, tinha uma população constituída, em sua maioria, por negros, índios e mulatos. Inclusive muitos negros forros e mulatos serviam nas companhias de ordenanças, conhecidas pela indisciplina e indolência. Apesar de ter um comércio ativo, edifícios públicos erigidos, uma vida urbana a contento para uma capital, Vila bela apresentava sérios e graves

---

<sup>75</sup> Ofício do Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a dificuldade de saber quantos são os homens brancos capazes de pegar em armas. Vila Bela, 27 de julho de 1773. AHU-ACL -CU. Cx. 17. Doc. 1036.

<sup>76</sup> Henrique Beaurepaire Rohan. *Anais de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 81.

problemas de salubridade e pestilência. E é a questão de salubridade da vila que mais preocupava esse administrador, visto que seria necessário eliminar este problema para com isso motivar pessoas para ali fixar moradia.

### **Ações disciplinadoras na Capital**

Acompanhando os documentos oriundos do período inicial de seu governo, é possível perceber que logo que chegou, Luis de Albuquerque procurou criar mecanismo para melhor controlar e disciplinar os habitantes de Vila Bela. Entre outras medidas, proibiu a presença de negras de tabuleiro na região de minas e ordenou que:

*[...] taverna alguma esteja aberta depois da Ave Maria e além das posturas da Câmara, para isto há serem presos os taverneiros constando as que tiveram abertas. A proibição de irem negras de tabuleiro às lavras também he conveniente [...].*<sup>77</sup>

Pereira e Cáceres, entretanto, não estava criando uma nova lei, apenas colocando em prática o parágrafo 3º, capítulo 4º das Posturas de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1753, que proibia a ida de negras, fossem elas escravas ou forras, à zona de mineração.<sup>78</sup>

As de tabuleiros eram tidas como pessoas que contribuía com o desvio do ouro, sendo acusadas de usar seus tabuleiros, ou elas mesmas, como meio de transporte do ouro roubado das áreas de mineração, além de fomentarem o contrabando, principalmente com a América Espanhola. Reeditar tal proibição era, então, uma forma de evitar o desvio do metal e ter controle de pessoas que entravam nas lavras.

No entanto, essa proibição feita por Luis de Albuquerque não foi seguida a contento. No mapa de Receitas e Despesas de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1784, consta que dezesseis negras escravas, que podiam ser negras de tabuleiro, foram condenadas com multas tendo de pagar em dinheiro, valores variados entre 200 a 600

---

<sup>77</sup> Correspondência de Luis de Albuquerque ao Ouvidor Geral Miguel Pereira Prado em que comunica a proibição do uso de armas de fogo por negros e a ida de negras de tabuleiros às lavras. Fundo: Justiça. Lata 1773. Correspondência Ativa. Documento nº 126. APMT.

<sup>78</sup> *Estatutos Municipais ou Posturas de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1753*. In. Rosa e Jesus. Revista Territórios e Fronteiras - Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Volume 3. Nº1. Cuiabá-MT, jan-jun/2002. p.144 . Este documento pertence ao acervo do APMT, mas por conservação encontra-se fora de consulta.

réis.<sup>79</sup> Nota-se, com este dado, que a transgressão das normas instituídas fazia parte do dia-a-dia de Vila Bela. Mesmo com as proibições, tais mulheres continuavam suas atividades comerciais. Essas atitudes se conjugam como desafio às regras e normas impostas pelo Capitão-General.

Em 1783, buscando ter maior domínio sobre o comércio e os comerciantes da Vila-Capital, Luis de Albuquerque controla também o número de tabernas em Vila Bela, *mandando que a Câmara não permita na vila mais de 12 a 14 vendas e que restrinja também as dos arraiais, por serem pela maior parte receptáculos de roubos.*<sup>80</sup>

Isso lhe permite fiscalizar os preços e os produtos comercializados nessas casas. Nas tabernas eram vendidos gêneros de primeira necessidade, produzidos da própria vila e em seus arredores, tais como arroz, farinha de mandioca, feijão, toucinho, carne seca. Já outros produtos, como sal, vinho, azeite, licores, escravos, instrumentos de trabalho, manufaturas, tecidos, chegavam à Capital ou via Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão ou pelas monções cuiabanas.

Quanto as tabernas servirem de receptáculos de gêneros furtados não há indícios comprobatórios acerca dessa hipótese e nem que tipos de produtos roubados eram comprados pelos taberneiros, supõe-se que tais comerciantes compravam ouro de forma ilegal, como também negociavam ilicitamente com os colonos de Castela.

Não se pode esquecer que a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão tinha praticamente a exclusividade de comércio na Repartição do Mato Grosso, assim evitar que os donos de tabernas praticassem comércio ilegal se constituía uma maneira de impedir que os produtos provindos da fronteira espanhola concorressem com a Companhia de Comércio. Portanto, era necessário que se ordenasse e disciplinasse o comércio local com intuito de demonstrar que os interesses da coroa estavam sendo resguardados.

Por outro lado, o contrabando “oficial” com os colonos do Alto Peru, de acordo com as Instruções recebidas por Luis de Albuquerque, era incentivado pela metrópole, em decorrência da facilidade e bom preço com que eram introduzidos os produtos na região do Mato Grosso.<sup>81</sup> Entretanto, precisava ser realizado com cautela pelos representantes da coroa, para não despertar ojeriza por parte da Espanha e tampouco desequilibrar o comércio local.

---

<sup>79</sup> Mapa de Receita e Despesa da Câmara de Vila Bela de 1784. Fundo: Câmara de Vila Bela. Grupo: Senado da Câmara. Cx: 1784 a 1789. APMT.

<sup>80</sup> Henrique de Beaurepaire Rohan. Idem. Ibidem. p. 79.

<sup>81</sup> Instruções aos Capitães-Generais. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 81.

Reduzindo a quantidade desse tipo de “casas comerciais” – as tabernas - ficaria mais fácil o controle de seus proprietários, evidenciando assim a representação de governo eficaz, no qual a ordem e os interesses de Lisboa estavam preservados, visto que Vila Bela, como “cabeça da República”, deveria servir de modelo para outras vilas, povoados e arraiais, cujas leis deveriam ser obedecidas e praticadas. Além de representar a posse lusitana, a sede do governo da capitania deveria representar a vitória da ordem, símbolo e reprodução absoluta do “bom governo”.

Com referência ao corpo militar da Vila-Capital, como já foi ressaltado, Luis de Albuquerque encontrou em Vila Bela um corpo insolente e indisciplinado. Buscando impor seu poder sobre a tropa e ser percebido como chefe militar a serviço do monarca português, proibiu, em 1773, quando de sua chegada em Mato Grosso, o exagero de luxo nas vestimentas dos oficiais militares que serviam na capitania<sup>82</sup>.

Essas determinações seriam talvez uma forma de dar visibilidade ao poder que ele estava exercendo e a sua própria pessoa, destacando-o como senhor absoluto entre os militares e administrador de uma capitania tão importante para a coroa. E ainda era uma maneira de ostentar-se como único representante legítimo do Absolutismo português na capitania do Mato Grosso.

Reduzindo o luxo das vestimentas do corpo militar, o Capitão-General estava impondo respeito e disciplina às tropas de Vila Bela, e com isso eliminando a rotina de insolência que as mesmas costumavam ter para com seus comandantes. Por outro lado dividir o luxo das vestimentas com outros oficiais militares era passar despercebido aos olhos dos transeuntes de Vila Bela. Durante uma comemoração oficial, todos luxuosamente adornados, não haveria destaque para o chefe do governo. Essa medida certamente foi uma estratégia encontrada por Luis de Albuquerque para demonstrar seu poder diante da população e das forças militares.

Além da iniciativa de cortar o luxo da vestimenta dos soldados, o 4º Capitão-General ainda reduziu o soldo deles. *Conservo na lembrança que V. Excia foi servido recomendar-me vocalmente que não deixasse de [...] fazer alguma reforma nos exorbitantes soldos Militares*<sup>83</sup>.

Em outro documento enviado pelo Capitão-Engenheiro Salvador Franco da Mota se evidenciam os altos soldos dos militares em Mato Grosso e Cuiabá:

---

<sup>82</sup> Henrique B. Rohan. Idem. Op. Cit. p. 68.

<sup>83</sup> Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, no qual comunica a reforma nos exorbitantes soldos militares. Vila Bela, 5 de abril de 1773. AHU-ACL-CU. Cx. 16. Doc. 1018.

*[...] vendo eu nesta Capitania tanto os oficiais, tanto Dragões como de pedestres com soldo do quádruplo de um Tenente Alferes que serve em Portugal, e em todas estas minas Capitães Tenentes Alferes versam também o quádruplo dos que servem em Portugal [...]*<sup>84</sup>.

A categoria militar que Luis de Albuquerque encontrou na Vila-Capital, além dos muitos qualitativos dados pelo seu antecessor, tinha ainda no dia-a-dia privilégios maiores que os da corte. Talvez por isso tenham se tornados insolentes e indisciplinados. Daí a iniciativa do Capitão-General em cortar alguns desses privilégios, buscando destacar sua autoridade de governador, militar e representante da coroa portuguesa em terras da América. Disciplinar o corpo militar significava mostrar para população de Vila Bela, cabeça da República, quem tinha o controle da situação geral da capitania.

### **O rio Guaporé e a salubridade da Vila-Capital**

Na microrregião do Alto Guaporé, onde está localizada Vila Bela da Santíssima Trindade, de clima tropical subquente, semi-úmido<sup>85</sup>, são perceptíveis, com uma certa nitidez, dois períodos distintos no ano: a estação das chuvas, entre novembro e final de fevereiro; e o período de seca, ou vazante, que principia em março e vai até o início de novembro.

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que esteve em Vila Bela em 1789, afirma que:

*Principia a chover pelos fins de novembro e continua até março, porém são chuvas interpoladas; e os verdadeiros meses chuvosos são os de janeiro e fevereiro. Com as primeiras águas repontam os primeiros repeniques de enchente e já pelo meado de março se declaram os da vazante*<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> Ofício do capitão engenheiro Salvador Franco da Mota ao secretário Martinho de Melo e Castro em que pede que o seu soldo seja aumentado porque fez muitas dívidas durante a viagem desde o Rio de Janeiro e os oficiais de Dragões de Mato Grosso ganham o quádruplo do que em Portugal.. Vila Bela, 1 de janeiro de 1773. AHU. ACL-CU. .Cx. 16. Doc. 1007.

<sup>85</sup> Leodete Miranda e Lenice Amorim. *Mato Grosso – Atlas Geográfico*. Entrelinhas: Cuiabá -MT, 2000.

<sup>86</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira. *Doenças Endêmicas do Mato Grosso*. In. Gloria Marly Duarte de Carvalho Fontes. *Alexandre Rodrigues Ferreira: Aspectos de sua vida e obra*: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: Manaus-AM, 1993 p.50.

E estas duas estações conjugadas moldaram de certa forma o cotidiano do viver e morar na Vila-Capital, uma vez que no período chuvoso as preocupações com as enchentes e consecutivamente com as calamidades eram constantes. Já no período de vazante do Guaporé, a preocupação era com as doenças e epidemias que poderiam assolar a vila. Entre março e setembro, o sol escaldante da região fazia com que apodrecessem os restos vegetais e animais deixados às margens do rio e começasse a exalar odores pútridos pela vila, provocando doenças epidêmicas<sup>87</sup>.

Este fato é seguidamente registrado na documentação da Câmara de Vila Bela, como o referente ao ano de 1774 que, entre outras coisas, traz notícias não apenas da cheia daquele ano, mas também rememora a ocorrida anteriormente:

*Ainda não se pode principiar o muro dos quartéis, porque está tudo alagado, foi muito grande a cheia na semana da páscoa, só faltou menos de palmo para chegar a grande [enchente] de 71<sup>88</sup>.*

Por este documento é possível perceber o quanto o cotidiano da vila estava pautado pelo ciclo fluvial entre as cheias e vazantes do Guaporé. Como edificar o muro dos quartéis, se a água impossibilitava os trabalhadores de labutarem em suas pejeas diárias? Pode-se dizer que com as enchentes o cotidiano era transformado, dando lugar ao temor das doenças e da morte.

Tanto as seguidas enchentes quanto o período das vazantes faziam com que os vilabelenses vivessem constantes calamidades, ora por se tratar das cheias guaporeanas, ora pelas doenças e epidemias que assolavam aquela região em vários meses do ano. E estes eram, sem dúvida, grandes problemas não só para a população, mas também para a administração.

Acerca do período de vazante, Alexandre Rodrigues Ferreira, fez a seguinte observação:

*[...] com o calor do sol se tem exalado e espalhado pela atmosfera os vapores podres das margens dos Rios, dos Lagos e das terras inundadas. Constam da pior sorte de febres podres, malignas, e intemittentes, de corrupções, garrotinhos, pontadas e desinteiras.[...] pelos matos,*

---

<sup>87</sup> João Severiano da Fonseca. *Viagem ao Redor do Brasil*. 1º Vol. Typografia de Pinheiro e Cia. Rio de Janeiro-RJ. 1880. p.171.

<sup>88</sup> Carta do Provedor da Fazenda Real Miguel Pereira Pinta a Luis de Albuquerque acerca da remessa de produtos do armazém, contas do fardamento e resposta para o pagamento. Fundo: Fazenda. Grupo: Provedoria. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1774. Doc. 34. Vila Bela, 12 de maio d de 1774. APMT.

*morreram antas, porcos, veados, bestas, muares e cavalos e até mesmo aves*<sup>89</sup>.

Se, como fora destacado, a temporada de chuvas na região do Mato Grosso principia, no mês de novembro quando a Expedição Filosófica ali chegou, no início de outubro, as chuvas ainda não haviam começado, isso leva a crer que muitos fatores também contribuíram para que as epidemias e doenças fizessem parte do dia-a-dia vilabelense, notadamente a falta de infra-estrutura urbana.

Esta é uma questão presente na documentação: a Câmara da Vila-Capital justificava a ausência de infra-estrutura na falta de verbas para investimentos urbanos. Em vários documentos percebe-se essa alegação. Em ofício de 03 de fevereiro de 1770, ao Governador e Capitão-General Luis Pinto de Souza Coutinho, os oficiais camarários afirmam não ser possível calçar as ruas da vila por falta de rendimentos suficientes para este fim.

A argumentação de que não investiram em infra-estrutura básica por falta de verbas públicas fez da vila um lugar inóspito e indesejável para se habitar. Por outro lado, como pensar em aumentar o contingente populacional da vila sem levar em conta as necessidades básicas de sua população, entre as quais a questão da salubridade e higiene?

Tentando minimizar os efeitos dos fenômenos naturais das cheias e vazantes, logo depois de tomar posse, Luis de Albuquerque passou a recomendar que as novas construções fossem levantadas ao máximo de distância das margens do rio Guaporé. Mas somente tal recomendação não foi suficiente para eliminar o problema, pois, como observou João Severiano da Fonseca, que esteve em visita a Vila Bela, no final do século XIX, os pântanos e brejos que acercavam-na, juntamente com a falta de cuidados com as margens dos rios, especialmente do Guaporé, faziam do espaço urbano da vila um lugar insalubre e inóspito<sup>90</sup>.

Resguardando o período que distancia o governo de Pereira e Cáceres, praticamente quase um século, com o da visita do médico-viajante, ainda é perceptível a ausência de interesses em resolver o problema que assolava a vila.

---

<sup>89</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira. In: Carvalho. Idem. Op. Cit. p. 51

<sup>90</sup> João Severiano da Fonseca. *Viagem ao Redor do Brasil*. Volume 2. Typografia de Pinheiro e Cia. Rio de Janeiro-RJ, 1881. p.130.

Deve-se ressaltar que não era obrigação do governador da capitania dirigir os destinos políticos da Vila-Capital, para isso havia a Câmara. Porém, como sede governamental, espaço em que estava edificada a residência do governador, a Vila-Capital deveria servir como exemplo de prosperidade e, usando um termo da atualidade, no qual pairasse “qualidade de vida” para sua população.

Decorrem desse pormenor os projetos políticos para redimensionar o perímetro urbano da vila, uma vez que os maiores problemas que o novo governador viria a enfrentar durante o seu longo governo, em se tratando de Vila Bela, eram as enchentes e vazantes guaporeanas, que deixavam o ambiente vilabelense pútrido e doentio.

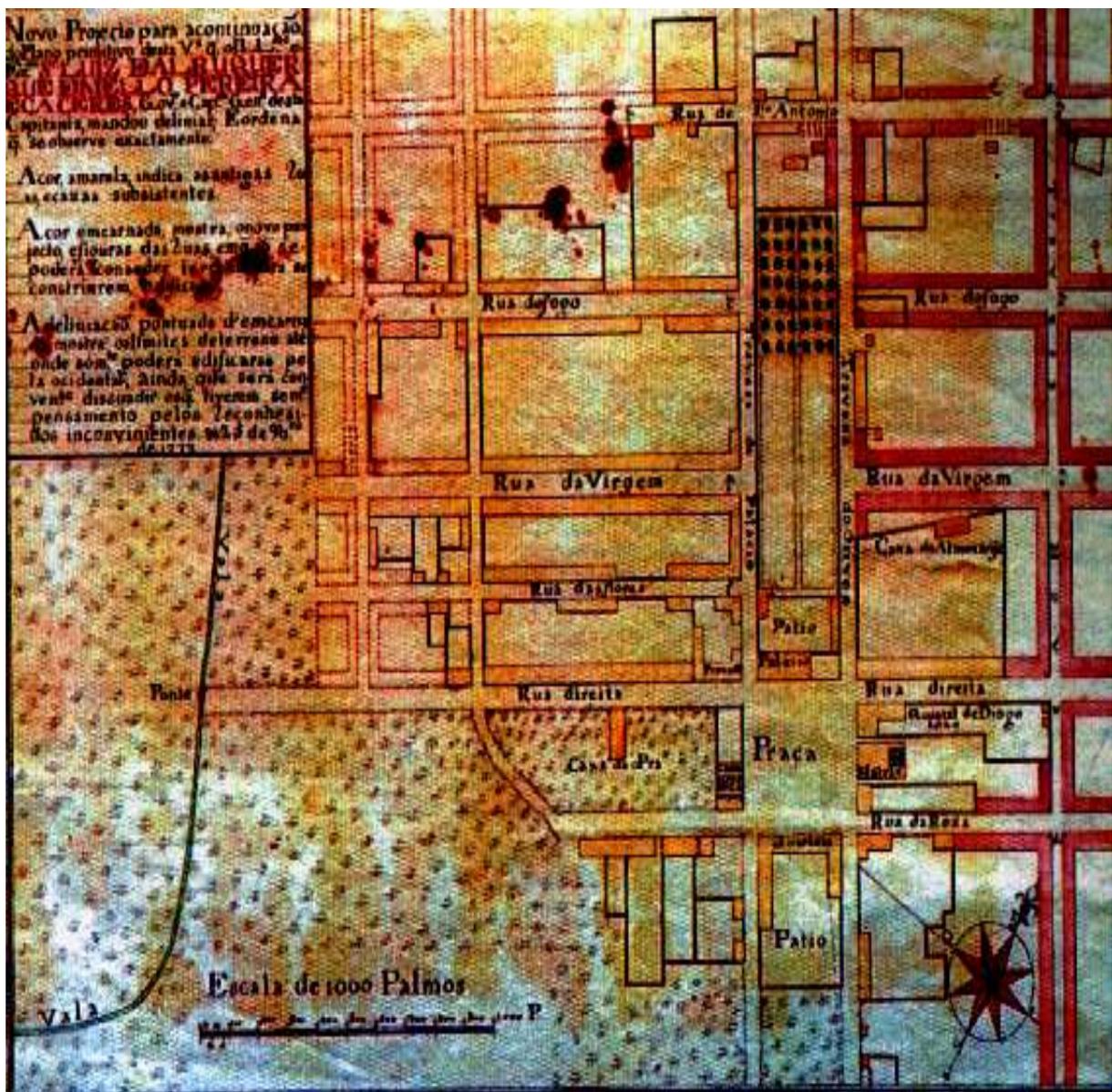


Figura 02: Planta baixa de Vila Bela as Santíssimas Trindade, 1773.

Fonte: Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colônia..* p. 259. 2000.

Nesse sentido logo no início de sua administração Luis de Albuquerque propôs um projeto de re-urbanização para Vila Bela que ganhou forma na planta de 1773 (Figura 02). Para José Maria de Souza e Isa Adonias (1985), essa

*[...] planta revela uma construção quadrangular de ruas paralelas, largas e bem traçadas que iam cair no rio, cortadas perpendicularmente por travessas paralelas ao dito rio e dando origem a quarteirões simétricos<sup>91</sup>.*

Conforme o desenho apresentado, as novas edificações deveriam estar para o nascente e o mais longe possível do rio Guaporé para evitar os antigos problemas das inundações. Isso fica esclarecido na própria cartela colorida colocada à esquerda da planta ao especificar que a *cor* amarela indica as antigas ruas e casas subsistentes. A *cor* encarnada mostra o novo projeto e figura das ruas em que só se poderá conceder terreno para se construírem edifícios. A *delineação pontuada de encarnado* mostra os limites de terreno até onde somente poderá edificar-se pela ocidental ainda que será conveniente dissuadir os que tiverem somente pensamento pelos reconhecidos inconvenientes.

Levando-se em conta que os “reconhecidos” inconvenientes destacados na inscrição, estão relacionados com as enchentes e vazantes do rio que corta a vila; nota-se nos detalhes a preocupação de Pereira e Cáceres com a salubridade desse núcleo urbano. Observa-se na planta que os terrenos para as novas edificações seguem um padrão de tamanho, destacado em vermelho.

De acordo com esta planta e como recomendação do Capitão-General era preciso que as novas construções seguissem em direção ao ocidente da vila, buscando assim evitar os inconvenientes provocados pelo rio Guaporé.

Distanciando as novas edificações das proximidades do rio, estar-se-ia evitando os incidentes causados pelas constantes cheias guaporeanas que deixavam parte da vila alagada e, no período da vazante, febril e com muitas epidemias, as quais davam à vila o epíteto de pestilenta e doentia. E era essa alcunha que afastava muitas das pessoas que pretendiam se fixar na Vila-Capital. Apesar dos vários incentivos concedidos pela coroa portuguesa, eram poucos os que ali se estabeleciam.

---

<sup>91</sup> José Maria de Souza e Isa Adonias. *Real Forte Príncipe da Beira*. Fundação Emílio Odebrecht. Rio de Janeiro-RJ, 1985. p. 220.

Os *Anais de Vila Bela* de 1773 informam que o governador ordenou, a 13 de novembro desse ano, que as novas casas fossem edificadas em direção ao *nascente que oferece maior altura e gozo de um ambiente mais sadio e determinou nova delimitação de ruas e travessa com respectivo desenho*. E ainda ordenou que a *Câmara de Vila Bela fizesse sair da vila todos os enfermos chamados de lepra*<sup>92</sup>.

Certamente este dado chama atenção, tanto pela medida de saneamento, como por indicar negligências por parte dos oficiais da Câmara no que se refere ao Capítulo 4º, parágrafo 2º, do Estatuto de Vila Bela de 1753, que afirma:

*Como pode suceder que nas Minas do Cuiabá, ou no seu circuito na cidade do Grão Pará, ou por este Rio Guaporé abaixo, não consentirá a Câmara que as canoas que vierem do Grão Para passem da Casa Redonda para cima, nem as tropas que vierem do Cuiabá passem do Rio Jauru para cá, cujos lugares se assinalam para os lazaretos, e fazerem neles quarentena [...]*<sup>93</sup>.

Acerca dessa questão não se encontrou nenhum outro documento que se referisse aos doentes de lepra na Vila-Capital que pudesse ajudar a identificar a quantidade de lazarentos. Diga-se de passagem, nem na planta da cidade, datada em 1773, como em nenhuma outra realizada no período de seu governo há indícios de que o governador tenha pensado em edificar um hospital na Vila-Capital, o único que existia era um hospital militar.

Entretanto, a quantidade de acometidos pela hanseníase era grande, uma vez que quase vinte anos depois, em 1790, já no governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, irmão e sucessor de Luis de Albuquerque, foi construído um leprosário. Como informa Henrique B. Rohan, esse governador mandou *estabelecer este ano a algumas léguas de Vila Bela um Lazareto [...]*<sup>94</sup>. Tal hospital foi erguido às custas do próprio Capitão-General, em Vila Bela.<sup>95</sup>

Rohan ainda faz outras afirmações:

---

<sup>92</sup> Henrique de Beaurepaire Rohan. Idem. Op. Cit. p. 68.

<sup>93</sup> *Estatutos Municipais ou Posturas de Vila Bela de 1753*. In. Rosa e Jesus. Idem Op Cit. p.144.

Casa Redonda era um ponto de parada militar localizada nas proximidades do rio Corumbiara, na Repartição de Mato Grosso. Grifo do autor.

<sup>94</sup> Henrique de B. Rohan. *Anais de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 85.

<sup>95</sup> Idem. Op. cit. p. 84.

*No princípio deste ano (1784) houve tão grande enchente no Guaporé que destruiu grande parte de Vila Bela.  
No fim deste ano (1785) houve uma peste em Mato Grosso de que morreu muita gente*<sup>96</sup>.

É possível notar então que o cotidiano da vila era permeado por calamidades que a assolavam praticamente o ano todo. Se considerada a sazonalidade do rio Guaporé, perceber-se-á que o final do ano coincidia com o período das enchentes e o início do ano, mais precisamente março, com o das vazantes. O recuo das águas aliado à alta temperatura do ambiente fazia com que os detritos vegetais e animais, que no período de cheias foram depositados nas áreas inundadas, entrassem em processo de decomposição, exalando ar pútrido e doentio, associado às epidemias frequentes na vila. Este dado também foi observado no final do século XIX pelo médico-viajante João Severiano da Fonseca, quando esteve em Vila Bela<sup>97</sup>.

De acordo com informação do cronista Henrique B. Rohan, a Vila-Capital, no 11º ano de governo de Pereira e Cáceres, ainda sofria com as doenças e febres provocadas pela insalubridade do ambiente, a ponto de, em 1786 *três padres avisados para marcharem de Cuiabá para Vila Bela, temerosos da insalubridade daquele clima, fogem para São Paulo*.

O mesmo cronista diz ainda:

*[...] de 1787 a 1793 nos meses de setembro a novembro foram os habitantes de toda capitania flagelados com catarrais, pneumonias, pleurises malignos e febres podres. E foi, sobretudo no distrito de Vila Bela que produziu estragos consideráveis*<sup>98</sup>.

É bom que se destaque que os meses compreendidos entre setembro e novembro, na região do Mato Grosso, marcam o início da temporada de chuvas, porém ainda não é o período de maior intensidade das mesmas. Se entre estes meses a vila já estava infestada por doenças é sugestivo afirmar, então, que o que faltava na Vila-Capital eram cuidados básicos com a saúde de sua população; não se pode culpar tão

---

<sup>96</sup> Henrique de Beuripaire Rohan Idem. Op. Cit.. p. 79.

<sup>97</sup> João Severiano da Fonseca. *Viagem ao Redor do Brasil*. Volume: 2. Typografia de Pinheiro e Cia. Rio de Janeiro-RJ, 1881. p.130

<sup>98</sup> Henrique de B. Rohan Idem. Op. cit. p. 82.

somente os fenômenos naturais pelos estragos provocados na vila. O que faltou para a sede da capitania foram investimentos em higienização e cuidados básicos, tais como a edificação de hospitais, limpeza das margens dos rios, aterramento dos pântanos e brejos nos entornos da vila, entre outras providências.

Eram muitas as doenças que assolavam as populações que habitavam a região do Guaporé, talvez a mais temida fosse a febre conhecida como “corrução”. Alexandre Rodrigues Ferreira, que visitou a Vila-Capital e demais povoações mineradoras de seu entorno em 1789 e 1792, descreveu esta doença, que inclusive ceifou a vida de seu colega de expedição, o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo. Na opinião do naturalista essa febre era provocada:

*Pelas adversidades da vida, dissabor, aflições de espírito, impropriedade, ou falta de asseio, a indigência extrema em que vivem, a vida irregular, a intemperança em todo sentido, os alimentos podres, que comem, o ar corrupto que respiram, principalmente o que dos porões das canoas exalam os alimentos já podres, a água estagnadas que bebem, ou recheadas de miasmas pestíferos, de animais, e de vegetais apodrecidos. O que logo se experimenta ao menor repenique dos rios, menos no da enchente, que no da vazante. Sendo funesta para todos<sup>99</sup>.*

O chefe da expedição Filosófica argumenta que as pessoas mais acometidas por essa doença eram os viajantes, soldados, presos, os índios remeiros e os escravos, devido à falta de cuidados com higiene.

Tudo isso conduz ao questionamento das atitudes dos oficiais da Câmara da Vila-Capital durante o governo de Luis de Albuquerque como administrador da capitania do Mato Grosso. Se no início do governo Luis de Albuquerque intenciona transformar a Vila-Capital num espaço saudável, sugerindo à Câmara que as novas edificações fosse o quanto mais afastadas das margens do rio Guaporé, para evitar as calamidades provocadas pelas cheias e vazantes, tal ato não foi suficiente para eliminar as constantes epidemias que a infestavam. Percebe-se pela documentação que as doenças continuaram a afetar o dia-a-dia dos vilabelenses, ocasionando uma epidemia catarral ocorrida entre agosto, setembro e outubro de 1790, que causou grande mortandade, de forma que em um mês e meio a capital perdeu 114 vidas<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira. *Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso*. In: Carvalho. Idem. Op. Cit. p. 64. Cf. Maria de Fátima Costa (1993), a corrução, também conhecida como máculo, era uma moléstia oriunda da Costa da África.

<sup>100</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira. In: Carvalho. Idem. Op. Cit. p 52.

Esse dado leva ao questionamento acerca do processo de enterramento na vila. No século XVIII os sepultamentos eram realizados no interior ou adjacências das igrejas. Mas, como imaginar um contingente tão grande de óbitos, como ocorrido em 1790, sendo sepultado no interior ou próximo das igrejas? Ao que tudo indica, não foi pensado um cemitério afastado do perímetro urbano no processo de reordenamento da vila nos projetos de Luis de Albuquerque, como ocorreu na Povoação Regular de Casal Vasco, edificada setembro de 1783, distante aproximadamente oito léguas a sudoeste da Vila-Capital.

Esta questão foi abordada por Edevamilton de Lima (2003) em seu estudo sobre a referida Povoação e afirma que: *a preocupação com a higiene em seu limite urbano, a projeção do cemitério distante do espaço edificado, que para a época não era comum, tendo em vista a prática em sepultar os corpos no interior das igrejas e em seu entorno*<sup>101</sup>.

Na três plantas (1773, 1780, 1789) e nos dois planos (1775, 1777) analisados neste trabalho não se percebe indício de edificação de cemitério afastado da malha urbana da vila. De acordo com as Posturas Municipais da Câmara de Vila Bela de 1753 em seu Capítulo 1º, Artigo 2º: *para cemitério de índios, pretos e mais defuntos que não vão ao interior da Igreja e se sepultam no Adro, se fariam claustros ou pátios no corpo de toda a obra, aos lados ou por detrás, [...]*<sup>102</sup>.

Pensando neste artigo das Posturas de Vila Bela e nas epidemias e pestes que assolavam a vila em variados meses do ano é que surge a dúvida de onde sepultar tantas pessoas, questão, entretanto, que não pode ser respondida na pesquisa realizada.

Febres como a corrução, as intermitentes, as contínuas, as podres, as ardentes, as terçãs, as quartãs e as catarrais eram doenças comuns em temporada de cheia, como observou Alexandre Rodrigues Ferreira, como também outros viajantes que em Vila Bela estiveram no século XIX, levando a conclusão que a quantidade de vítimas fora grande durante o século XVIII. Percebe-se então que durante o período albuquerqueiro (1772-1789) a Câmara não deu a devida atenção à saúde dos habitantes da Vila-Capital, pois, como também observou o chefe da viagem Filosófica. *Não havia hospital e nem*

---

Francis Castelnau, viajante que esteve em Vila Bela no século XIX, sugestiona que a população menos favorecida economicamente estava mais exposta a doenças e epidemias, portanto era nesta classe que havia maior número de óbitos.

<sup>101</sup> Edevamilton Oliveira Lima. Idem. Op. Cit. p.118

<sup>102</sup> Estatutos de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1753. Idem. Op. Cit. p. 134.

*sequer uma botica provida de remédios caseiros*<sup>103</sup>. Os cuidados básicos com higiene e sanitização, que deveriam ser caminhos para eliminar tais doenças, foram relegados pelos oficiais camarários.

Se os projetos de reordenamento do perímetro urbano da Vila-Capital objetivavam fazer daquele espaço um lugar atrativo às pessoas que para lá fixassem suas residências, é incompreensível que o 4º Capitão-General e os oficiais da Câmara não tenham posto em prática uma política mais efetiva de saúde pública e de sanitização da cidade, apesar dos projetos de reordenamento urbano.

---

<sup>103</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira. In: Carvalho. Idem. Op. Cit. p. 49.

## **CAPÍTULO 3**

### **MUDANÇAS NO ESPAÇO URBANO DA VILA-CAPITAL**

Como tratado no capítulo anterior, logo depois de tomar posse em 1773, Luis de Albuquerque enviou à Câmara um projeto de mudanças na estruturação urbana da Vila-Capital, propondo entre outras coisas, que as novas construções fossem edificadas longe das margens do rio Guaporé. Certamente, antes de fazer tais propostas, o novo governador deve ter observado e estudado o plano primitivo da vila e chegado à conclusão de que somente uma reforma em seu projeto urbano poderia fazer a vila torna-se um espaço mais saudável e agradável para viver. Como fica destacado nos detalhes da planta de 1773, do início de seu governo.

As plantas e planos<sup>104</sup> de Vila Bela, pensados no decorrer do governo de Luis de Albuquerque, ajudam a perceber que o governador teve uma preocupação maior com o traçado urbano no início de sua administração. Levando-se em conta que os anos de 1780 foram os que dominaram a questão da definição de fronteiras, posterior ao Tratado Preliminar de 1777, mais conhecido como Tratado de Santo Ildefonso, é provável que

---

<sup>104</sup> Raphael Bleteau em *Vocábulos Litúrgicos e Marítimos*. Volume 3. Lisboa-Portugal, 1716. p. 544, define planta em se tratando de arquitetura, como a delineação, que faz o arquiteto no papel, é a forma superficial do edifício. Já, Aurélio Buarque no *Novo Dicionário Aurélio*. Nova Fronteira: São Paulo-SP, 2001, afirma que plano é o mapa de cidade, enquanto planta topográfica é a representação gráfica, convencional e minuciosa de uma pequena área de superfície terrestre; carta topográfica. Como Também a diferença de sentido entre as palavras plano e planta foi trabalhada pelo professor Rodrigo Santos de Faria, no curso *Olhares sobre a Cidade e suas formas: Perspectivas de uma Construção Interdisciplinar da História Urbana do Brasil*, ocorrido durante o XXIII Simpósio Nacional de História, realizado em Londrina-PR, entre 17 e 22 de julho de 2005. Para ele tanto planta como plano são representações gráficas de um edifício, e em se tratando de uma cidade é a representação dos vários edifícios em projeção horizontal. Portanto, não há diferença entre um e outro, muito pelo contrário, as palavras são sinônimas.

suas atenções tenham se dirigido muito mais para esta questão que para as ligadas à própria Vila-Capital.<sup>105</sup>

De uma forma geral os planos desse período ratificam a tendência de que as novas edificações fossem afastadas do rio Guaporé. Neles a capital Vila Bela deveria ter um decoro especial, condizente com a função que exercia na capitania do Mato Grosso. Apesar da preocupação estética na arquitetura desde sua fundação, o fato de sofrer com as agruras das enchentes fez com que o 4º Capitão-General idealizasse projetos de redimensionamento do perímetro urbano para a vila sede política do governo.

Em um documento datado de 02 de outubro de 1773, a Câmara de Vila Bela doa uma terra devoluta na rua de Santo Antonio, no perímetro urbano da vila, a um negro forro chamado Francisco de Castro:

*Foi V. Excia servido dirigira este Senado o requerimento incluso de Francisco de Castro, preto forro, sobre o qual tomando-se a informação conveniente consta no exame às terras que pede devoluta e em termos de V. Excia se fazer à graça que suplica, por serem verdadeiros seus regimentos, porém V. Excia determina o que for servido.*<sup>106</sup>

A rua de Santo Antônio era uma das principais de Vila Bela no período, por isso somente pessoas com posses é que teriam condições para ali construir. Os requerentes de terras nessa rua, como nas outras, de antemão já tomavam conhecimento dos cuidados que deveriam ter no trato com suas residências. De acordo com o capítulo 2º, parágrafo 8º do Estatuto de Vila Bela, de 1753:

*No que mais devemos cuidar os moradores destas minas, podendo, deve ser em fabricarem casas suntuosas na Vila, porque estas não só servem de adorno a seu dono, mas de aumento de formosura à República [...]. A Câmara em tempo nenhum concedesse licença, nem chãos para casas de menor frente que de sessenta palmos, seja a pessoa que for e dali para cima toda a mais que quizerem, porque assim se fará mais formosa esta Vila.*<sup>4</sup>

---

<sup>105</sup> As duas Plantas e três Planos de Vila Bela analisadas neste estudo, decorrentes do governo de Luis de Albuquerque, são as seguintes: Planta do Perímetro Urbano de 1773, Plano de Abertura de Nova Rua de 1775, Planta do Perímetro Urbano de Vila Bela de 1777, Plano de Vila Bela de 1780 e Planta do Perímetro Urbano de 1789.

<sup>106</sup> Correspondência do Senado da Câmara a Luis de Albuquerque comunicando sobre a doação de terra devoluta a Francisco de Castro. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade. Lata: 1773. Doc. 61. Vila Bela, 2 de outubro de 1773. APMT.

Em nenhum artigo do Estatuto de 1753 é mencionado, entretanto, se as casas deveriam ter um ou dois pavimentos, nem a quantidade e tamanho de portas e janelas. O artigo 8º do capítulo 2º apenas se refere à formosura das casas para referendar o valor tanto de seu proprietário como da Vila-Capital.

Esse episódio evidencia que no dia-a-dia de Vila Bela, não só durante o processo de tentativa de implementação do redimensionamento imposto por Luis de Albuquerque, mas desde de seus primórdios, conseguir terras no perímetro urbano da vila era uma questão que não dependia só do poder aquisitivo da pessoa, mas também de sua vontade em edificar conforme os padrões exigidos nas Posturas da Vila de 1753.

O reordenamento do perímetro urbano da Vila-Capital sugerido por Luis de Albuquerque a partir da Planta de 1773, entretanto ainda não havia sido concluído em 1786, visto que, tendo como base as informações de Augusto Leverger (2001) e de Henrique Rohan (2001), as duas grandes cheias ocorridas 1784 e 1786 fizeram com que uma parte da Vila-Capital fosse destruída pelas águas.

Ora, se onze anos após o projeto de 1773, que sugeria novos rumos para as edificações da vila, o rio Guaporé ainda continuava causando estragos, provocando calamidades, isso significa que o esforço para livrá-la das constantes cheias ainda não havia causado efeitos concretos.

Decorrem daí duas hipóteses: ou os oficiais da câmara não colocaram em prática o projeto apresentado por Luis de Albuquerque no início de seu governo, ou somente a parte primitiva da vila, sofreu com as enchentes ocorridas em meados da década de 1780.

Ressaltando a primeira hipótese, se houvesse empenho real para que as novas construções se afastassem das margens do mencionado rio, possivelmente as enchentes causariam danos menores em Vila Bela, pois os mesmos cronistas destacam, que um terço da vila ficou alagado. Por essas catástrofes é quase certo que as mudanças sugeridas na Planta de 1773 não tenham sido colocadas em prática.

Portanto, não havendo empenho por parte das autoridades locais para eliminar o antigo e conhecido problema provocado pelas águas guaporeanas, ficava difícil incentivar as pessoas para residir na vila.

---

4 *Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara de Vila Bela de 1753*. In: Rosa e Jesus. Idem Op. Cit p. 138.

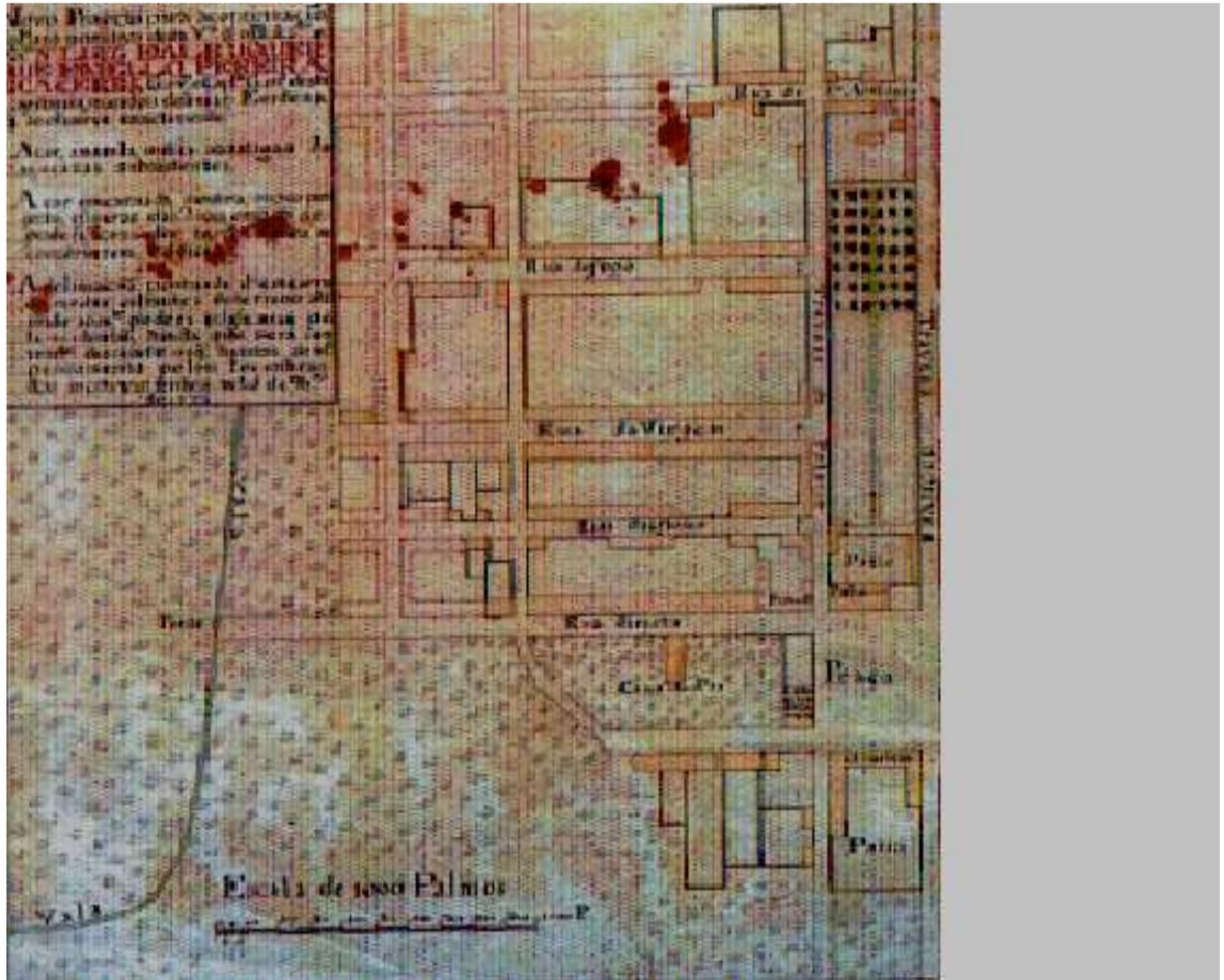


Figura 03: Detalhe da Planta Baixa de Vila Bela, 1773.  
 Fonte: Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colônia*. 2000: p. 259.  
 Recorte feito pelo autor com objetivo de focar a parte primitiva da vila.

Analisando a planta de 1773 é possível conhecer a parte primitiva da vila, que o 4º Capitão-General encontrou (Figura 03) Tendo como referência à praça principal, do lado leste está a matriz, no oeste a cadeia e a casa da câmara, ao norte o palácio dos capitães gerais e à esquerda dele encontra-se a provedoria. Do lado sul da praça está o quartel, atrás deste um pátio. Na mesma direção do palácio destaca-se um outro pátio. Seguindo pela travessa dos Ourives observa-se a casa do almoxarife e paralela a ela está a travessa do palácio, e ambas seguem até a rua de Santo Antonio. Destaca-se ainda a rua das Rosas, a rua Direita e nesta a casa da ópera, seguida pela rua das Virgens e rua do Fogo. E a parte oeste seria o espaço sugerido por Pereira e Cáceres para construção das novas edificações da vila. A Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, a 20 de dezembro de 1773, argumenta sobre a concessão de chão para construção de casas em direção ao nascente por causa dos inconvenientes das inundações:

*Em observância das ordens que V. Excia foi servido dirigir a este Senado sobre a concessão de chãos para erigirem casas, ordena V. Excia que seja para o nascente se possam dar, pelos manifestos inconvenientes das inundações, que faz os sítios das terras imediatas a ele. Fica este Senado em intensa inteligência de fazer observar o projeto da delineação das ruas e travessas em consequência do plano primitivo e da nova ordem de V. Excia<sup>108</sup>.*

O documento recomenda um novo rumo para as edificações da vila como proposta na Planta de 1773. O projeto, idealizado no princípio do governo de Luis de Albuquerque, sugeria edificações afastadas ao máximo do rio Guaporé. Inclusive mais reforçadas, para evitar as catástrofes provocadas pelas enchentes, como pondera o próprio Luis de Albuquerque em documento enviado ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro:

*Em razão de que a boa polícia das terras constituem uma parte da administração civil [...] tenho podido inspirar aos mesmos habitantes em geral e sem que se lhe cause infortúnio ou qualquer outro arbítrio de edificarem decoro e decência muitas casas próprias, tanto sobre o primitivo Plano da referida vila que foi muito bem advertido como sobre os aditamentos que no meu tempo se lhe fizeram, mas ainda de reformar em desde os alicerces, como na verdade se fazia preciso, em maioria das casas antigas que substituem, pois que sendo muito mal construídas, não tenham segurança nem comodidade.<sup>109</sup>*

Claudia F. Damasceno (1997) considera que na política de urbanização setecentista implementada no mundo colonial pela Coroa portuguesa havia uma preocupação com a estética, com a questão da higiene e funcionalidade das aglomerações, cuidados que representavam o nível de civilidade e de cultura de seus habitantes. E expressões como comodidade, boa polícia, formozamento tornaram-se corriqueiras em documentos dos governantes coloniais, maneira de mostrar à Coroa que estavam implementando a política urbanística em terras do além mar.<sup>110</sup>

A política empreendida em Vila Bela no início do governo de Luis de Albuquerque, no que tange ao reordenamento do perímetro urbano da vila, seguia um padrão metropolitano. Entretanto, é bom que se ressalte que a Vila-Capital da capitania

---

<sup>108</sup>Correspondência do Senado de Vila Bela ao Governador Luis de Albuquerque em que discorre sobre a concessão de chão para construção de novas casas em Vila Bel. Fundo: Senado da Câmara. Lata 1773. Correspondência Ativa. Vila Bela 20 de dezembro de 1773. APMT.

<sup>109</sup> Ofício do Governador e Capitão-General Luis de Albuquerque ao Secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, argumentando sobre as novas edificações em Vila Bela. Lata: 1773. Correspondência ativa. Doc. 7. Vila Bela, 02 de março de 1773. APMT.

<sup>110</sup>Claudia Damasceno Fonseca. *O espaço urbano de Mariana: Sua formação e suas representações*. LPH-Revista de História. Nº 7. Editora da UFOP: Ouro Preto-MG, 1997. p. 100.

de Mato Grosso e Cuiabá nasce a partir dessa visão urbanística portuguesa, e as reformulações implementadas pelo 4º Capitão-General visavam fundamentalmente adequar essa política lusitana à vila, daí suas preocupações em alargar ainda mais as ruas, abrir outras novas, reformar e/ou restaurar prédios públicos.

Por sofrer com as constantes cheias guaporeanas, além da preocupação com o decoro, o 4º Capitão-General pretendia que as edificações de sua época fossem mais seguras para evitar catástrofes futuras. A exigência do decoro já estava prevista nas Posturas de Vila Bela (1753), Luis de Albuquerque apenas exige que se cumpra o artigo 8º, capítulo 2º.<sup>111</sup>

Logo, as tentativas implementadas por parte do 4º Capitão-General para modificar o perímetro urbano de Vila Bela não estavam ligadas a seu capricho pessoal. Suas preocupações estavam relacionadas com a fixação das pessoas na vila para aumentar o contingente populacional na Repartição de Mato Grosso, em especial na Vila-Capital.

Albuquerque não cria nenhum padrão divergente do que já existia na vila, observa-se nos detalhes da planta de 1773 (Figura 02) que no lado oeste, onde seriam erigidas as novas edificações, as ruas continuaram retilíneas, entretanto não é possível perceber por essa planta sugestão para que os edifícios públicos construídos na parte inundável da vila fossem deslocados para outra área. Ao contrário, até a casa da ópera, permaneceu na parte primitiva da vila. Como também se pode notar, no pátio do palácio dos governadores, o desenho de um bosque, talvez um jardim botânico.

Voltando aos planos e plantas de às representações de Vila Bela, vê-se que a mesma ganhou um novo registro, através do 1775. (Figura 04).

Neste plano se vê que a área em amarelo era espaço já edificado, e os pontilhados também com amarelo eram sítios ainda por ser ocupado para edificações de residências. Nota-se nele a preocupação com os tamanhos regulares dos sítios destinados a edificações e mais uma vez os retilíneos das ruas e travessas.

Fazendo uma rápida comparação entre a planta de 1773 e o plano de 1775 se percebe que na primeira o objetivo não é o mesmo do segundo. Enquanto a de 1773 demonstra edificações afastadas do rio Guaporé, a outra enfatiza a nova rua que deveria ser aberta para servir de portal de entrada e saída da vila, seguindo em direção oposta ao rio.

---

<sup>111</sup> *Estatutos de Vila Bela de 1753*. In. Rosa e Jesus. Idem. Op. Cit.138.

É interessante observar que no plano de 1775 existe uma inscrição do lado esquerdo ressaltando as edificações existentes na vila. Destacam-se: A- Matriz da Santíssima Trindade; B- Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens; C- Residência dos Provedores e Casa da Intendência; D- Casa de Fundação interina; E- Face do Palácio e Quartéis; F- Casa da Câmara; G- Açougue; H- ilegível; I- Casa de Teatro. No plano se nota que a praça é o espaço principal, próximo à qual todas as edificações públicas tinham seu lugar.

Como se observa no plano de 1755, a abertura de uma outra rua na capital. Conforme a documentação consultada, a nova via deveria beneficiar a população:

*Certifico que [...] Parágrafo 1º: Aos dezenove dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Vila Bela da Santíssima Trindade [...] por ordem do Ilmo e Exmo Senhor general [...] para se proceder a abertura da nova rua, ou grande travessa, que em benefício público e comodidade da povoação está resolvido que se abra na conformidade do Plano, que está em poder do Secretário do Governo.[...]*<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup>Autorização do Senado da Câmara para abertura de Nova Rua no perímetro Urbano de Vila Bela. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade. Correspondência Ativa Lata: 1775 a. Doc. 104. Vila Bela em 20 de agosto de 1775. APMT

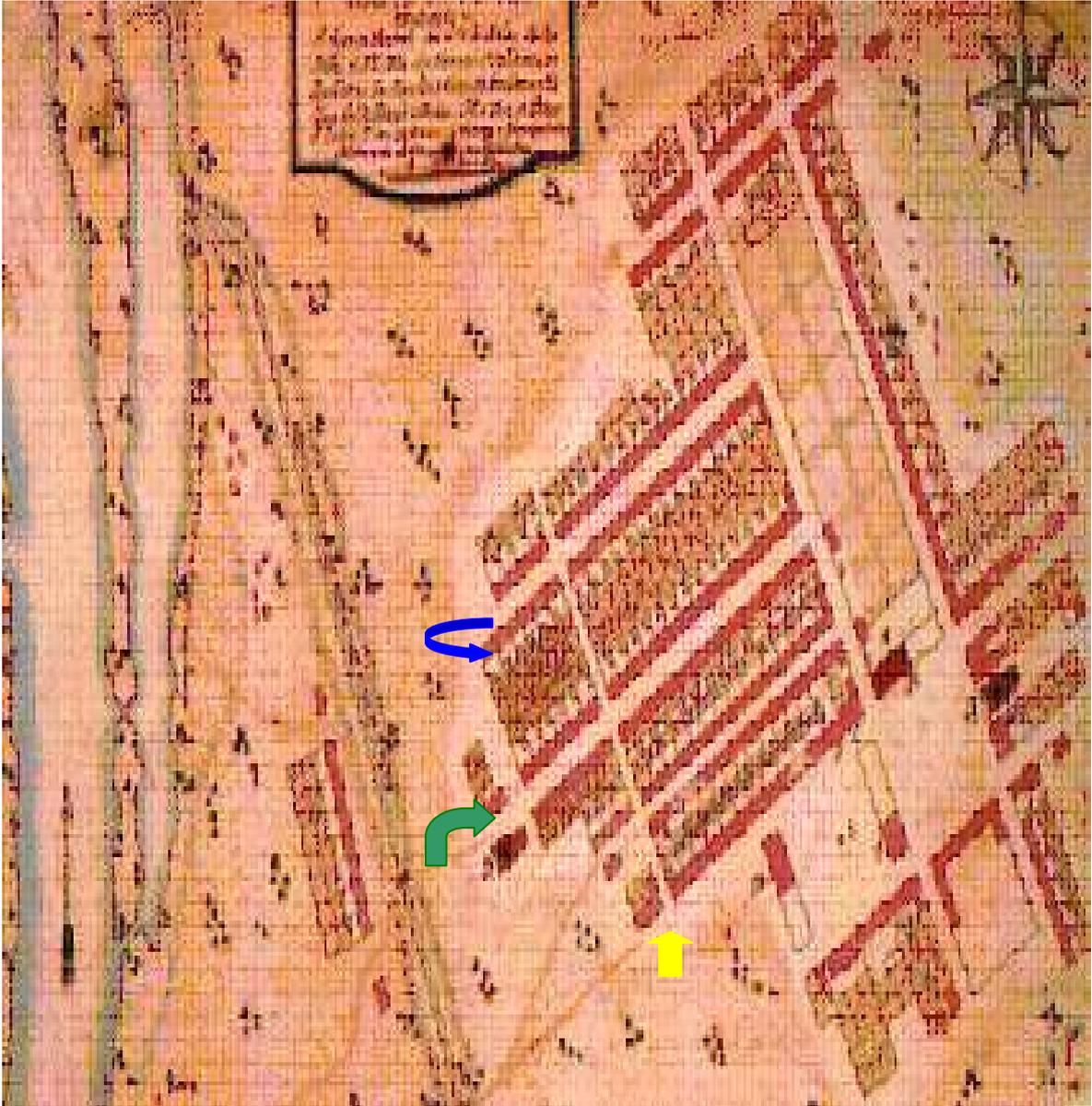


Figura 04: Detalhes do Plano de Vila Bela de 1775.

Fonte: Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colônia*, 2000: p. 259. A seta em cor amarela aponta a rua aberta com o plano de 1775, a de cor verde a rua dos Mercadores, a de cor azul a rua do Fogo.

Os *Anais* de Vila Bela de 1775, também informam sobre isto assinalando que *tendo mandado Luis de Albuquerque que abrisse efetivamente a grande travessa que corta presentemente, desde a praça, as ruas dos Mercadores e a do Fogo [...]*.<sup>113</sup>

Entretanto ao verificar o documento que autoriza a abertura da grande Travessa em Vila Bela, não se compreende quais tipos de benefícios e comodidades ela traria à população.

---

<sup>113</sup> *Anais* de Vila Bela de 1775, citado por José Maria de Sousa Nunes e Isa Adonias. *Real Forte Príncipe da Beira*. Fundação Emilio Odebrecht Rio de Janeiro-RJ. 1985. p.222.

Uma hipótese é de que ela apenas serviria de entrada e saída da vila, isto estaria em consonância com o que observa Cláudia Damasceno Fonseca: *No que diz respeito à estética das cidades havia uma grande preocupação em 'aformosear', além das ruas e edifícios, as entradas dos núcleos urbanos.*<sup>114</sup> Esta hipótese de que Luis de Albuquerque tenha mandado abrir a grande Travessa para servir de portal de entrada e saída da vila pode ser confirmada ao se observar a Planta baixa da vila de 1777 (Figura 05) e de 1780 (Figura 06), com o pormenor de destacar os caminhos que saíam da Vila-Capital.

Outra possibilidade é a que essa nova rua serviria para realização de grandes paradas militares e procissões, manifestações comuns do Antigo Regime, como forma de ressaltar o poder e autoridade das categorias sociais dirigentes.

Como afirma Mumford:

*A avenida é o símbolo mais importante e o fato capital no que diz respeito à cidade barroca. O movimento em linha reta ao longo de uma avenida não é meramente uma economia, mas um prazer especial trazendo para dentro da cidade o estímulo e a animação do movimento rápido. O que seria monotonia para sua posição fixa ou mesmo numa procissão, torna-se um correspondente necessário ao ritmo do andar dos cavalos rápidos.*<sup>115</sup>

Vale lembrar que Mumford (1998), quando chama atenção para a importância das ruas regulares e das manobras militares, analisa as dificuldades para conduzir um batalhão de homens em uma cidade irregularmente urbanizada:

*Quando as ruas não são planas, inevitavelmente, o indivíduo sai do alinhamento e as colunas apresentam um aspecto desordenado. Para alcançar a máxima aparência de ordem e poder numa parada, é necessário dar a um corpo de tropa uma praça aberta ou uma avenida larga e sem interrupções.*<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> Cláudia Damasceno Fonseca. *O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações*. In: LPH - Revista de História. Nº 7. Dep. de História: Universidade Federal de Ouro Preto – Editora UFOP, 1997. p.102.

<sup>115</sup> Lewis Mumford. *A Cidade na História: origens, transformações e perspectivas* (Tradução Neil R. da Silva). 4ª ed. Martins Fontes. São Paulo- SP, 1998. p. 400.

<sup>116</sup> Lewis Mumford. Idem. Op. cit. p. 400.

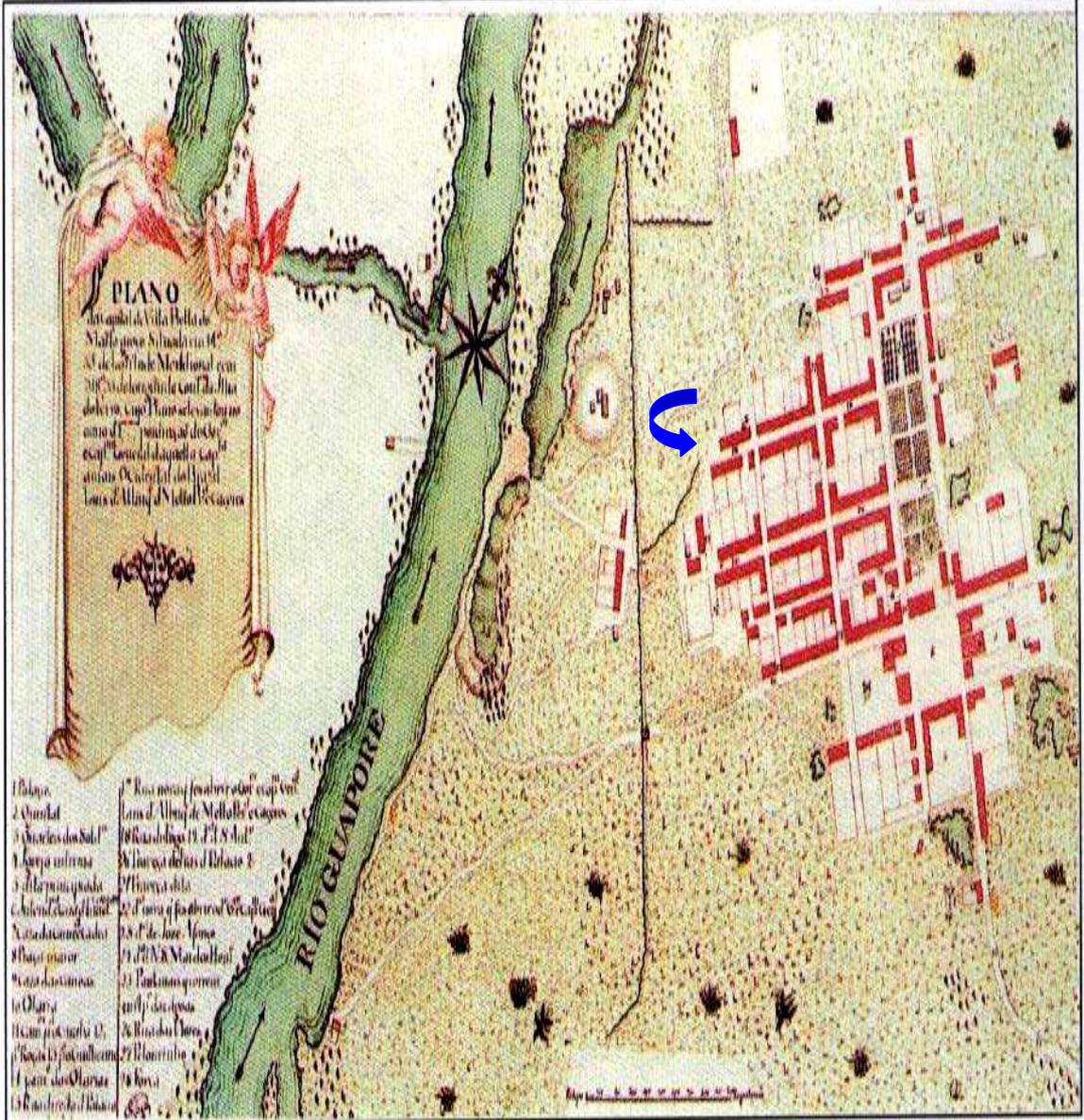


Figura 05: Plano de Vila Bela de 1777.

Fonte: Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colônia*, 2000: p. 260.

A seta em cor azul aponta a rua aberta em 1776, cortando o jardim do palácio.

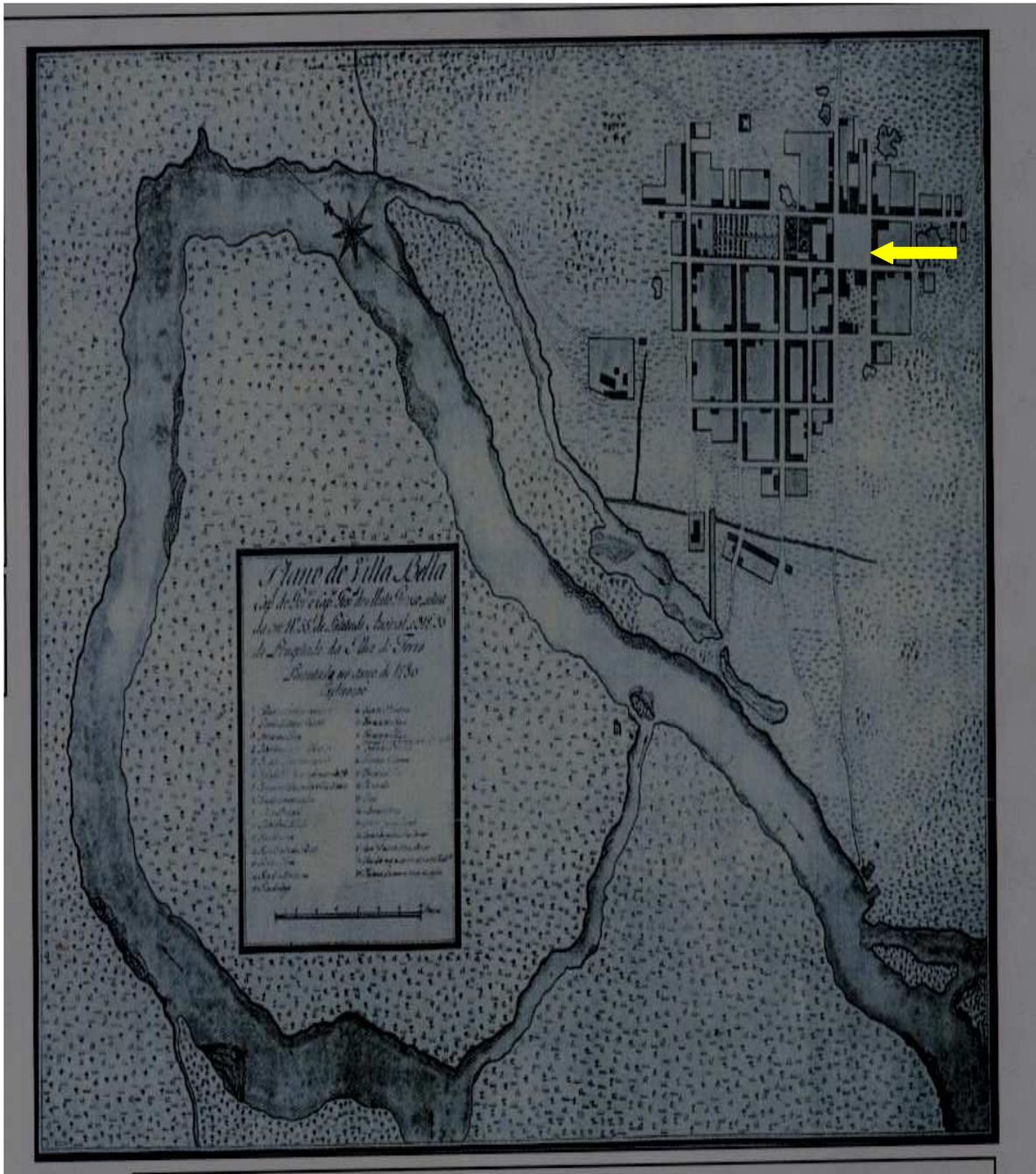


Figura 06: Plano de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1780.

Fonte: Nestor Reis Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*: p. 260. A seta em cor amarela aponta a praça central da vila.

Há também alguns pontos para se refletir no intuito de compreender quais benefícios e comodidades que a grande Travessa traria à população de Vila Bela. Talvez fosse uma forma de melhor realização de comércio e procissões, todavia estas são somente hipóteses, porque nenhum documento faz referência a tais atos.

Com o alargamento da rua, com comprova o Mapa de Receitas e Despesas da Câmara da Vila Bela do ano de 1775, pessoas prejudicadas com a abertura foram indenizadas:

*Contas das Rendas da Câmara de Vila Bela no ano de 1775:*

*Pelo que depreendeu, a saber, com:*

- Antonio Mendes – 50/8
- Francisco Borges – 40/8
- Antonio Antunes Maciel 50/8
- Antonio Roiz Álvaro 24/8
- Florentino Alves – 20/8
- Eugenio Alves de Câmara – 250/8
- Antonio Barboza de Souza – 50/8

*Pagas em bilhete da Real Fazenda em ouro procedido de suas casas que se cortaram e demoliram para se fazer a rua travessa.*<sup>118</sup>

A teoria de que a nova rua poderia ter a função de melhorar as atividades comerciais no perímetro urbano da vila não deve ser totalmente descartada, visto que um ano depois uma outra rua é aberta com o mesmo objetivo, como nos informa Filipe José Nogueira Coelho:

*Em 1776, foi aberta a rua que corta o quintal do palácio, como tinha sido no ano antecedente a travessa grande que vai da praça a rua do Fogo, por ordem de S. Excia e despesa da Câmara para melhor prospecto e cômodo da vila.*<sup>119</sup>

Se levarmos em conta o comércio, é possível notar a preocupação de Luis de Albuquerque em reestruturar e criar novas ruas visando a melhoria dessa atividade na vila, tendo em vista que os administradores coloniais deveriam ter preocupação não só com os negócios do governo, mas também em buscar maneiras de melhorar os ambientes urbanos que administravam em nome de ‘El Rei’. Já que, *para a mentalidade portuguesa, cidades [e vilas] bem construídas deveriam gerar habitantes satisfeitos.*<sup>120</sup>

Assim, a grande Travessa aberta em 1775 e a rua aberta um ano depois em Vila Bela, além das duas funções já descritas, ainda davam melhor decoro e formosidade a ela, visto que o decoro era uma maneira de *conservar as conquistas com a qual se*

---

<sup>118</sup> Mapa de Receitas e Despesas do Senado da Câmara de Vila Bela. Fundo: Sanado da Câmara. Lata 1776 A. Doc. 29. Vila Bela, 30 de dezembro de 1775. APMT.

<sup>119</sup> Filipe José Nogueira Coelho. *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso*. In. Revista Trimestral de História e Geografia do IGHB. s/d. p. 191.

<sup>120</sup> Roberta M. Delson. Idem . Op. Cit. p.107.

*procurou conciliar prudentemente as conveniências metropolitanas e as conveniências coloniais [...] imprescindível no século XVIII.*<sup>121</sup>

Como também é bom lembrar que a Coroa Portuguesa estava realinhando o poder em sua colônia americana, e quanto maior fossem os símbolos e signos que representassem esse poder, mais fácil ficaria impor a autoridade à população através de seus representantes em terras do Brasil. E o 4º Capitão-General de Mato Grosso soube usar esses símbolos e signos a favor da metrópole.

Como símbolos de ordem a grande Travessa aberta em 1775, e a rua em 1776 em Vila Bela, eram representações simbólicas de um governo que exibia no retilíneo da rua a rigidez de uma administração que irrompia o extremo oeste para demonstrar o zelo que os administradores coloniais têm para com os negócios metropolitanos, dando comodidade aos seus habitantes.

A rua, enquanto espaço público, no Setecentos, era um lugar privilegiado para representar os símbolos e signos do poder das autoridades locais e metropolitanas. É ali que se reúne a maior quantidade de espectadores, desde os mais simples escravos, passando por homens e mulheres pobres, até chegar ao mais rico comerciante ou influente funcionário público. Todos, sem exceção, fazem uso da rua para seus afazeres rotineiros. Em contrapartida, a praça, como espaço urbano, era um lugar de concentração de negociantes e transeuntes e o centro do poder político. A grande Travessa aberta em 1775 tinha seu início na praça principal de Vila Bela. Como portal de entrada e saída da vila, a grande Travessa era representação de controle das pessoas que transitavam em seu interior, porque da praça era possível perceber ao longe aqueles que estavam chegando ou saindo da vila, por conseguinte era uma forma de vigiar e impor poder e disciplina em toda uma população.

### **Construção e reformas de edifícios públicos**

Ao que tudo indica, durante o governo de Pereira e Cáceres, com exceção de um novo quartel, idealizado no plano de 1777 e terminado em 1789, e da capela-mor da matriz, começada também em 1777, não houve edificação de nenhuma outra repartição pública, mas sim reforma de alguns órgãos edificadas em governos anteriores.

---

<sup>121</sup> Rodrigo Almeida Bastos. *Arte do Urbanismo Conveniente: O decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Texto digitado. p. 2.

Entre os edifícios reformados cita-se: Capela de Santo Antonio dos Militares, localizada na rua de Santo Antonio, próximo ao porto da vila, que teve sua reforma principiada em 1779, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, situada na mesma rua. Cujos reparos começaram em 1781. De todos esses, o único templo que ficou inacabado durante a administração de Pereira e Cáceres foi a capela-mor da Matriz. Os templos, como parte do cenário urbano da vila, serão analisados no capítulo 5 deste trabalho.

Sobre a edificação da capela-mor da Matriz de Vila Bela, Luis de Albuquerque argumenta ao Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro:

*[...] zelando a distribuição desta que nada se desencaminhe, e tudo se converta-nos para que se destine, e fazem o objeto das Benignas e Piedosas atenções de V. Majestade e do Conselho Ultramarino em representação que fizeram os moradores de Vila Bela seja servida como o necessário para obra a capela Mor da Matriz daquela vila.*<sup>122</sup>

É importante ressaltar que os três templos existentes na vila, e edificados durante o governo de D. Rolim de Moura foram reestruturados e reformados durante o governo de Luis de Albuquerque. O que leva a indagação a respeito dos interesses que levou o 4º Capitão-General a investir nestas edificações urbanas.

A hipótese é que a reforma e conservação de templos eram uma forma do Estado Monárquico confirmar sua devoção e reafirmação na fé católica em todo reino português. Evidencia que em seu cotidiano a capital desta capitania fronteiriça estava em consonância com a política da metrópole.

Com a morte de D. José I e a derrubada política do Marquês de Pombal em 1777, a direção governamental passa para as mãos de D. Maria I e os investimentos em cidades e vilas planejadas tendeu a diminuir. Os novos rumos da política portuguesa colocam em xeque o processo de planificação de vilas e cidades no mundo colonial. Os olhos do Estado Monárquico português voltam-se para outros aspectos administrativos, e novas formas de controle da população. Decoro das vilas e cidades planificadas já não parecem prioritários para a nova maneira de pensar e fazer política na Era de D. Maria I.

Os novos rumos da política portuguesa colocam em segundo plano o processo de planificação de vilas e cidades no mundo colonial. Os olhos do Estado Monárquico

---

<sup>122</sup> Consulta ao Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I sobre a representação dos moradores de Vila Bela em que pedem o necessário para a obra da capela-mor da matriz de Vila Bela.. Vila Bela, 19 de agosto de 1777. AHU-ACL-CU - Cx.17 Doc. 1165

português voltam-se para outros aspectos administrativo, e novas formas de controle da população. Decoro das vilas e cidades planificadas já não condizem com essa nova maneira de pensar e fazer política na Era de D. Maria I. O importante nesse novo governo era buscar formas de reafirmação do Antigo Regime.

Luis de Albuquerque compreende essa nova atitude do governo metropolitano, e de imediato, em agosto 1777, começa a construção da capela mor da Matriz da Vila-Capital, a qual não foi concluída. Dois anos depois, em 1779, a pedra fundamental de reestruturação da igreja de Santo Antonio é lançada, e em 1781 tem início a reconstrução do templo dedicado a Nossa Senhora do Monte Carmo.

Tendo Luis de Albuquerque encontrado em Vila Bela com grande parte dos edifícios públicos construídos então, não havia razão de novas edificações para o aparato burocrático governamental. No entanto levando-se em conta os registros em mapas de Receitas e Despesas da Câmara da Vila, surge a idéia de que durante o governo de Pereira e Cáceres Vila Bela viveu uma efervescência de reformas e algumas construções, o que certamente teria gerado empregos e muita movimentação.

O pagamento de pessoas por caiar a casa da Câmara, o palácio e a cadeia com intuito de dar formosidade a estas edificações e servir de exemplo aos vilabelenses, para que no seu cotidiano houvesse trato e cuidados com suas residências são referências constantes nestes papéis. Como se observa na tabela abaixo:

**TABELA 2: Manutenção e reforma de espaços públicos em Vila Bela**

<b>ANO</b>	<b>NOME</b>	<b>OBRA</b>	<b>VALOR</b>
1775	Inácio da Silva	2 carros de areia p/ conserto da Casa da Câmara	1\$12
	José Vieira	Limpeza do caminho da vila até a ponte do Sararé	85\$00
	Inácio da Silva	11 carros de terra p/ conserto da Casa da Câmara	4\$555
	Antonio Correia da Silva	Conserto do caminho da vila até a ponte do Rancho do Curral	12\$500
	José Virgílio	Limpeza do caminho da vila até a Ponte do rio Sararé	54\$000
	Antonio da Silva	11 carros de terra para o conserto da Casa da Câmara	7\$498
	<b>TOTAL</b>		118\$118
1778	Manoel José de Azevedo	21 carros de terra para aterro da Praça	26\$662
	Sargento Francisco Garcia Velho	Conserto do Caminho do Curral até o Sararé e da ponte do rio Palmital	54\$000
	<b>TOTAL</b>		80\$662
1779	Capitão Firmino Soares de Souza	Reboco e caiação da frente da Casa da Câmara e vários outros consertos	99\$000
	João Angola	Trabalhos de Ferreiro para a Câmara, e por ter vendido ferros e calcetas para a Câmara	17\$476
	Manoel Antonio Silva	Limpeza do Rancho do Palmital e do Campo do Curral até a Ponte , conserto do Curral do Açougue	172\$800
	José da Silva Pinto	Trabalhos nas obras do Canteiro da Cadeia	6\$580
	Manoel Correia -Oficial Pedreiro	Conserto da Cadeia	5\$230
	Manoel Mendonça Furtado - Oficial Carpinteiro	Obras da Cadeia	5\$905
	Salvador da Silva	Aluguel de Carro para o Conserto da Cadeia	687\$000
	Luis Caetano Moraes, João Pereira Passo, Manoel José de Arruda, Maria Madalena	Jornais de seus escravos que trabalharam nas obras de aterro e desaterro da Praça Real	67\$8000
	<b>TOTAL</b>		10.62\$453
	Alferes Francisco G. Velho	Limpeza dos caminhos dos Arrais até a vila	86\$000
	Alferes Francisco G. Velho	Ajuda de Custo para se fazer a Ponte do rio Sararé	480\$000
	<b>TOTAL</b>		566\$000

Fonte: Mapas de Receitas e Despesas da Câmara. Câmara de Vila Bela. Grupo: Senado da Câmara. Série: Mapa de Receitas e Despesas da Câmara. Caixas: 1770 a 1779; 1780 a 1789. APMT/MT.

Como também, conforme Henrique B. Rohan, em 1787:

*O capitão d'engenheiro Ricardo Franco d'Almeida Serra é pelo general Luis de Albuquerque encarregado de edificar novo quartel para a tropa por estarem arruinados os antigos. Em princípios de setembro de 1789, ficou terminada esta obra.<sup>123</sup>*

De acordo com o plano de 1777, o quartel foi edificado do lado esquerdo do Palácio dos governadores. Uma imagem desse prédio, já ruínas, na obra de Cândido Rondon (1906), por ela é possível aferir que se tratou de uma construção suntuosa, com doze janelas e uma porta frontal, com telhado em quatro águas de telhas de barro e paredes de adobe rebocadas.



Figura 07: Detalhes das Ruínas do Quartel de Vila Bela  
Fonte: Relatório da Comissão Rondon, 1906. Autor desconhecido.

<sup>123</sup> Henrique B. Rohan. Idem. Op. Cit. p. 82.

No último ano de governo de Luis de Albuquerque, é que chega à capitania de Mato Grosso e Cuiabá a expedição naturalista liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira. O cientista tem uma impressão muito ruim da Vila-Capital, e a descreve como um ambiente doentio e insalubre, cujas casas eram lugares propícios para disseminações de doenças por terem pouca luminosidade e serem mal ventiladas. Continua a descrevê-las assim:

*Todas casas são térreas, com paredes de adobe dobrado, cobertas de telhas-vãs, e todas elas ou simplesmente aterradas, ou ladrilhadas de tijolo, as janelas pouco rasgadas e comumente defendidas por gelosias, o que transformava seu interior em câmaras escuras e tristes.*<sup>124</sup>

A imagem a seguir, das ruínas da rua do Fogo, feita pela Comissão Rondon em 1906, retrata uma casa em que na janela existia gelosias, que impedia a luminosidade solar no interior da residência. Tal como foi criticada por Rodrigues Ferreira em 1789, quando de sua estada em Vila Bela.

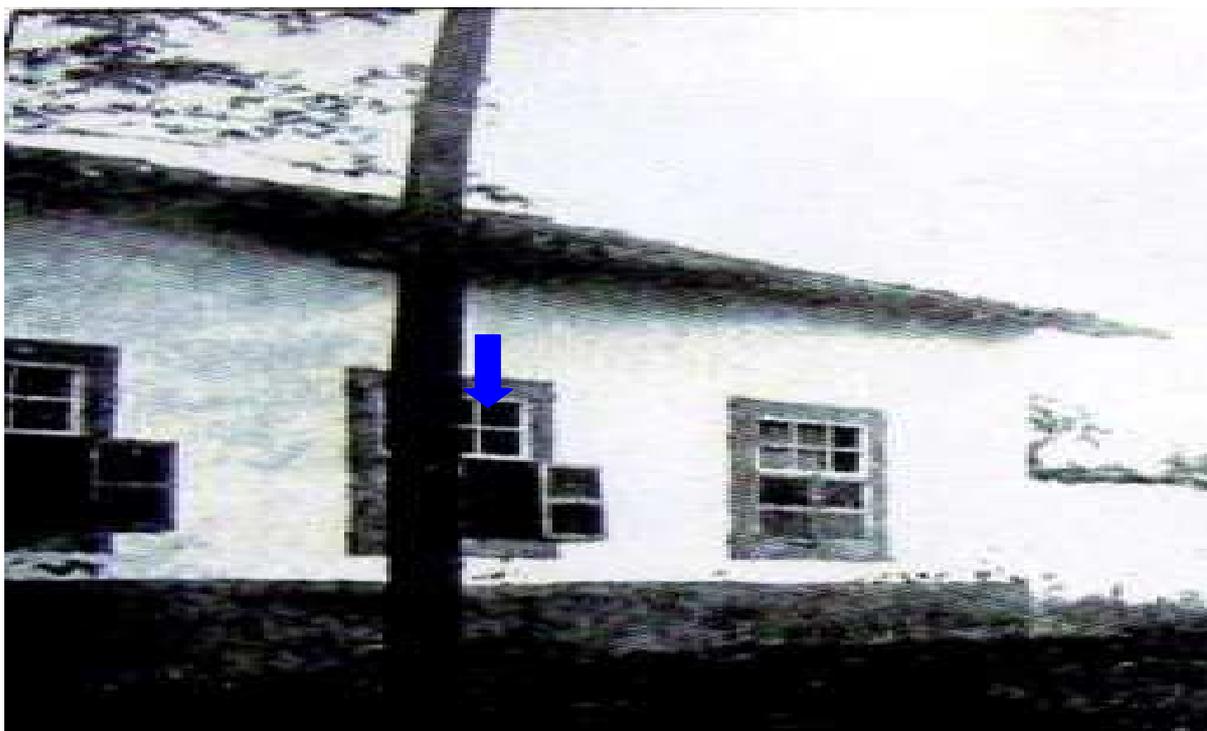


Figura 08: Ruínas da Rua do Fogo em Vila Bela. Fonte: Comissão Rondon, 1906. Autor desconhecido. p. 32. A seta em azul aponta janela com gelosia tal como descrito por Alexandre Rodrigues Ferreira em 1789.

<sup>124</sup>Alexandre Rodrigues Ferreira. In: Carvalho. Idem Op. Cit. p. 51.

A planta de 1789 (Figura 09), último ano do governo de Luis de Albuquerque, mostra uma vila totalmente esquadrilhada, com ruas milimetricamente retilíneas, com uma certa equidade urbana. Nesta planta a praça continua como parâmetro referencial para ordenação das ruas, ambientes e edificações públicas e privadas. No canto superior, à direita a inscrição informa que todas as direções que vão pontuadas de vermelho são os locais onde se deve edificar para completar a nova planta da vila. Esta planta foi pensada logo após a enchente de 1784, que havia destruído grande parte das casas.<sup>125</sup>

Na planta podem ser notadas seis ruas: a de São Luis, a de Santo Antonio, a dos Mercadores, a do Fogo, a do Palácio, a dos Quartéis. E cinco travessas: a Baixa, a das Olarias, a de Trás do Palácio, a do Campo, do Ourives, todas entre-cortadas e retilíneas, tendo a praça como parâmetro para outras edificações.

Assim foi Vila Bela, pensada em todos os aspectos para ser a sede do governo da capitania, com suas ruas retas e largas, praça central, edifícios públicos e privados construídos de pedra e cal. Tinha tudo para ser a vila perfeita, ideal para se morar e viver, planejada em todos os detalhes, mas isso não condizia com a realidade. A ausência de cuidados básicos, tais como limpar as margens do rio e cuidar dos charcos depois das chuvas, fez do belo rio Guaporé um grande problema, talvez o maior, daquele espaço urbano, transformando o cotidiano do vilabelense em um verdadeiro caos.

Compreender Vila Bela não só durante o governo de Pereira e Cáceres, mas em todo seu contexto de Vila-Capital, sem dúvida, é fazer análises sobre a história de uma vila fronteira que serviu de antemural da capitania de Mato Grosso e, por que não dizer, de todo Brasil, em um momento em que as disputas territoriais entre Espanha e Portugal eram constantes. Vila Bela, foi edificada em lugar estratégico, mesmo sendo alagadiço, com objetivo de evitar as incursões de Castela em um tempo em que os tratados de limites ainda estavam por definir.

Com seus projetos urbanísticos, Luis de Albuquerque tentou transformar a realidade da vila. Todavia, o esforço empreendido por ele durante todo seu governo ainda foi pouco, já que a vila continuou com a sua antiga e conhecida alcunha de “doentia”. Ele exigiu que as novas edificações fossem erigidas longe do rio Guaporé, abriu novas ruas, visando melhorias do ambiente urbano da Vila-Capital, ainda assim esta continuou sofrendo com a insalubridade.

---

<sup>125</sup> José Maria de Souza Nunes e Isa Adonias. Idem . Op. Cit. p. 222.



## **CAPÍTULO 4**

### **ENTRE RUAS E TRAVESSAS: CAMINHANDO NA VILA-CAPITAL**

A escolha do título deste capítulo se deu pelo fato de entender que só caminhando pelos espaços urbanos é que se pode compreender o viver, o morar e o fazer em um dado lugar. Esta pequena caminhada é como um ato de bisbilhotice, em que juntando migalhas a migalhas vai se tentando adentrar à da Vila-Capital no final do Setecentos para conhecer seu cotidiano, pois como afirma Del Priore (1997) *a história da vida cotidiana e privada é a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis*<sup>126</sup>, e é nestas pequenas miudezas, quase insignificantes, mas repletas de historicidades que se encontra o fazer humano.

*Se o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua*<sup>127</sup>, torna-se impossível compreender o cotidiano de uma vila ou cidade colonial sem caminhar com o auxílio da documentação produzida, pelas vias públicas desses espaços.

Pensando por esse ângulo é que se busca com esta caminhada ao perímetro urbano de Vila Bela e suas adjacências analisar o cotidiano vilabelense no final do século XVIII, tendo como parâmetro o governo do 4º Capitão-General. Mas, a história não é um ato retilíneo, como se fosse desenrolando o novelo e os fatos saltassem aos olhos. De repente, pode-se ir aos primórdios da vila ou ao pós-governo de Luis de Albuquerque com o objetivo de observar e comparar fatos semelhantes e/ou diferentes do período em questão.

---

<sup>126</sup>Mary Del Priore. *História do cotidiano e vida privada*. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro-RJ, 1997. p 274.

<sup>127</sup> Michel de Certeau. *A Invenção do cotidiano – artes de fazer*.(Tradução de Ephaim Ferreira Alves) Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 1994. p. 177.

Entretanto, querer observar tudo se torna quase impossível em uma única caminhada, seria como ambicionar abraçar um universo inteiro com apenas um par de braços, por isso selecionou-se alguns aspectos para serem observados nesta caminhada, considerados fundamentais em um espaço urbano planejado setecentista.

## **Abastecimento e gêneros**

A primeira parada nesta caminhada é no porto de Vila Bela, localizado, à época, no final da rua Santo Antonio, nas barrancas do rio Guaporé. Por ele entravam e saíam produtos, gêneros e gente à vila. No porto, esperança e alegria se contrapunham na longa jornada das monções vindas do Pará para a Vila-Capital, tantas e tantas pessoas aguardavam seus tecidos, seus chapéus, seus perfumes, licores, ou simplesmente os pregos para a construção de suas casas ou os anzóis para pescaria.

Quase tudo se esperava que viesse do Pará ou do Reino pelas monções do norte, via Companhia Geral de Comércio, como um grande “mercado fluvial”. A alegria do consumo vinha pelo rio Guaporé, através de uma viagem que demorava, em média, de oito meses a um ano.<sup>128</sup> Não se pode esquecer que também vinham mercadorias de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, via monções do sul, que desde Cuiabá iam até Vila Bela.

Vila Bela, desde os seus primórdios, era abastecida de praticamente todos os gêneros de que sua população necessitava, por estas monções, e *mesmo depois de extinta, em 1778* [a Companhia de Comércio do Grão Para e Maranhão], *continuou funcionando com o curioso nome de Extinta Cia. do Grão Pará, até 1803*<sup>129</sup>, portanto permaneceu abastecendo a Vila-Capital com seus produtos. Os *Anais de Vila Bela* nos informam que:

*Neste mês de março, [1749] na véspera do levantamento da vila, chegaram a este Porto, vindos do Pará com fazendas secas, molhadas, sal e ferragem, José dos Santos Brancos, Calistro do Rego Souza, Antonio Francisco Serra e João Antunes da Costa, [...], sendo este o*

---

<sup>128</sup> João Severiano da Fonseca. *Viagem ao redor do Brasil (1875 – 1878)*. Tipografia de Pinheiro e Cia. 9º Vol. Rio de Janeiro-RJ, 1881. p. 48.

<sup>129</sup> Suelme Evangelista Fernandes. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Dissertação de mestrado. UFMT: Cuiabá-MT, 2003. p. 36.

*terceiro socorro que do Pará tiveram estas minas e o primeiro que ancorou no Porto desta Vila*<sup>130</sup>.

Desde produtos mais simples, como anzóis para pescaria, até artigos de luxo, como travessas, talheres e louças, a Companhia comercializava na Vila-Capital. Em listas de encomendas à Companhia Geral de Comércio figuravam desde tecido para fardamento do corpo militar até licores finos vindos do Reino, tecido de seda, espelhos, brincos, terço de miçangas, chapéus e tecido de linho para camisa.

A cada seis meses as canoas vindas de Belém aportavam trazendo suas mercadorias para abastecer Vila Bela.

Do porto, as mercadorias seguiam para o Armazém Real, onde eram conferidas minuciosamente pelos funcionários da Provedoria da Fazenda Real, e quando havia falta ou troca de produto, o fato era comunicado ao Provedor da Fazenda que por sua vez informava a falha aos membros da Companhia, visando reparar o erro. A reparação, porém só seria feita com a vinda da próxima monção, como demonstra uma correspondência de 26 de junho de 1773:

*Pronto foi o engano da remessa de 1000 fazendas no amarelo que fora incorporado no fardamento que daquela [Companhia] remetemos para os Soldados Dragões dessa Capital, e para reparar esse erro da remessa que fizeram de Lisboa [...] para aí destinado [...] se pediram os ditos gêneros e fica de acordo receber os ditos. [...]*<sup>131</sup>.

Partindo para outro aspecto, mas ainda referindo à questão do abastecimento, em se tratando de carne bovina, desde o início de sua fundação a Vila-Capital era abastecida com gado vacum e suíno, como destacam os *Anais* de Vila Bela:

*Neste ano [1754] desde o principio dele metendo Antonio da Costa Aranha abundante gado com corte certo, abaixou o preço pondo a oitava e meia a arroba e da mesma forma se rebaixou por taxa da Câmara o preço da carne de porco fresca a oitava réis de ouro a libra e a cem réis*

---

<sup>130</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1739*. In: Revista do Arquivo Público de Mato Grosso. Volume 1. Nº 2. Cuiabá-MT, set/1982 a fev/1983. p. 61.

<sup>131</sup> Correspondência ao Capitão-General comunicando erro na remessa de gêneros. Fundo: Governadoria. Grupo Secretaria de Governo. Série: Correspondência Ativa. Lata 1773. Doc. 44. Pará, 26 de junho de 1773. APMT.

*de ouro o toucinho salgado, que até ali corria por carestia e falta de sal a quarto de ouro*<sup>132</sup>.

Inicialmente esse gado vinha apenas da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, mas com a fundação de Vila Maria do Paraguai (1778), a nova localidade também passou a negociar esse produto com Vila Bela, como destaca uma carta de 12 de setembro de 1781:

*Como V. Mercê em Carta de 7 de março do presente ano me expõe que é entendido fazer arrematar em praças as carnes para o Corte continuado desta vila não tinha havido lançados alguns, me recorri a mandar vir 234 cabeças de gado da Fazenda de Vila Maria [...]*<sup>133</sup>.

Ao que parece a carne de gado vacum não faltava na Vila-Capital, como parte dos alimentos básicos do cardápio do vilabelense, pois quando seca era mais fácil armazenar e conservar. Por esse motivo era necessário negociar o precioso sal também pela Companhia Geral do Pará.

Em vários Mapas de Receitas e Despesas da Câmara da vila se percebe que nas anotações normalmente havia pagamentos a pessoas por terem vendido gado para a Real Fazenda. Só para se ter uma idéia, nas despesas da Câmara de 1779 e 1780 foram pagas onze pessoas, totalizando em cada ano 92\$115 Contos de Réis; em 1784 entraram para os cofres da Câmara 44\$500 Contos de Réis, e em 1787 um total de 72\$500 Contos de Réis foram gastos em negociações com gado vacum para corte em Vila Bela.<sup>134</sup>

Entre os negociantes de gado figura uma mulher, Ana das Chagas, que em 1786 recebeu 30\$000 Contos de Réis de rendimentos das cabeças que se cortaram nos açougues da vila.

Da Vila Real, de Vila Maria e dos fortes militares Príncipe da Beira e Presídio de Nova Coimbra eram enviados animais de carga e montaria de que necessitava a Vila-Capital. Como demonstram os documentos que seguem:

---

<sup>132</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1739*. Idem. Op. Cit. p. 62.

<sup>133</sup> Registro de uma carta do Governador Luis de Albuquerque aos Oficiais da Câmara de Vila Bela acerca de cortar cabeças na importância de 234 gado pertencente à Fazenda Real, vindas da Vacaria em Vila Maria do Paraguai. Livro de registro de Cartas Expedidas-Governo de Luis de Albuquerque. livro 24. Estante 01. Folha 128. APMT.

<sup>134</sup> Mapa de Receitas e Despesas. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Grupo: Senado da Câmara. Série: Mapa das Vendas da Câmara de Vila Bela dos anos de 1779, 1780, 1784, 1786 e 1787. Lata: Anais do Senado da Câmara dos anos de 1780 a 1789. APMT.

*Chegaram a esta vila os cavalos, éguas e burros na relação junta a portaria de V. Excia de 18 do corrente mês [...] da Fazenda de Gado de Vila Maria [...]*<sup>135</sup>.

*Recebi do Capitão e Comandante [Do Forte Príncipe da Beira] João José Cunha quinze Éguas [...] para entregar nesta Capital [...]*<sup>136</sup>.

*Foi V. Excia servido fazer-me a distinta honra participar que as cinco éguas que se acham no pasto vindas do Presídio de Nova Coimbra para esta Capital [...] Agora porém, Exmo Senhor, nas próximas canoas que chegaram de Coimbra recebi outro igualmente de cinco éguas que aquele comandante me enviou e chegaram muito boas e ficam no mesmo pasto com as primeiras que foram encomendadas [...]*<sup>137</sup>.

Em correspondência do Juiz de Fora João Batista Duarte a Luis de Albuquerque, é possível perceber um pouco mais dos gêneros de abastecimento da vila:

*Em execução das últimas ordens de V. Excia fica suspensa a encomenda da farinha, feijão e toucinho que em outra lavra mandou a pronto e fiz na diligencia fazer expedir para essa Capital [...]. Parece-me que a frasqueira de sal e mais gêneros não poderá ainda ir com a encomenda sobretida [...]*<sup>138</sup>.

Percebe-se, pois que dos hábitos alimentares na Vila-Capital fazia parte o feijão, o toucinho e a farinha de mandioca, gêneros de primeira necessidade na mesa do povo, que eram requisitados na praça local da vila, como demonstra, por exemplo, a carta que Filipe José Nogueira Coelho, Provedor da Intendência do Ouro, endereçou ao Capitão-General solicitando que o legitimasse na ação de tarefas diárias para arrematação de milho, feijão, farinha, toucinho e azeite da terra, justificando o intendente serem estes os alimentos diários da população.

---

<sup>135</sup> Correspondência do Provedor da Fazenda Real Filipe José Nogueira Coelho ao Capitão-General na qual comunica a chegada de cavalos, éguas e burros. Fundo: Fazenda. Grupo: Provedoria. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1784A. Vila Bela, 28 de outubro de 1784. APMT.

<sup>136</sup> Correspondência do Capitão João José Cunha ao Capitão-General em que comunica o recebimento de 15 éguas que serão enviadas a Vila Bela. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1795 A. Vila de Cuiabá, 27 de setembro de 1795. APMT.

<sup>137</sup> Correspondência do Capitão João José Cunha ao Capitão-General na qual comunica a chegada de éguas vindas do Presídio de Coimbra e que vão para Vila Bela. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1795A. Vila de Cuiabá, 28 de abril de 1795. APMT.

<sup>138</sup> Correspondência do Juiz de Fora João Batista Duarte ao Capitão-General na qual comunica que a encomenda de couro, farinha e toucinho serão enviados para Vila Bela. Fundo: Justiça. Grupo: Juiz de Fora. Série: Correspondência Ativa. Lata 1773. Doc. 145. Cuiabá, 29 de maio de 1773. APMT. Grifos do Autor.

*Eu peço ordem que legitime e prescreva semelhantes procedimentos que como são certas e diárias na maior parte talvez se instaure por Ordem Geral. Pareça que a mesma é necessária para as compras de farinha, quando houver arrematação, milho, feijão, toucinho e azeite da terra, porque deles depende aquele alimento diário [...]*<sup>139</sup>.

Talvez se fosse encontrada uma lista de compras de uma dona-de-casa habitante de Vila Bela em finais do Setecentos, se perceberia quase com certeza que os três primeiros itens que estariam na lista seriam feijão, toucinho e farinha de mandioca. Seguidos, obviamente, de sal, que chegava na vila através da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Canavarros (2004) afirma que o sal era gênero de primeira necessidade na Capitania de Mato Grosso tanto para a população quanto para a expansão da pecuária, e que em meados do século XVIII o alqueire de sal chegava a Mato Grosso com uma diferença de 1.283,6%, do mesmo produto vendido no Rio de Janeiro.<sup>140</sup>

Um terceiro aspecto a destacar é a mão-de-obra. A capital era abastecida de trabalhadores também via Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, praticamente todas as monções vindas do Pará, traziam em média de 20 a 30 escravos, que em sua grande maioria eram comprados pela Real Fazenda, como nos atesta este documento:

*[...] Para esta condução nos foi preciso equipar duas canoas que remetemos os 20 escravos desta Cia. Geral, [...] e para dar provas a V. Excia de quanto nos interessamos em servir essa Capital, chegados os ditos escravos a salvamento segui logo ao Provedor da Fazenda Real [...] queira logo remeter a esta Cia. a importância do seu rendimento e pedimos a V. Excia queira patrocinar este particular, a fim de não haver prejuízo [...]*<sup>141</sup>.

---

<sup>139</sup>Correspondência do Provedor Filipe José Nogueira Coelho ao Capitão-General em que solicita legitime-o na ação das tarefas diárias para arrematação de milho, feijão, farinha, toucinho e azeite da terra. Fundo: Fazenda. Grupo: Provedoria. Série: Correspondência Ativa. Lata 1780. Doc. 152. Vila Bela, 17 de julho de 1780. APMT.

<sup>140</sup>Otávio Canavarros. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. EdUFMT: Cuiabá-MT, 2004. p. 213.

<sup>141</sup>Correspondência dirigida ao Capitão-General em que relata a chegada de gêneros e 20 escravos através da Companhia Geral do Estado. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Ativa. Lata 1773 A. Pará, 26 de julho de 1773. APMT.

Do porto de Vila Bela, como as outras mercadorias, os escravos seguiam para a Provedoria da Fazenda Real, onde também eram conferidos e vendidos a particulares ou seguiam para os fortes e povoados da repartição.

A presença de escravos especializados em Vila Bela, sejam pedreiros, carpinteiros, alfaiates, cozinheiros, ferreiros, ou barbeiros-sangrador, entre outros, servira para atender a várias necessidades, especialmente nos fortes e novos núcleos urbanos planejados e fundados no decorrer do governo do 4º Capitão-General. A mão-de-obra especializada era de fundamental importância, embora fosse uma mercadoria rara, como se pode perceber nesta correspondência de 10 de janeiro e em outra de 8 de outubro de 1776, de Domingos Sambocete, responsável pela edificação do Forte Príncipe da Beira, ao Capitão-General:

*Vindo eu ver o trabalho de pedreira, achei que entre os escravos oficiais de pedreiros só um tinha algum jeito de facejar as pedras, por onde devo inferir que só esse será bom oficial de alvenaria [...]*<sup>142</sup>.

*Há poucos dias nesta obra faleceu o preto Manoel Gomes, escravo da Real Fazenda, que era o melhor pedreiro.*[...] <sup>143</sup>.

Continuando a caminhar, do porto à Provedoria Real, onde a entrada de mercadoria e escravos se fazia refletir na ebulição de um ambiente urbano ativo e contagiante. Deixando o interior da Provedoria. Agora ganhar-se-á as ruas e travessas.

De acordo com planta de 1773, a Vila-Capital possuía seis ruas: a de Santo Antonio, a do Fogo, a da Virgem, a das Flores, a Direita e a da Rosa e, três travessas a Nova, a do Ourives, e a do Palácio.

A rua, como parte primordial de um espaço citadino, é o lugar por excelência onde o dia-a-dia é perceptível, contrapondo-se ao ambiente íntimo da casa, espaço do privado. A rua é o lugar no qual todos são vistos; é nele que todos torna-se seres públicos, sujeitos de normas e sanções.

---

<sup>142</sup>Correspondência de Domingos Sambocete, responsável pelas edificações do Real Forte Príncipe da Beira, dirigida ao governador Luis de Albuquerque Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Passiva. Lata: 1776 A. Doc. 67. Real Forte Príncipe da Beira, 10 de janeiro de 1776. APMT. Grifos do Autor.

<sup>143</sup>Correspondência de Domingos Sambocete, responsável pelas edificações do Real Forte do Príncipe da Beira ao Governador Luis de Albuquerque. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Passiva. Lata: 1776 A. Doc. 77. Real Forte Príncipe da Beira, 8 de outubro de 1776. APMT. Grifos do Autor.

Pelas vias públicas observa-se a presença negra-escrava e forra, em diversas situações e atividades cotidianas seja na Vila-Capital, como nos Fortes, Vilas e Povoados da repartição do Mato Grosso.

Na Capital foi possível encontrá-las vendendo pelas ruas, e sendo multadas pela Câmara. No Mapa de 1784, por exemplo, informa que foram multadas vinte e uma escravas por estarem vendendo sem licença dos Oficiais da Câmara, ainda na taberna dos seus senhores, como é o caso de

*[...] Christina, escrava do Capitão João Raposo, condenada pela Câmara por não ter aferido suas balanças em 3/8 de ouro. Josefa, escrava do Capitão Antonio Pereira, condenada pela Câmara pela culpa de estar com a venda fechada em 1/8 e 1/4 em ouro<sup>144</sup>.*

Nestes documentos também foi possível identificar a presença de negros escravos e forros fazendo trabalhos em edificações públicas. Em 1775, João Correia de Lemos, representado por seu procurador Tomé da Silva, recebeu da Câmara *a quantia de 5/8 e meia de ouro, procedido de jornais de escravos, que trabalharam na Casa do Porto no ano de 1768 quando da chegada do Ilmo Exmo Senhor Luis Pinto de Souza Coutinho<sup>145</sup>.*

E no ano de 1779 a Câmara de Vila Bela:

*[...] pagou a Luis Caetano de Moraes (9\$975 Contos de Réis); a João Pereira Passo (30\$225 Contos de Réis); a Manoel José de Arruda (19\$800 Contos de Réis); e a Maria Madalena Nunes (7\$800 Contos de Réis) do jornal de seus escravos que trabalharam nas obras de aterro e desaterro da Praça Real, Rua Formosa e do Juiz. Pelo que pagou a João Angola, preto forro, de variadas obras de Ferreiro que fez para a Câmara a quantia de 17\$422 Contos de Réis. Pelo que pagou a Tomasia Ribeiro, preta forra, a quantia da avaliação de suas casas que foram demolidas para abertura da rua do Meio a quantia de 24000 contos de Réis<sup>146</sup>.*

---

<sup>144</sup> Mapa de receitas e Despesas. Fundo: Senado da Câmara de Vereadores. Série: mapa de Receitas e Despesas da Câmara de Vila Bela do Exercício de 1775. Lata: 1776 A. Doc: 29. APMT.

<sup>145</sup> Mapas de Receitas e Despesas. Fundo: Câmara de Vila Bela. Grupo: Senado da Câmara. Série: Mapa de Receitas e Despesas da Câmara de Vila Bela do ano de 1775 e de 1780 a 1789. APMT. Grifos do Autor.

<sup>146</sup> Mapa de Receitas e Despesas da Câmara de Vila Bela. Fundo: Senado da Câmara. Grupo: Câmara de Vereadores. Série: Mapa de Receita e Despesa da Câmara de Vila Bela do ano de 1779. Lata 1779. Doc. 04. APMT. Grifos do Autor.

Vê-se, pois, que nas vias públicas da vila os negros realizavam as mais variadas atividades; seja como escravo ou livre, sua participação era constante tanto na construção como constituição cênica da cidade. Como afirma Edivaldo de Assis (1988):

*A presença de negros escravos era condição sine-qua-nom para o desenvolvimento da região do Guaporé, [visto que] com a extinção, oficialmente, da escravidão do índio, intensificou a necessidade do negro para substituição da mão-de-obra indígena. Momento que coincidiu como povoamento do Vale do Guaporé e com a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade a instalação do aparato burocrático nesta Vila<sup>147</sup>.*

Os negros ainda podiam ser recrutados para o serviço militar, para servir na Companhia de Pedestres, ou da Companhia de Homens Pardos<sup>148</sup>. E ainda, nos momentos de conflitos fronteiriços constantemente eram armados e enviados para frente de combate junto ao seu senhor. Como parte essencial do cotidiano e do cenário e vida urbana os escravos tidos como “olhos e ouvidos” de seus proprietários, misturavam-se às atividades domésticas, compartilhavam o tempo e o espaço dos senhores<sup>149</sup>.

No início do governo de Luis de Albuquerque, o Mapa de População de 1773<sup>150</sup>, computava que um terço da população da Repartição de Mato Grosso era de negros, mestiços e índios (Tabela 01: Mapa de população de Vila Bela e seus arredores de 1772 – Capítulo 1). E em 1789<sup>151</sup>, de um total de 2.733 pessoas que habitavam na repartição, 1.108 eram livres e 1.625 eram cativos. Como se observa na tabela a seguir:

---

<sup>147</sup>Edivaldo de Assis. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Edições UFMT/ PROAD. Cuiabá-MT, 1988. p. 39 e 13.

<sup>148</sup> Idem. Op. Cit. p. 41.

<sup>149</sup> Mary Del Priore. *Ritos da Vida Privada*. in. História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. (Coord. Geral Fernando A. Novais; Org. Laura de Mello e Souza). Vol. 1. Cia das Letras. São Paulo-SP, 1997. p. 290

<sup>150</sup> Ofício do Governador e Capitão General Luis de Albuquerque ao secretario de Estado da Marinha e Ultramar com que envia Mapa de População da Capitania de Mato Grosso. Vila Bela, 27 de julho de 1773. AHU- ACL -CU. Cx. 17.Doc. 1041.

<sup>151</sup> Mapa de População Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Serie: Mapa de População. Lata 1790. Vila Bela, 29 de dezembro de 1789. APMT.

**TABELA 3: Mapa de População de Vila Bela de 1789**

<b>FAIXA ETARIA</b>	<b>LIVRES</b>	<b>CATIVOS</b>
Meninos de 1 a 7 anos	83	47
Meninas na mesma idade	92	54
Rapazes de 8 a 15 anos	86	153
Raparigas na mesma idade	69	89
Homens de 16 a 50 anos	337	878
Mulheres de 15 a 40 anos	232	248
Homens acima de 50 anos	116	127
Mulheres acima de 40 anos	93	29
<b>TOTAL PARCIAL</b>	1.108	1.625
<b>TOTAL GERAL DE LIVRES E CATIVOS</b>	2.733	
Nascimento	63	
Óbitos	193	
Casamentos	18	
Total de Fogos	312	

Fonte: Mapa de População de Vila Bela. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretária de Governo. Série: Mapa. Ano 1790. APM/MT.

Portanto, mais de 50% da população da vila na última década do século XVIII era composta por negros, sem deixar de lado que entre a população livre existiam negros forros. Isso significa um aumento percentual de 20% da população negra mesmo havendo decréscimo em outras etnias.

Confrontando os dados deste mapa com o anterior de 1772 (página 52) mesmo resguardando que este compreendia a população da Vila - Capital e seus arredores e o de 1790 abrange apenas a população de Vila Bela ainda assim é possível perceber que não houve aumento da população na Repartição de Mato Grosso, mesmo tendo sido elevado o número de fogos, que em 1772 era de 195 e em 1790 elevou-se para 312. Inclusive, o número de casamentos reduziu sensivelmente: enquanto em 1772 foi de 157, o mapa de 1790 mostra apenas 18 núpcias, como resumidamente apresenta-se acima na tabela 03.

Em se tratando da população feminina adulta é possível destacar com base nos dois mapas os seguintes dados: em 1773 o número de mulheres entre 15 e 70 anos de idade era de 528, já em 1790 somando o número de mulheres livres (232) e cativas (248) na idade entre 15 e 40 anos, chega-se ao total de 480 mulheres. Resguardando que no mapa de 1773 foram calculadas mulheres de 40 a 70 anos de idade, mesmo assim é perceptível o decréscimo de 7,7% da população feminina na idade reprodutiva na última década do século XVIII, no Distrito de Mato Grosso.

**TABELA 4: Comparação entre os mapas de população de Vila Bela de 1772 e 1789**

População	1772	1789	Decréscimo em %
Meninos de 1 a 7 anos	274	130	52,56%
Meninas de 1 a 7 anos	160	92	8,75%
Homens de 16 a 50 anos	2.377	1.215	48,88%

Fonte: Mapa de População de Vila Bela. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretária de Governo. Série: Mapa. Ano 1790. APM/MT.

Quanto à população adulta, pós-idade produtiva, de 40 anos acima, comparando os dois mapas, nota-se que também nessa faixa etária houve decréscimo da população masculina e feminina.

Para o notável decréscimo em várias faixas etárias, com exceção da de homens cativos entre 16 e 50 anos, no Distrito do Mato Grosso, pode haver duas hipóteses: a primeira o esgotamento dos veios auríferos na região, e a segunda a ausência salubridade na Vila-Capital e nos arraiais em seu entorno, ou ambas de forma combinada.

É bom que se frise que apesar do grande decréscimo populacional na Repartição do Mato Grosso na última década do século XVIII, especialmente entre homens livres na faixa etária de 16 a 50 anos, como demonstra a tabela 3, e a quantidade de mulheres e homens cativos na mesma faixa etária, comparado à população livre continuava profundamente expressivo.

**TABELA 5: Comparação entre da população masculina e feminina de Vila Bela, acima de 40 anos, em 1772 e 1789**

População	1772	1789	Decréscimo em %
Homens	300	116	15,8%
Mulheres	467	122	28,2%
Total	667	238	18,0%

Fonte: Mapa de População de Vila Bela. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretária de Governo. Série: Mapa. Ano 1790. APM/MT.

Portanto, é possível afirmar que durante o governo de Luis de Albuquerque a população negra, seja livre ou forra, estava intensamente presente no cotidiano da Repartição do Mato Grosso, especialmente de Vila Bela, e esses homens e mulheres, cada qual em sua função, seja de vendedor ambulante, taberneiro, ferreiro, alfaiate, escravo ou escrava doméstica, faziam parte do cenário urbano no extremo oeste de Mato Grosso. Se for possível referir-se a um período de auge da Vila-Capital em sua história, sem dúvida a população negra não poderá ser esquecida, pois com seu trabalho cotidiano se fazia presente no panorama urbano da vila.

### **Conservação da estrutura urbana**

Vila Bela, fundada sob a lógica de capital burocrática da capitania de Mato Grosso e Cuiabá e como cabeça da República, deveria representar o símbolo máximo da colonização portuguesa na América, pois, como bem observou Roberta Delson:

*Para a mentalidade portuguesa, cidades bem construídas deveriam gerar habitantes satisfeitos. Ou ainda, onde [...] a configuração urbana caprichosamente regulamentada que orientou a construção interiorana no século XVIII desenvolveu-se como uma representação simbólica de ‘bom governo’, uma indicação de que a sociedade estava funcionando dentro de limites predeterminados e disciplinados [...]*<sup>152</sup>.

<sup>152</sup>Roberta Marx Delson. *Nova Vila para o Brasil Colônia – Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Edições ALVA – CIORD: 1997. p. 25 e Prefácio p. XII.

<sup>128</sup>Alexandre Rodrigues Ferreira. *Enfermidades Endêmicas da Capitania de Mato Grosso*. Idem. Op. Cit. p. 49.

Inspirados nesta constatação se continua a caminhada pelo perímetro urbano da Vila-Capital. Logo é possível perceber como se conserva a limpeza dos espaços públicos, a preocupação com a aparência e mesmo conservação dos edifícios, levando a refletir sobre o quanto essas questões foram importantes para autoridades locais, especialmente os oficiais da Câmara.

O final do governo de Luis de Albuquerque, como já foi assinalado, coincide com a passagem da viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira por Vila Bela, e o naturalista assim a descreve:

*A vila em si é irregular, as ruas direitas, porém pouco largas e por calçar; que com a inverno se encharcam, e a todo o tempo facilmente as escavam os porcos, que vagam por ela fuçando o terreno, e abrindo nele fosso e charcos para se deitarem*<sup>153</sup>.

A imagem que o naturalista tem da vila leva a crer que não havia preocupações com a higiene urbana, visto que Rodrigues Ferreira observa e anota o descaso por parte dos oficiais da Câmara para com a capital, em se tratando de regras básicas de higiene, fato também observado por Maria de Fátima Costa (2001)<sup>154</sup>.

Esta observação pontual do naturalista denota uma certa negligência com a Postura de 1753, especialmente em seu 4º capítulo, 12º parágrafo, no qual diz:

*Sendo a criação dos porcos na vila tão prejudicial às ruas e casas pelo muito que as ofendem fossando e danoso à saúde com a corrupção dos ares, ocasionando mau cheiro dos seus lamaceiros, e por isso em toda a parte muito proibida com penas. [...] Acordaram que qualquer pessoa que depois de quinze dias da publicação desta Postura, continuar, todavia em conservar, será preso e com trinta dias de cadeia pagará seis oitavas para a Câmara, e os porcos lhe tomados [...]*<sup>155</sup>.

Ora, se Rodrigues Ferreira esteve na Vila-Capital de Mato Grosso em 1789, significa que as Posturas de 1753, parecem terem sido esquecidas, se não por inteiro, pelo menos no tange ao seu parágrafo 12º do capítulo 4º, já que no cotidiano era comum ver porcos criados soltos no perímetro urbano da vila. O interessante é que neste mesmo parágrafo há um adendo que faz dele até certo ponto cômico:

---

<sup>153</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira. In: Carvalho. Idem Op. Cit. p. 51.

<sup>154</sup> Maria de Fátima Costa. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior*. In: História, Ciência, Saúde. Manginhos-RJ, 2001. p. 1002.

<sup>155</sup> *Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1753*. In. Rosa e Jesus Id. Op.Cit p.148. Grifo do Autor.

*E sendo certo que El Rey Nosso Senhor nos não mandou aqui há fazer chiqueiro, mas sim Bela Vila, e a permitir-se a uns esta criação a poderão ter todos e não haverá quem se entenda com tanta porcada [...]*<sup>156</sup>.

Entretanto, apesar da questão pontual indicada por Rodrigues Ferreira, a documentação estudada traz dados que traduzem, pelo menos, uma preocupação com conservação. Como se destaca na Tabela 02(página 85, capítulo 3), nos Mapas de Receitas e Despesas dos anos de 1775, 1778, 1779, 1787 houve pagamentos a pessoas por terem trabalhado ou vendido artigos para construção e/ou reformas em diversas edificações urbanas da vila, em especial à casa da Câmara e a cadeia, bem como pela limpeza de caminhos da vila aos arraiais. Os dados mostrados na mesma Tabela 02 evidenciam ainda que havia preocupação com a conservação dos espaços públicos, que de certa forma daria melhor aspecto à vila, porém esses cuidados parecem terem sido insuficientes.

Sintonizado com a política do período, percebe-se que a Vila-Capital fronteiriça resguardava em seu dia-a-dia as apreensões comuns dos espaços planejados no decorrer do Setecentos, em se tratando de estética das cidades planejadas o aformoseamento não estava apenas nas ruas e edifícios, como também nas entradas dos núcleos urbanos.<sup>157</sup>

Daí o cuidado constante com a limpeza dos caminhos que conduzem à vila, bem como a preocupação com o endireitar das ruas, como demonstrado em 1779, quando a preta forra Tomasia Ribeiro recebeu uma quantia de 24\$000 Contos de Réis, pela indenização de suas casas, que foram demolidas para a abertura da rua do Meio.<sup>158</sup>

Ainda pela Tabela 02 (Manutenção e reforma de espaços públicos em Vila Bela), nota-se que no ano de 1779, além das reformas na cadeia pública, houve também reformas na praça central da vila, um lugar de destaque; era ali que os cidadãos se reuniam para realização de atos comuns entre os quais as festas ou pelo menos parte delas se realizavam na praça.

---

<sup>156</sup> Idem Ibidem. p. 148.

<sup>157</sup> Claudia Damasceno Fonseca. Idem. Op. Cit. p. 101.

<sup>158</sup> Mapa de Receitas e Despesas. Fundo: Senado da Câmara. Grupo: Câmara de Vereadores. Série: Mapa de Receitas e despesas da Câmara de Vila Bela. Lata 1779 A. Doc.4. Vila Bela, 30 de dezembro de 1789. APMT.

## Os Templos e a relação com o cotidiano

Seguindo o percurso, a caminhada segue em direção aos templos de Vila Bela. Na vila existiam três templos católicos: a Matriz, localizada na praça central, a igreja de Santo Antonio e a igreja do Carmo, ambas localizadas na rua de Santo Antonio. Todos eles erguidos nos tempos iniciais da vila e reformados e/ou reestruturados no decorrer dos anos. O primeiro e mais famoso é o dedicado a Santo Antonio de Lisboa ou dos Militares, mandado levantar pelo primeiro Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura em 1750, como descrito nos *Anais* de Vila Bela:

*Até se levantar a vila, dizia o Padre Agostinho Lourenço missa em altar portátil, na rancharia de Sua Excelência que ao depois deu ordem a fazer ao pé dela, quase sobre o Porto, uma capelinha coberta de palha dedicada a Santo Antonio, em cujo dia se fez nela festividade; [...] e nesta capelinha se continuou a celebrar até o fim desde ano, em que não só pela muita pequenez para o Povo que já concorria para a vila, como pelo sítio em que estava, fez Sua Excelência fabricar outra maior, dedicada também a Santo Antonio, na praça e lugar destinado para se fazer a Matriz da Santíssima Trindade<sup>159</sup>.*

Por muito tempo a Matriz da vila tinha como padroeiro Santo Antonio dos Militares. Tudo indica que mesmo com a edificação do templo na praça principal e a transferência das insígnias sagradas para este lugar, permaneceu a pequena capela em pé, próxima ao porto da vila. Como forma de embelezar a Vila-Capital, em 1755 o Intendente do Ouro, Teotônio da Silva Gusmão, reformou a capela de Santo Antonio. Queria ele um edifício mais digno da santidade de sua função, já que a primeira capela era de pau-a-pique, coberta de palha<sup>160</sup>. Portanto, durante o governo de Luis de Albuquerque o que houve foi a edificação de um templo mais seguro, no mesmo espaço da antiga capelinha do santo protetor dos militares, como informam os *Anais* de 1779:

*No dia 1º de junho lançou Sua Excia. a primeira Pedra na Capela que nesta vila mandou erigir a Santo Antonio de Lisboa, com a presença da nobreza e povo.[...] Esta Capela fica situada junto ao rio Guaporé no*

---

<sup>159</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do Sertão de Mato Grosso no ano de 1734*. Idem. Op. Cit. p. 61.

<sup>160</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o Descobrimto do Sertão de Mato Grosso no ano de 1743*. Idem. Op. Cit. p. 61.

<sup>202</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira. Idem. Op. Cit. p. 50.

*fim da rua que já se denominava de Santo Antonio, e vai principiada com tanta segurança, que se não pode temer que as inundações lhe causem alguma ruína [...]*<sup>161</sup>.

Verificando os *Anais* de Vila Bela, percebe-se que houve a edificação de um templo ao referido santo no porto, daí a hipótese de que Luis de Albuquerque adequou a estrutura do edifício à realidade da vila que sofria com as enchentes praticamente todos os anos.

De acordo com as observações feitas por Severiano da Fonseca no século XIX, esse templo *media 36 palmos de frente, 80 de fundo e 36 de alto, com capela-mor, 4 altares laterais, coro, batistério, sacristia, etc. e todo de alvenaria e coberto de telhas [...]*<sup>162</sup>.

Não foi encontrada nenhuma imagem que pudesse comprovar as observações feitas pelo viajante, mas o Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História - Vila Bela da Santíssima Trindade/MT (2002)<sup>163</sup>, dá notícia de como seria a planta da igreja de Santo Antonio. O traçado foi feito pelo coronel Raul Silveira de Mello, em 1950, quando esteve em Vila Bela buscando o túmulo do coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. De acordo com tal traçado, o templo foi edificado em ângulos retos e dividido em três partes: o corpo da igreja, a capela mor e a sacristia.

---

<sup>161</sup> Resumo dos Anais da Câmara de Vila Bela do Ano de 1779. Fundo: Senado da Câmara. Grupo: Câmara de Vereadores. Lata: 1779B. Série: Correspondência Ativa. Doc. 60. Vila Bela, 31 de dezembro de 1779. APMT.

<sup>162</sup> João Severiano da Fonseca. *Idem Op Cit.* p.108.

<sup>163</sup> Este projeto está sendo desenvolvido sob a responsabilidade da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Érika M. R. González e pelo Prof. Ms. Paulo Zanettini, e tem por objetivo fazer levantamentos de sítios arqueológicos e preservação da memória de Vila Bela e de sua iconografia histórica. Agradeço aos pesquisadores à consulta ao texto: Vila Bela da Santíssima Trindade - Índice Iconográfico de Referência.

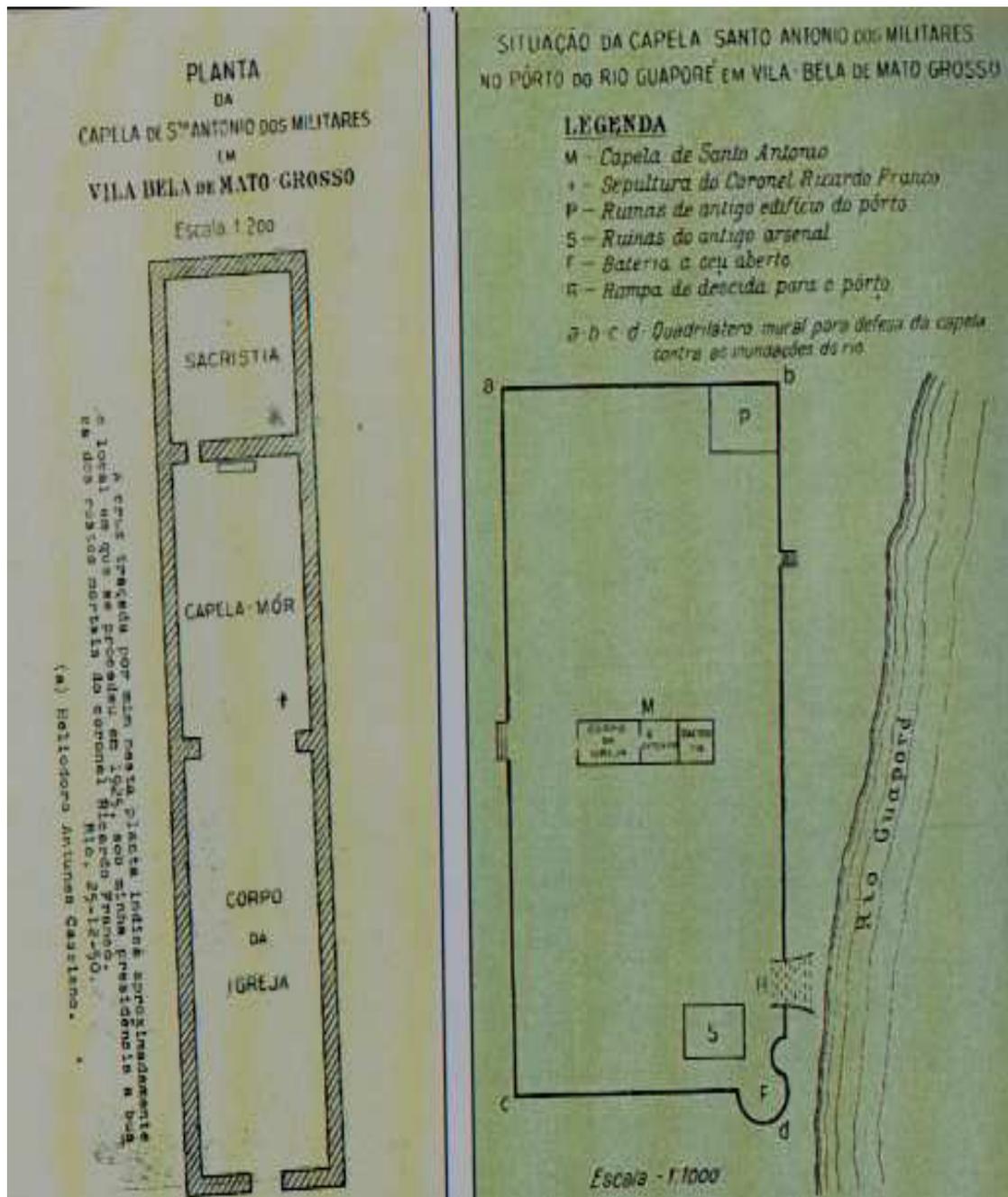


Figura 10: Traçado da Igreja de Santo Antonio em Vila Bela. General Raul Silveira Mello, 1950.

Fonte: Projeto Fronteira Ocidental- Arqueologia e História, Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 2002.

Em outra ilustração no mesmo projeto, o traçado é demonstrado protegido por quadrilátero mural para defesa da capela contra as inundações do rio Guaporé, bem como as ruínas do antigo edifício do porto da vila e rampa de descida do porto. Tal quadrilátero, de acordo com Rondon, foi construído no governo de João de Albuquerque, irmão e sucessor de Luis de Albuquerque.

*Para defender a igreja da inundação do rio, o Capitão-General João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres mandou construir o famoso cais, de forma quadrangular, em cujos ângulos parece ter havido pequenas obras de fortificação para a defesa do porto e da cidade.<sup>164</sup>*

Em 1779, o templo dedicado ao santo protetor dos militares passa por outra reestruturação. Ao visitar Vila Bela, em 1789, o já citado naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira comenta que este templo, por ter suas estruturas feitas em pedra tapavuacanga, mesmo sendo erigido à margem do rio, era um sólido edifício capaz de suportar as inundações guaporeanas<sup>165</sup>. E como ressalva Severiano da Fonseca:

*[...] é dos templos, talvez o que mais riqueza encerra. Uma de suas custodias é ainda mais rica e primorosa do que as da matriz; as coroas das imagens são de tamanhos às vezes exagerados, algumas ornadas de gemas. Cálices, patenas, turíbulos, navetas, frontais, banquetas, pálios, lâmpadas, candelabros, tocheiros, etc; tudo é rico e de precioso valor<sup>166</sup>.*

O segundo templo é a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, cuja edificação teve início em 1753, sendo inaugurada em novembro do ano seguinte:

*Neste ano [1753] em 7 de dezembro principiou o Juiz de Fora a levantar os esteios da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, [...] A 21 de novembro [1754] se benzeu a Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens [...]<sup>167</sup>.*

Em 1781 esta capela passou por um processo de reforma, como afirma Henrique B. Rohan: *Deu-se princípio, em 5 de agosto [1781], a capela de N. S. do Monte do Carmo, no fim da rua de Santo Antonio em Vila Bela<sup>168</sup>.*

Infelizmente, a documentação consultada não forneceu mais dados sobre esse templo e sua relação com a própria vila. A única referência encontrada está nos *Anais de Vila Bela*, que informa que a igreja foi edificada pelo Juiz de Fora Doutor Teotônio da

---

<sup>164</sup> Candido Mariano da Silva Rondon. *Relatório da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Papelaria Luiz Macedo. Rio de Janeiro-RJ. S/d. p. 31.

<sup>165</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira. *Idem*. Op. Cit. p. 50.

<sup>166</sup> João Severiano da Fonseca. *Idem*. Op. Cit. p.118. Infelizmente, hoje se conserva seu piso coberto por camadas de vegetação.

<sup>167</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o Descobrimento do Sertão de Mato Grosso no ano de 1734*. *Idem* Oc. Cit.p. 62

<sup>168</sup> Henrique de B. Rohan. *Anis de Mato Grosso*. IGHMT. Cuiabá-MT, 2001. p. 62

Silva Gusmão, principiada em 7 de dezembro de 1753 e inaugurada em 21 de novembro de 1754. Pode-se pressupor que esse templo também acolhia os devotos de Nossa Senhora do Rosário, porque *a 17 de dezembro [de 1754] se recebeu e colocou na capela Nossa Senhora Mãe dos Homens a Imagem de Nossa Senhora do Rosário*<sup>169</sup>.

Na planta primitiva da vila não aparece a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, observa-se apenas a Igreja do Carmo, decorre daí a suposição de que se trata do mesmo templo. Como bem destacou Luis D' Alincourt: *A Igreja Matriz, dedicada a S.S. Trindade é um bom Templo. [...] Tem mais duas Capelas filiais, Santo Antonio e Nossa Senhora do Carmo.*<sup>170</sup>

A conclusão a que se chega é que na vila havia apenas três templos católicos. O que ocorreu em 1781 foi apenas uma reforma da igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens e não a edificação de um novo templo. Como considera João Severiano da Fonseca: *Esta capela [...] fora começada em 5 de agosto de 1781 pelo intendente do ouro Felipe Jose Nogueira Coelho, [...], e inaugurada em 16 de julho de 1783, [...].*<sup>171</sup>

Levando em consideração a fotografia realizada em 1906 pela Comissão Rondon (Figura 11), o templo tinha uma única porta frontal, com barrado em toda sua frente, três janelas do lado esquerdo, construída de adobe e coberta com telhas de barro.

E o terceiro templo é a Matriz (Figura 12). Sua imagem demonstra uma edificação suntuosa, construída de paredes de adobe, telhado de duas águas, coberta com telha de barro. É perceptível a existência de três portas frontais, duas janelas, e conjugadas a esta construção da igreja propriamente dita. Na parede lateral direita, uma porta e quatro janelas, e uma edificação conjugada de menor porte com quatro janelas laterais. Este templo está localizado na praça principal da vila, conforme Severiano da Fonseca:

*A matriz, da invocação da Santíssima Trindade, teve seus princípios em 1753, em tempos de Rolim de Moura, mas os alicerces do atual templo foram lançados em 1775, governador Luiz de Albuquerque [...]*<sup>172</sup>.

---

<sup>169</sup> Anais de Vila Bela de 1734. Idem. Ibidem. p. 63.

<sup>170</sup> Luiz D'Alincourt. *Resultado dos Trabalhos e Indagações Estatísticas da Província de Mato Grosso*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Tomo III, 1877/1878. p. 47.

<sup>171</sup> João Severiano da Fonseca. Idem. Ibidem. p.116.

<sup>172</sup> João Severiano da Fonseca. Idem. Op. Cit. p.116

Em 1777 foi iniciada a construção da capela-mor da matriz da vila, como demonstra o documento que Luis de Albuquerque envia ao Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro:

*[...] zelando a distribuição desta que nada se desencaminhe, e tudo se converta-nos para que se destine, e fazem o objeto das Benignas e Piedosas atenções de V. Majestade e do Conselho Ultramarino em representação que fizeram os moradores de Vila Bela seja servida como o necessário para obra da capela Mor da Matriz daquela vila<sup>173</sup>.*

O esforço no processo de cada vez mais imprimir no cotidiano do vilabelense o sentimento de elo permanente com o reino lisboeta fez com que durante o período administrativo de Luis de Albuquerque na capitania de Mato Grosso houvesse todo um cuidado com a conservação e aparência dos templos da Vila-Capital, como forma de embelezar aquele espaço urbano.

Com a atitude de reformar e conservar os templos, nota-se a preocupação não só com a formosidade da vila, mas também em demonstrar a aliança entre Igreja e Estado, comum no cotidiano do Antigo Regime, em que estas duas instituições caminhavam lado a lado em todo o império lusitano. Edificar, reformar, conservar os templos era uma forma de fortalecer esse consórcio.

Quanto ao aspecto religioso, vale observar ainda que em Vila Bela existiam três irmandades: a do Santíssimo Sacramento, com sede na Matriz, a de Santo Antonio dos Militares, com sede na Igreja de Santo Antonio; e a Irmandade do Rosário dos Mulatos e Pretos, com sede na Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens e do Carmo/Rosário. Esta última não possuía templo próprio, porque, de acordo com as Posturas de Vila Bela de 1753, em seu capítulo 1º, parágrafo 1º, era proibido que os negros e mulatos organizassem capelas aos seus santos de devoção, entre os quais Nossa Senhora do Rosário.

---

<sup>173</sup> Consulta do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I sobre a representação dos moradores de Vila Bela em que pedem o necessário para a obra da capela-mor da matriz de Vila Bela. Vila Bela, 19 de agosto de 1777. AHU-ACL-CU. Cx.19. Doc.1166.

*Acordaram que nunca esta Câmara desse licença e chãos para se formar outra alguma Igreja, ou Capela, e principalmente aos pretos e mulatos que regularmente são os que andam com Nossa Senhora do Rosário fora da paróquia, e que havendo devotos desse ou daquele Santo a quem quisessem formar capela ou Igreja, reduzissem essa despesa em lhe fazer na Matriz, com o que viria esta a compor-se e adornar-se, e que desta proibição era isenta a capela Nossa Senhora Mãe dos Homens que presentemente se fabrica com esmolas do Povo [...]*<sup>174</sup>.



Figura 11: Vista das Ruínas da Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, do Carmo e do Rosário, de Vila Bela da Santíssima Trindade. Fotografia de autor desconhecido.

Fonte: Relatório da Comissão Rondon, em 1906.

---

<sup>174</sup> *Estatutos ou Posturas de Vila Bela de 1753*. In: Rosa e Jesus Idem. Op. Cit. p. 133.

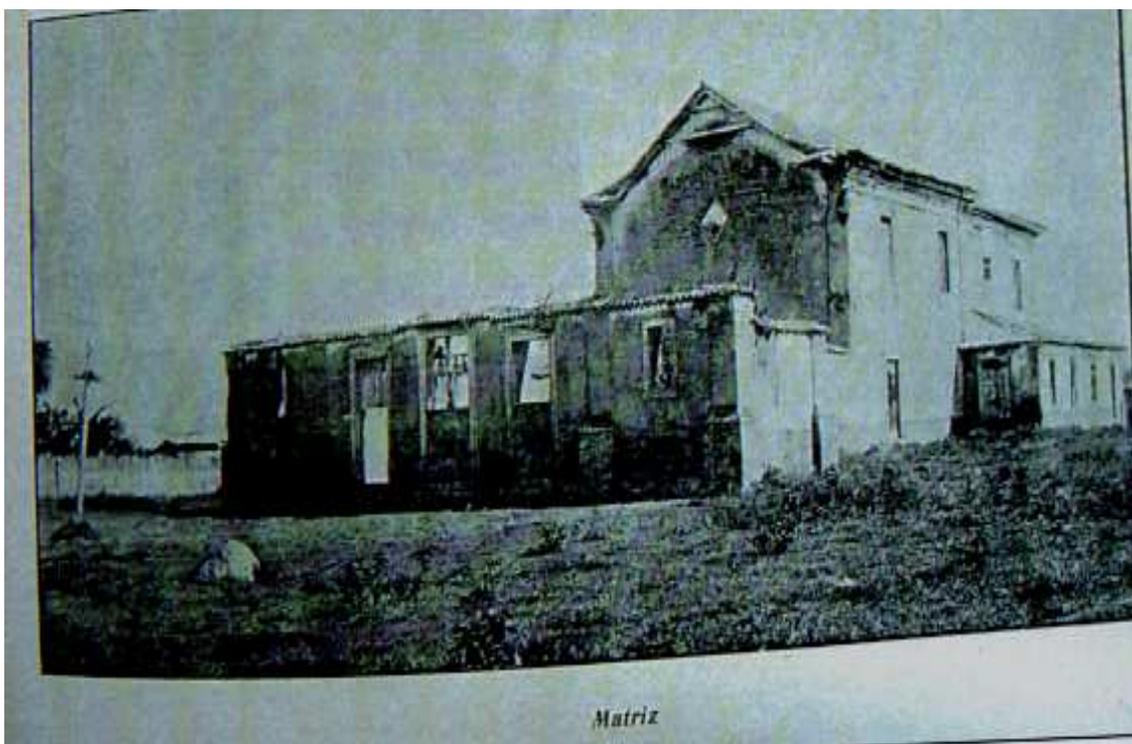


Figura 12: Ruínas da Matriz de Vila Bela. Fotografia de autor desconhecido.  
Fonte: Relatório da Comissão Rondon em 1906.

É provável que a Irmandade do Santíssimo Sacramento ajudasse na organização da Festa do Santíssimo, uma das festas oficiais do calendário litúrgico da vila, conforme as Posturas de 1753. Já os Irmãos de Santo Antonio dos Militares organizavam a festa do padroeiro que, de acordo com a documentação, era a maior e mais pomposa festa da vila. Pela grandiosidade dessa festa, como um dos momentos especiais para que as autoridades locais demonstrassem seu prestígio político e o governador seu poder como representante do monarca português, é que esta manifestação festiva merece ser analisada com mais detalhes no bojo das várias outras formas culturais lusitanas em terras do Mato Grosso. A ela dedicamos o próximo capítulo.

## **CAPITULO 5**

### **A FESTA DE SANTO ANTONIO DOS MILITARES**

As festas eram momentos especiais na vida de todos nas vilas e cidades setecentistas. A rotina diária se transformava. No lugar da tranquilidade e do silêncio ocupava espaço a alegria, o barulho e a iluminação com lamparinas de azeite das casas particulares e edifícios públicos nas noites que antecediam aos festejos. As residências eram caprichosamente preparadas para o grande espetáculo. Diz Junia Ferreira Furtado que:

*Durante a festa, toda a cidade se preparava e se adornava para o acontecimento, aumentando mais ainda o ambiente artificial e, como no teatro, preparando o cenário para o desenrolar das festividades. As ruas eram enfeitadas, as casas adornadas com ‘ricas tapeçarias’, sedas e damascos, permitindo que os moradores se diferenciasssem uns dos outros, ao externarem nas janelas os símbolos de sua riqueza. Desde o primeiro momento, a festa tinha este caráter normatizador, nomeando de maneira ostensiva aos moradores e aos visitantes, os dignitários do poder<sup>175</sup>.*

Mesmo que todos participassem da festa, cada qual sabia seu lugar social, e os adornos das casas, vestimentas e indumentárias classificavam as pessoas. Momentaneamente, o cotidiano era modificado, sem jamais esquecer o lugar social que

---

<sup>175</sup> Junia Ferreira Furtado. *Desfilas: A Procissão Barroca*. In. Revista Brasileira de História. Ed. Unijui. Vol. 17. Nº 33. São Paulo-SP, 1997. p. 259.

cada indivíduo tinha também nestes momentos extraordinários da vida urbana. Visto que,

*[...] a festa efetivamente possibilitava ao grupo social o confronto de prestígio e poderes. [...] O indivíduo ou o grupo de família afirmavam com a sua participação nas festas públicas seu lugar na cidade e na sociedade política*<sup>176</sup>.

Um dos atos festivos que antecedia a comemoração estava na ação de iluminar as repartições públicas e fachadas das casas pelo menos por três noites. O anoitecer nas vilas e cidades era momento de recolhimento e silêncio quase absoluto, porém nos dias festivos transformava. A escuridão dava lugar à luz, pois:

*Ao criar uma atmosfera artificial, onde o homem vencida a escuridão, era possível alterar a rotina e quebrar a monotonia cotidiana, permitindo aumentar o domínio da luz, dando a entender que tinha renascido o dia quando principiava a noite*<sup>177</sup>.

Típico do barroco, cuja claridade artificial dos ambientes era representação simbólica que a luz estava vencendo as trevas e a civilidade estava dominando a barbárie, a festa era um momento de mudança no cotidiano.

A barbárie sempre foi representada pela escuridão do conhecimento, da cultura e da sabedoria. Del Priore (2000), afirma que:

*Os truques da pirotecnia tinham a ver com o desejo barroco de reformar a natureza; trocava-se com o foguetório o dia pela noite, vencida-se a escuridão com a técnica e o engenho humano. Até a estilização da água para refletir o brilho dos fogos reforçava a intenção do artifício e do ilusório, caras ao século do ouro e as suas manifestações estéticas*<sup>178</sup>.

Os fogos de artifício davam brilhos especiais à noite, na qual o contraste de claro e escuro simbolizava a vitória da vida sobre a morte e da luz sobre as trevas.

Durante o período comemorativo, a rotina de trabalho, de opressão e de vigilância, dava lugar à alegria e diversão.

---

<sup>176</sup> Junia Ferreira Furtado Idem. Op. Cit. p. 37.

<sup>177</sup> Idem Ibidem. p. 258.

<sup>178</sup> Mary Del Priore. Idem. *Festa e utopias no Brasil Colonial*. Brasiliense. São Paulo- SP .p. 41.

Por fim, a procissão configurava o ponto alto da festa. Era um espetáculo à parte dentro dos festejos, visto que este ato ratificava o simbolismo maior do Antigo Regime. Os rituais procissionais, além de atos religiosos representavam uma ação política disciplinadora, no qual as pessoas eram rigidamente hierarquizadas conforme o lugar que ocupavam na sociedade: primeiro as autoridades civis, em especial os membros da Câmara, e eclesiásticas, seguidos pelos membros das irmandades, logo depois os “homens bons”, que compunham a nobreza local, por fim as ordens militares ladeando as maiores autoridades da Igreja e do Estado.

### **A devoção da Santo Antonio em Vila Bela**

O culto a Santo Antonio era comum em vários lugares da América portuguesa<sup>179</sup>. Sendo padroeiro de Lisboa, se tornou popular também na colônia. Em Vila Bela a devoção a este santo remonta aos primórdios da vila, segundo os *Anais de Vila Bela: Até se levantar a vila, dizia padre Agostinho missa em altar portátil, na rancharia de sua Excelência que depois deu ordem a fazer ao pé dela, quase sobre o porto, uma capelinha coberta de palha dedicada a Santo Antonio, em cujo dia se fez nela festividade*<sup>180</sup>. Severiano da Fonseca também corrobora neste sentido:

*Quando Rolim fundou a vila, fazia celebrar os ofícios divinos na própria palhoça, primeiro palácio dos capitães generais; mas chegado o mês de junho e o dia de grande taumartugo português, os moradores, [...], determinaram fazer uma festa; o que motivou Rolim a erguer uma capela de pau à pique [...]*<sup>181</sup>.

Ao que parece, essa manifestação cultural estava meio esquecida ou deixada em segundo plano na Vila-Capital quando da chegada de Luis de Albuquerque. Preocupado com a lusitanização da capitania, ele restaurou o festejo a Santo Antonio como forma de aproximar o cotidiano da vila aos hábitos e costumes lisboetas.

É possível observar algumas mudanças no comportamento, pelo menos dos membros do corpo militar vilabelense, com o processo de ressignificação do culto ao

---

<sup>179</sup> José Carlos de Macedo Soares. *Santo Antonio de Lisboa Militar no Brasil*. Livraria José Olimpio Editora. Rio de Janeiro-RJ, 1942.

<sup>180</sup> *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1734*. Idem Op. Cit. p61

<sup>181</sup> João Severiano da Fonseca Idem Op Cit. p. 117.

santo português. A partir de uma Portaria de 1783 o governador autorizou a retirada anual do soldo de todos os militares uma quantia que variava conforme a patente, como contribuição a ser passada para a Irmandade de Santo Antonio para organização e realização da festa do santo.<sup>182</sup>

Os *Anais* da Vila-Capital descrevem a festa de Santo Antonio com requinte e luxo: foguetórios, iluminação, músicas, danças, ceias e beija-mão, como ver-se-á no decorrer deste capítulo. Talvez esta seria uma das maiores manifestações públicas do Antigo Regime em Vila Bela, da qual o 4º Capitão-General soube muito bem aproveitar para ampliar as representações simbólicas na capitania que governou.

O sociólogo Gilberto Freire (1978) diz que Luis de Albuquerque, nos cultos e festejos de Santo Antonio, era cortejado como um verdadeiro rei. Uma vez que nessas ocasiões encarnava o poder monárquico em si, com toda a ritualística lusa, entre as quais o famoso beija-mão. Não só na festa de Santo Antonio, mas especialmente nela, o Capitão-General costumava reeditar esse cerimonial. Durante o beija-mão *o governador, todo importante no ouro rutilante de sua farda, tomava assento no salão, no lugar de honra, em nome de Sua Majestade El-Rei e recebia toda a assistência, que desfilava ante ele*<sup>183</sup>.

Esta representação típica do Antigo Regime era um dos signos de poder, reprodução e representação da autoridade real personificada na figura do governador, emissário maior do monarca em terras do Mato Grosso.

Os *Anais* de Vila Bela de 1777 e de 1781 descrevem o festejo do santo militar na capital. Os detalhes levam a compreensão das transformações ocorridas no cotidiano da vila no período em que a comemoração se realizava, bem como todos os cuidados com a preparação da festa do patrono dos militares.

Registram os *Anais* de 1777:

*No dia 1º de junho se principiou a trezena da festividade de Santo Antonio na matriz desta vila, [...] Concorreram a ela não só a nobreza da vila, mas também a dos arraiais de forma que em toda festividade e trezena se encheu de povo esta Capital, que jamais teve dias tão alegres e cheios de divertimentos. [...] No dia 6 deu Sua Excelência beija-mão pelas nove horas aos ministros, oficiais e militares, vereadores e*

---

<sup>182</sup>. Portaria imposta por Luis de Albuquerque na qual obriga a retirar dos soldos dos militares contribuição anual para a festa de Santo Antonio dos Militares. Livro de Registro de Portarias, Bandos e Editais (1772-1785) Livro: C. Folha: 172.. APMT

<sup>183</sup> J. C. Freitas Barros. *Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1739 -1797)* Livraria e Papelaria Fernandes. Lisboa-Portugal, 1948. p. 83.

*nobreza em gratulação, e para bem do cumpre anos de Sua Majestade Fidelíssima [...]. Seguiram os dias seguintes da Trezena, em que houveram quatro dias cavalcadas de 20 cavaleiro, [...] Em todas as noites houveram óperas e comédia com os mais festejos adjacentes, vendo-se os dias cheios de muitas máscaras. Na véspera do dia de Santo Antonio houve vistoso fogo por espaço de quase três horas. No dia da festividade se encheu toda esta capital de um indizível público, assistindo a festa Sua Excelência e Nobreza vestida das mais ricas sedas<sup>184</sup>.*

Percebe-se por esse documento que a festa de Santo Antonio de Vila Bela era uma manifestação que modificava o dia-dia não só da capital como também dos arraiais adjacentes. A presença de pessoas dos arredores da vila demonstra a grandiosidade e importância dessa festividade no contexto da Repartição de Mato Grosso. Essa informação é ressaltada também por Freitas Barros (1948) que diz: *a alegria do povo, que vinha de longe, descendo e subindo o Guaporé e de toda a parte a assistir às festas, era esfuziante<sup>185</sup>.*

Com referência à cavalcada, uma das atrações das festividades de Santo Antonio em Vila Bela, José Artur Teixeira Gonçalves afirma ser esta manifestação:

*Originada na península Ibérica durante a Reconquista, no século XII, com vinculação propagandística das Cruzadas e Reconquista, a Cavalcada foi introduzida na América portuguesa a partir do século XVI. As cavalcadas eram festas constantes em quase todos os programas festivos, não eram rigidamente fixas no calendário. Celebradas em ocasiões especiais, ora estavam ligadas à Igreja, ora vinculadas ao Estado. O número de dias para sua execução, geralmente três, era determinado pelos senados e câmaras<sup>186</sup>.*

No que tange às óperas, comédias e bailes de máscaras, Alcides Moura Lott (1986) informa que desde 1761 já havia esta tradição de apresentação em Vila Bela,

---

<sup>184</sup> Gilberto Freire. *Contribuição para uma Sociologia da Biografia*. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 1978. p. 146. Grifos do autor.

<sup>185</sup> J.C. Freitas Barros. *Idem*. Op. Cit. p. 83.

<sup>186</sup> José Artur Teixeira Gonçalves. *Cavalcadas na América Portuguesa: Morfologia da Festa*. In. István Jancsó e Íris Cantor (Org.). *Festa Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. Volume 2. EDUSP-FAPESP-Imprensa Oficial: São Paulo-SP, 2001. p. 952.

entretanto durante o governo de Luis de Albuquerque estas práticas se tornaram mais freqüentes nas festividades oficiais<sup>187</sup>.

A mudança na rotina das pessoas da vila por ocasião das festividades era tamanha que as noites, tidas como momentos de silêncio e descanso para o corpo, no dias que antecediam a festa de Santo Antonio, era exatamente com o anoitecer que começava a alegria, as óperas e comédias, a queima de fogos de artifícios e bailes. O pôr-do-sol, entre os dias primeiro a treze de junho, na capital anunciava a transformação da vila em um lugar de risos, barulhos, algazarras e divertimentos, ressaltados pelos *Anais de 1777*, como também por Freitas Barros (1948) ao afirmar que, *à noite, a festa desdobrava-se pelo salão do palácio e pelas ruas até altas horas*<sup>188</sup>.

As festas oficiais setecentistas eram organizadas pela Câmara, que junto com particulares e irmandades arcavam com todas as despesas<sup>189</sup>. Tudo era organizado nos mínimos detalhes, sem nada ser esquecido.

*Iniciava-se com o edital público de convocação da população a participar dos festejos, visto que o sucesso do evento estava interligado à presença de grande número de pessoas, tanto da capital quanto dos seus arredores, e isso era feito através de propaganda do folgado. Para anunciar a festa eram utilizados recursos auditivos, como música, trombetas, tambores ou pífanos, para motivar e despertar a curiosidade de transeuntes e de pessoas que de suas portas ou janelas deixavam a rotina para ouvir o chamamento dos festejos, que eram momentos ímpares nas vilas e cidades coloniais, pois a rotina do dia-a dia era quebrada, dando lugar à música e alegria*<sup>190</sup>.

*Enquanto o povo em cantares folgazões expandia a alegria*<sup>191</sup>, pois as festas eram momentos ímpares de descontração para o cidadão, para as autoridades constituídas esses momentos eram uma forma de realçar a hierarquização e o lugar social de cada indivíduo. Perceptível em todos os aspectos dos festejos, essa hierarquização podia ser vista com mais intensidade nas procissões, que eram uma festa dentro da própria festa.

---

<sup>187</sup> Alcides Moura Lott. *Teatro em Mato Grosso: Veículo da dominação colonial*. Brasiliense. Brasília-DF, 1987. p. 40.

<sup>188</sup> J. C. Freitas Barros. Idem. Op.Cit. p. 83.

<sup>189</sup> Nauk Maria de Jesus. A “Cabeça da República” e as festividades na Fronteira Oeste da América Portuguesa. In. *A terra da conquista: História de Mato Grosso Colonial*. Editora Adriana. Cuiabá-MT, 2003. p.107.

<sup>190</sup> Mary del Priore. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. Editora Brasiliense. São Paulo-SP, 2000. p. 31.

<sup>191</sup> J.C.Freitas Barros. Idem . Op.Cit. p.83

Para os comerciantes e taberneiros, os momentos da festa representavam boas vendas e maiores fôlegos em seus negócios, enquanto que para as elites eram momentos para desfilarem suas jóias, linhos e sedas que chegavam à vila através da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão.

De uma forma geral, a festa de Santo Antonio mexia com os ânimos de todos, já que havia certa obrigatoriedade da população em participar destes momentos de conagração, sujeitos a multas caso não se fizesse presente<sup>192</sup>.

Quantas juras de amor eterno, beijos roubados ou consentidos não ocorriam nestes momentos de descontração e menor vigilância dos pais e damas de companhia? Encontros e desencontros, amores perdidos, traições e decepções, tudo era propiciado pelas festas, uma vez que no período colonial a vida social era profundamente restrita; então elas eram símbolos de aproximação ao profano.

Tirando a procissão e a missa solene, espaços do sagrado, outros momentos eram tipicamente profanos: música, dança, baile, ceias, bailes de máscaras e cavalhadas. Momentos em que a gula descomedida era consentida sem cobrança ou peso na consciência de ser este um dos pecados capitais, já que *no palácio o governador oferecia mesa abundante e havia o baile na qual Sua Excia. dançava com as madamas da principal nobreza da capital e dos arredores*<sup>193</sup>..

O ponto alto dos festejos era a noite de 12 de junho, em que o foguetório clareava o céu da vila e tudo se transformava em alegria e divertimento, com muita dança, música, baile de máscaras, ópera, recitais de poesia.

O dia 13 de junho raiava com repicar de sinos, som de trombetas e cornetas a chamar os vilabelenses para a missa solene de Santo Antonio<sup>194</sup>. Neste dia havia exposição do Santíssimo Sacramento e sermão, aos quais o governador assistia no lugar de honra na igreja, e *à tarde vistosa e magnífica procissão em que Sua Excia levava o andor e atrás iam os Dragões e as tropas auxiliares da guarnição com os lindos e alegres fardamentos*<sup>195</sup>.

Em 1777, Albuquerque foi o juiz dos festejos. O juiz da festa na tradição católica é a pessoa que leva no cortejo procissional alguns dos símbolos mais importantes que representam o santo; coroa, espada, entre outros. E, em 1781, ano da

---

<sup>192</sup> Nauk Maria de Jesus. Idem. Op Cit. p. 197.

<sup>193</sup> J.C.Freitas Barros. Idem. Op. Cit. p.83.

<sup>194</sup> Francis Castelnau. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul* (Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto) Tomo II Companhia Editora Nacional. São Paulo-SP. s/d. p. 364.

<sup>195</sup> J.C. Freitas Barros. Idem. Op. Cit. p83

reinauguração do templo do patrono dos militares após a procissão, ele distribuiu entre os oficiais militares graduados e nobreza local, medalhas de ouro e prata com as insígnias do padroeiro. Neste mesmo ano o Capitão-General ajudou a levar o andor durante a procissão<sup>196</sup>. Terminada a procissão, a festa continuava com muita música, dança, recitais.

No dia seguinte tudo voltava à normalidade rotineira do trabalho, dos negócios, da burocracia, preocupações com as doenças e pestes que assolava a vila. A vida deveria continuar seu ritmo e esperar por outro momento de descontração, festejos, alegria e divertimentos.

Conforme, o capítulo 1º, parágrafo 4º do Estatuto de Vila Bela de 1753, os oficiais da Câmara deveriam assistir às festas com o Real Estandarte:

*A festividade do mártir São Sebastião, à ladainha de São Marcos, às três ladainhas de Maio, à Festa do Corpo de Deus, à do Anjo Custódio, do Reino, da visitação de Nossa Senhora a Santa Izabel, à Festa de Nossa Senhora do Monte do Carmo, à Festa de Nossa Senhora da Conceição, do Te Deum Laudamus, em dia de São Silvestre, e à publicação da Bula da Santa Cruzada: Acordaram que esta Câmara com o Real Estandarte assistisse a todas estas funções, com distinção que em lugar da festa de Nossa Senhora do Carmo, que na Cidade de Mariana é Padroeira, fosse nesta vila como Padroeira dela a festa a Santíssima Trindade<sup>197</sup>.*

Percebe-se que o Estatuto não faz menção à Festa de Santo Antonio, portanto esta inicialmente não era uma festa oficial. Porém, pode-se dizer que era a mais bem preparada e esperada entre os festejos da vila, realizada na Matriz e em seus estornos.

Como descrito por Junia Ferreira Furtado (1997), as festas setecentistas realmente eram ocasiões especiais nas vilas e cidades coloniais em um momento em que a vida social era profundamente limitada. Preparadas e realizadas com a participação da Câmara e de particulares, como maneira de ressaltar os valores morais e éticos do Antigo Regime, as festas coloniais permaneciam como uma das formas encontradas de destacar o sentido de pertencimento ao Império e mesmo na ausência de “Sua Majestade”, deveria ser exaltado o monarca na figura de seus representantes diretos, os administradores de seus negócios e de suas terras.

Por outro lado, Mary del Priore (2000) enfatiza estes momentos como tempo de utopias, nos quais profano e sagrado se misturavam na roda da vida de todos os

---

<sup>196</sup> Gilberto Freire. Idem. Op. Cit. p. 165.

<sup>197</sup> *Estatutos Municipais ou Posturas de Vila Bela de 1753*. In. Rosa e Jesus. Idem. Op. Cit. p. 134.

cidadinos, aproveitados também como maneira de diminuir as tensões sociais, que Estado e Igreja utilizavam para regulamentar e hierarquizar a população.

Na festa de Santo Antonio a procissão ocorria no dia 13 de junho, à tarde. Freitas Barros a destaca como vistosa e magnífica. Pereira e Cáceres, juntamente com os ministros e oficiais militares mais graduados, levavam o andor e atrás iam os Dragões e as tropas auxiliares da guarda<sup>198</sup>.

Compreendendo que o decorrer da Festa de Santo Antonio dos Militares em Vila Bela era usado pelo 4º Capitão-General para exprimir os signos do Antigo Regime, então se pode dizer que servia de modelo de aproximação dos costumes lusitanos no extremo oeste de Mato Grosso. Música, recital de poesia, dança, bailes de máscaras, comédia, foguetórios, iluminação, trezena, ceias, tudo lembrava uma festa da corte lusitana, inclusive o famoso beija-mão, profundamente explorado por Pereira e Cáceres para ressaltar sua autoridade como representante do monarca português em terras americanas.

Por fim, deve-se destacar que as representações do Antigo Regime chegaram à culminância em Vila Bela quando, segundo os escritos de Freitas Barros, Pereira e Cáceres mandou buscar, através da Companhia de Comércio, uma carruagem, que chegou desmontada na capital, especialmente para levá-lo de sua residência oficial, o Palácio dos Governadores, *até a porta do templo onde era realizada missa solene, do qual o povo por entre fila ajoelhava e lhe beijava a mão, e por entre as alas de soldados, a ingressar na igreja, onde o clero o aguardava para acompanhar debaixo do pódio até à tribuna de honra*<sup>199</sup>.

Não foi possível encontrar qualquer documento referindo-se a esta carruagem em Vila Bela. Entretanto, observando as atitudes desse governante que de tudo fez para ressaltar os signos do Antigo Regime é bem provável que esse instrumento de locomoção serviu também como demonstração de poder e autoridade para Pereira e Cáceres durante sua estadia como governador Mato Grosso. Como Freitas Barros teve acesso a papéis guardados com a família Pereira e Cáceres em Insua - Portugal, hoje infelizmente desaparecidos, é muito provável que tal veículo, se isso aconteceu, tenha circulado pelas ruas vilabelenses, conduzindo Luis de Albuquerque, com ele também deve ter vindo um manto vermelho púrpura, adorno típico dos reis absolutistas.

---

<sup>198</sup> J. C. Freitas Barros. Idem. Op. Cit. p. 83.

<sup>199</sup> J.C. Freitas Barros. Idem. Ibidem. p. 84

Luis de Albuquerque soube usar muito bem todos os atos de comemoração do santo padroeiro dos militares para ressaltar sua autoridade e impor a cultura lusitana em terras do Mato Grosso. Sua presença no salão do palácio, em lugar de destaque, dando beija-mão, como também dançando garbosamente com as damas da alta sociedade da capital e adjacências; seu lugar de honra na igreja durante a missa solene na manhã do dia 13 de junho e, por fim sua presença marcante na procissão, junto com militares graduados a levar o andor de Santo Antonio, fazia com que em todos os momentos da festa do padroeiro dos militares o destaque principal fosse para o governador enquanto autoridade máxima da capitania e representante de sua majestade em terras de Mato Grosso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diz o ditado popular que caminhando se abrem caminhos e que, de vez em quando, é preciso dar dez passos atrás para caminhar mil passos à frente.

Os dez passos atrás foram o exercício de paciência para apreender, com a leitura, transcrição e interpretação dos documentos do século XVIII, a forma de viver, pensar e habitar em uma vila setecentista. Cada documento encontrado era um pedacinho da história da Vila-Capital que ia se constituindo e abrindo em veredas, conduzindo ao dia-a-dia da sede burocrática da capitania de Mato Grosso. A paciência no ato de ir caminhando através da documentação fez com que a vila e os vilabelenses fossem mostrando seus hábitos e costumes.

Nesse trabalho, intitulado **Vila Bela à época de Luis de Albuquerque (1772-1789)**, cujo objetivo foi estudar a primeira capital de Mato Grosso durante o governo de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que teve início em 1772 e término em 1789, procurando-se evidenciar as atitudes desse administrador e o dia-a-dia dos vilabelenses entre surtos pestilentos e momentos festivos no contexto do urbanismo português na América.

Através do estudo da Vila-Capital da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, entre 1772-1789, especialmente no que tange ao redimensionamento do perímetro urbano dessa vila fronteiriça, buscou-se conhecer os fatores que levaram Pereira e Cáceres, com seus projetos urbanísticos, a demonstrar preocupação com a questão sanitária da capital, que desde seus primórdios era insalubre e doentia.

Como homem de visão científica, Pereira e Cáceres percebeu a necessidade de melhorar a qualidade de vida na Vila-Capital e, junto com o Senado da Câmara, procurou soluções práticas para o antigo problema que afligia a vila. Entre as estratégias por ele utilizadas, como analisado ao longo deste trabalho, está o afastamento das novas edificações das proximidades do rio Guaporé, provocador de enchentes e catástrofes epidêmicas na vila.

As atitudes de Luis de Albuquerque não estavam isoladas de um projeto político para as cidades, vilas e povoados da América Portuguesa. Ao contrário, fazia parte de uma política sanitária pensada na Europa a partir da Filosofia das Luzes, que os administradores deveriam implementar na colônia. E não só na capital da capitania, como também em vários outros ambientes edificadas. Durante seu longo governo, a preocupação com a salubridade e higienização dos espaços urbanos foi uma constante. Testemunhando tal preocupação está o fato de no Povoado Regular de Casalvasco, edificado em 1783, o cemitério ter sido construído longe do perímetro urbano, coisa incomum para a época, já que o costume era o sepultamento no entorno das igrejas.

Entretanto, seria impossível compreender as atitudes desse governante sem recuar no tempo e conhecer os fatores que fizeram a Coroa Portuguesa criar uma nova capitania, a partir do desmembramento da capitania de São Paulo (Alvará de 9 de maio de 1748). Essa nova capitania era a de Cuiabá e Mato Grosso, que ao ser criada necessitava de uma capital burocrática.

A localização geográfica dessa capitania, fazendo fronteira com as terras das colônias espanholas, exigia a escolha de pessoa de confiança da Coroa Lusa para governá-la, com ordens expressas de escolher local estratégico para edificar a capital. Já que por direito as terras do Mato Grosso não pertenciam a Portugal, tomar posse dessa região era criar uma forma de fazer valer o *uti possidetis*, princípio previsto no Tratado de Madrid, em 1750, e ratificado, em tempos de Luis de Albuquerque, pelo Tratado Preliminar assinado em 1777, em Santo Ildefonso.

Por isso não principiou-se a análise da vila, de imediato, em 1772. Procurou-se demonstrar, inicialmente, os fatores que levaram a Coroa Portuguesa a criar a Capitania e buscar edificar a Vila-Capital na Repartição de Mato Grosso, para com isso garantir a posse efetiva de toda aquela vasta região, usando o argumento do direito do uso, uma vez que através de uma política acirrada de ocupação desse território, os lusos garantiriam essas terras para si.

Nesta empreitada, destaca-se o papel preponderante dos governadores e Capitães-Generais de Mato Grosso que administraram a capitania no século XVIII, sem os quais se tornaria impossível a posse e ocupação desse território pela Coroa Lusitana. Especialmente D. Antonio Rolim de Moura Tavares, o primeiro a governar a capitania, cuja importância é inegável no processo de escolha do local e edificação da capital na Repartição de Mato Grosso. Mesmo sendo erguida em espaço alagadiço, a vila devia servir de antemural de Mato Grosso e do Brasil, contra as incursões de Castela.

Cumpriu a D. Rolim não só erigir a Vila-Capital, como também dar a ela funcionalidade, com repartições públicas, corpo de ordenanças, fomentando a agricultura e a comércio. Era preciso demonstrar aos espanhóis que aquele núcleo populacional estava ativo, com pessoas comprando, vendendo e negociando, em processo de colonização.

Moura Tavares deixou o governo da capitania em 1765. Cumpriu a contento as instruções recebidas na corte de Lisboa, ou seja, edificou na Repartição de Mato Grosso a vila que seria a capital burocrática da capitania.

Os dois governadores que o sucederam (João Pedro Câmara, 1765 a 1769, e Luis Pinto de Souza Coutinho, 1769 a 1772), concluíram o trabalho começado por D. Rolim na Vila-Capital: edificaram as repartições públicas, incentivaram o comércio local e foram vigilantes com os vizinhos. Mas foi Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789) que, com seus projetos de redimensionamento do perímetro urbano, mais pensou em transformar a Vila-Capital em um espaço saudável. Com propostas inovadoras, incentivou os oficiais da Câmara a não permitirem que novas edificações fossem construídas às margens do Guaporé, para com isso evitar os velhos e conhecidos problemas ocasionados pelas cheias e vazantes do rio. Seu objetivo era eliminar a insalubridade da vila e, com isso, incentivar um maior contingente de pessoas a fixar moradia ali, aumentando a população nesse território fronteiriço.

Todavia, como ficou demonstrado, essa atitude não foi suficiente para eliminar o problema provocado pelos fenômenos naturais das cheias e vazantes guaporeanas, era necessário, como observou Alexandre Rodrigues Ferreira em 1789, que as margens do rio fossem tratadas, eliminando os charcos e pântanos em volta da vila e que se calçassem as ruas e travessas.

Contudo, nem só de epidemias e doenças viveu a Vila-Capital à época de Luis de Albuquerque. Nela havia um comércio ativo, abastecido pelas monções do norte, Belém-Vila Bela, e pelas monções do sul, que vinham de São Paulo, via Cuiabá. Com

exceção dos gêneros de primeira necessidade (arroz, milho, feijão, toucinho e farinha de mandioca), as duas monções abasteciam a vila com o restante. Como apontaram os documentos, desde instrumentos de trabalho até mão-de-obra escrava vinha por estas monções.

Por isso, quando Luis de Albuquerque toma posse em 1772, uma de suas primeiras atitudes foi disciplinar o comércio local, para evitar a concorrência com monções de abastecimento, especialmente com a privilegiada Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, que praticamente monopolizava o comércio na Repartição de Mato Grosso.

Foi possível observar também que Vila Bela era um espaço multirracial, no qual negros e indígenas se faziam maioria. E à época de Luis de Albuquerque não foi diferente, tanto no início quanto no final de seu governo, nota-se a presença maior de negros cativos e livres na vila. Mesmo com o decréscimo populacional, demonstrado no mapa de 1789, a população permaneceu etnicamente negra, como, aliás, ainda hoje se mantém, visto que de acordo com IBGE no censo de 2000, 60% da população de Vila Bela é de negros e seus descendentes.

Por ter uma maioria populacional negra Pereira e Cáceres viu a necessidade de coibir toda e qualquer manifestação cultural não lusa na vila, como forma de impor valores e costumes europeus aos seus habitantes.

Isso é perceptível quando verifica-se que esse administrador criou povoados, vilas e fortes, denominando-lhes com topônimos que remetiam aos valores portugueses; entre os quais pode-se citar Forte Príncipe da Beira, Vila Maria do Paraguai, Santo Antonio do Guarajus, Casalvasco, Albuquerque, São Pedro Del Rei, entre outros. E habitando em Vila Bela, procurou imprimir nesta cidade costumes e hábitos europeus, como forma de coibir manifestações que não iam ao encontro do projeto de consolidação das práticas culturais lusas.

Ao dar ênfase à Festa de Santo Antonio, com ritos e signos do Antigo Regime, esse governante impôs formas de pensar e agir da corte na cultura do povo, não só de Vila Bela, como em toda Repartição do Mato Grosso. Como se viu, a festa era uma manifestação que envolvia a população da região, a ponto de pessoas de várias localidades se deslocarem para a capital para participar da festa do padroeiro dos militares.

Pode-se afirmar que a capitania como um todo, e em particular a Vila-Capital, no período de governo do 4º Capitão-General viveu significativo processo de lusitanização.

Por fim, analisar a situação da Vila-Capital à época de Pereira e Cáceres conduz a perceber uma vila que, mesmo pensada sob régua e compasso em Lisboa e edificada no extremo oeste da capitania, marcou o início da consolidação e posse da Repartição de Mato Grosso.

A necessidade de recuar no tempo e perceber os meandros que levaram a Coroa a exigir que a capital fosse na Repartição de Mato Grosso, e não em Cuiabá, foi a forma encontrada para compreender as atitudes do 4º Capitão-General na vila setecentista, local em que morou e de onde dirigiu os destinos do Mato Grosso por 17 anos.

Com este trabalho espera-se contribuir para a compreensão das atitudes da Coroa Portuguesa em relação às terras do Mato Grosso, em um momento em que os tratados de limites ainda estavam por ser definidos, e a edificação de Vila Bela da Santíssima Trindade serviu de portal para a posse efetiva desta vasta região.

Se a história é uma ciência em marcha e na infância, como afirma Marc Bloch (2001), seu dinamismo deve contribuir para que o ser humano viva melhor. Senão, de nada valem os escritos dos historiadores. Assim, se este trabalho contribuir com o mais ínfimo admissível para o avanço da ciência histórica, já terão valido a pena todos os esforços.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

## FONTES

### ➤ **Manuscritas:**

- *Anais do Senado da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1779.* APMT. Fundo: Câmara dos Vereadores. Grupo: Senado da Câmara de Vila Bela. Série: Correspondência Ativa. Lata 1779B. Doc. 60
- *Autorização do Senado da Câmara para abertura de Nova Rua no perímetro Urbano de Vila Bela.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Lata 1775a. Doc. 104.
- *Carta da nobreza, povo e câmara de Vila Bela à rainha D. Maria I, em que pede a recondução do governador Luis de Albuquerque ao cargo.* AHU-ACL-CU. Cx 19. Doc 1182.
- *Carta do Provedor da Fazenda Real, Miguel Pereira Pinto a Luis de Albuquerque acerca da remessa de produtos do Armazém, Contas do Fardamento e Resposta para o Pagamento.* APMT. Fundo: Fazenda. Grupo: Provedoria. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1774. Doc. 34.
- *Correspondência de Luis de Albuquerque ao Ouvidor Geral Miguel Pereira Prado em que comunica a proibição da ida de negras de tabuleiros às lavras.* APMT. Fundo: Justiça. Lata 1773. Correspondência Ativa. Doc.126.
- *Correspondência do Senado da Câmara a Luis de Albuquerque comunicando sobre a doação de terra devoluta a Francisco de Castro.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Correspondência Ativa. Lata 1773. Doc. 61.
- *Correspondência do Governador Luis de Albuquerque a Martinho de Melo e Castro, Secretário da Marinha e Ultramar, com a qual enviar mostra de várias espécies naturais da região da capitania de Mato Grosso.* AHU-ACL-CU. Cx.39. Doc. 49.
- *Correspondência ao Capitão-General comunicando erro na remessa de gêneros.* Fundo: Governadoria. Grupo Secretaria de Governo. Série: Correspondência Ativa. APMT. Lata 1773. Doc. 44. Pará, 26 de junho de 1773.
- *Correspondência do Senado da Câmara de Vila Bela ao Governador Luis de Albuquerque em que discorre acerca a concessão de chão para construção de novas casas em Vila Bela.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Correspondência Ativa. Lata: 1773. 20 de dezembro de 1773.

- *Correspondência do Senado da Câmara a Luis de Albuquerque comunicando sobre a doação de terra devoluta a Francisco de Castro.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade. Lata: 1773. Doc. 61.
- *Correspondência do Senado da Câmara ao Governador Luis de Albuquerque sobre concessão de chão para a construção de casas e inconvenientes das inundações.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Série: Correspondência Ativa. Lata 1773. Doc. 5
- *Correspondência do Senado da Câmara de Vila Bela em que da resposta a carta do governador Luis de Albuquerque sobre a continuação das ruas de Vila Bela.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Correspondência Ativa. Lata: 1773. 27 de dezembro de 1773.
- *Correspondência de Luis de Albuquerque ao Ouvidor Geral Miguel Pereira Prado em que comunica a proibição do uso de armas de fogo por negros e a ida de negras de tabuleiros às lavras.* APMT. Fundo: Justiça. Lata 1773. Correspondência Ativa. Documento nº 126.
- *Correspondência do Senado da Câmara de Vila Bela ao Governador Luis de Albuquerque em que discorre sobre a concessão de chão para construção de novas casas em Vila Bela.* APMT.Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade.Correspondência Ativa. 20 de dezembro de 1773. Lata 1773.
- *Consulta ao Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I sobre a representação dos moradores de Vila Bela em pedem o necessário para a obra da capela-mor da matriz da vila.* AHU-ACL-CU. Cx 17. Doc 46A: 1165. Vila Bela, 19 de agosto de 1777.
- *Correspondência do Provedor da Fazenda Real Filipe José Nogueira Coelho ao Capitão-General na qual comunica a chegada de cavalos, éguas e burros.* APMT. Fundo: Fazenda. Grupo: Provedoria. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1784A. Vila Bela, 28 de outubro de 1784.
- *Correspondência do Capitão João José Cunha ao Capitão-General em que comunica o recebimento de 15 éguas que serão enviadas a Vila Bela.* APMT. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1795A. Vila de Cuiabá, 27 de setembro de 1795.
- *Correspondência dirigida ao Capitão-General em que relata a chegada de gêneros e 20 escravos através da Companhia Geral do Estado.* APMT. Fundo:

Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Ativa. Lata 1773 A. Pará, 26 de julho de 1773.

- *Correspondência do Capitão João José Cunha ao Capitão-General na qual comunica a chegada de éguas vindas do Presídio de Coimbra e que vão para Vila Bela.* APMT. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1795A. Vila de Cuiabá, 28 de abril de 1795.
- *Correspondência do Juiz de Fora João Batista Duarte ao Capitão-General na qual comunica que a encomenda de couro, farinha e toucinho serão enviados para Vila Bela.* Fundo: Justiça. Grupo: Juiz de Fora. Série: Correspondência Ativa. APMT. Lata 1773. Cuiabá, 29 de maio de 1773. Do. 145.
- *Correspondência do Provedor Filipe José Nogueira Coelho ao Capitão – General em que solicita legitime-o na ação das tarefas diárias para arrematação de milho, feijão, farinha, toucinho e azeite da terra.* APMT. Fundo: Fazenda. Grupo: Provedoria. Série: Correspondência Ativa. Lata 1780. Vila Bela, 17 de julho de 1780. Doc. 152.
- *Correspondência de Domingos Sambocete, responsável pelas edificações do Real Forte Príncipe da Beira, dirigida ao governador Luis de Albuquerque.* Fundo: Governadoria. APMT. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Passiva. Lata: 1776 A. Doc. 67.
- *Correspondência de Domingos Sambocete, responsável pelas edificações do Real Forte do Príncipe da Beira ao Governador Luis de Albuquerque.* APMT. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Passiva. Lata: 1776 A. Doc.77.
- *Justificativa para edificação da capela mor da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade.* AHU-ACL-CU. Caixa 19. Doc.1165. 19 de agosto de 1777.
- *Mapa de População de Vila Bela de 1790.* APMT. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Mapa de População. Lata: 1790.
- *Mapa de Receitas de Despesa da Câmara de 1775.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Lata 1776a.
- *Mapa de Receita e Despesa da Câmara de Vila Bela de 1784.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Caixa: 1780 – 1789.
- *Mapa de Receitas e Despesas da Câmara de Vila Bela* Fundo: Senado de Vila Bela. Grupo: Senado da Câmara. Série: Mapa de Receitas e Despesas da Câmara

- da Vila Bela. Caixa 1780 – 1789. APMT. Fundo: Senado da Câmara. Grupo: Câmara de Vereadores. Série: Mapa de Receita e Despesa da Câmara de Vila Bela do ano de 1775.
- *Mapa de Receitas e Despesas. Fundo: Senado da Câmara. Grupo: Senado da Câmara de Vereadores. Série: Mapa de Receita e Despesa da Câmara de Vila Bela do Exercício de 1775. Lata 1776 A. Doc. 29.*
  - *Mapa de Receita e Despesa da Câmara de Vila Bela de 1784. APMT. Fundo: Câmara de Vila Bela. Grupo: Senado da Câmara. Cx: 1784 a 1789.*
  - *Mapa de Receita e Despesa do Senado da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade. APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Mapa de Receitas e Despesas da Câmara de 1775. Lata 1776 A. Doc. 29.*
  - *Mapa de Receita e Despesa. APMT. Fundo: Senado da Câmara. Grupo: Câmara de Vila Bela. Série: Mapa de Receita e Despesa da Câmara de Vila Bela de 1784. Caixa: 1780 – 1789.*
  - *Mapa de Receita e Despesa. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Grupo: Senado da Câmara. Série: Mapa das Vendas da Câmara de Vila Bela do ano de 1787. Lata: Anais do Senado da Câmara dos anos de 1780 a 1789.*
  - *Mapa de Receitas e Despesas. APMT. Fundo: Senado da Câmara. Grupo: Câmara de Vereadores. Série: Mapa de Receita e despesa da Câmara de Vila Bela. Lata 1779 A. Doc. 4.*
  - *Mapa de População. APMT. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Serie: Mapa de População. Lata 1790.*
  - *Ofício de Luis de Albuquerque a Martinho de Melo e Castro, Secretário de estado da Marinha e Ultramar, referente às obras na capital e o novo plano de povoação que mandou fazer. AHU-ACL-CU. Caixa 21. Doc. 1258. 29 de dezembro de 1779.*
  - *Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a pretendida reforma nos exorbitantes soldos militares. AHU-ACL-CU. Cx. 15. Doc. 78. Vila Bela, 5 de abril de 1773.*
  - *Ofício do Governador e Capitão-General Luis de Albuquerque ao secretario de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro com que envia mapa de População da Capitania de Mato Grosso. AHU-ACL-CU. Cx. 15. Doc. 90.*

*Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque a Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, no qual comunica a reforma nos exorbitantes soldos militares. AHU-ACL-CU. Cx. 15. Doc.78. Vila Bela, 5 de abril de 1773.*

- *Ofício do capitão engenheiro Salvador Franco da Mota ao secretário Martinho de Melo e Castro em que pede que o seu soldo seja aumentado porque fez muitas dívidas durante a viagem desde o Rio de Janeiro e os oficiais de Dragões de Mato Grosso ganham o quádruplo do que em Portugal. AHU.ACL CU . Cx. 14. Doc. 17. Vila Bela, 1 de janeiro de 1773.*
- *Ofício do governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro com que envia inventário da quantidade e qualidade da artilharia e munições de guerra existentes na capitania. AHU-ACL-CU. Cx. 15. Doc. 90.*
- *Ofício do secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro ao governador e Capitão-General da capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque acerca das observações que fez o governador sobre os Artigos X, XI do Tratado Preliminar de Limites. AHU-ACL-CU. Cx. 22. Doc. 1322. Lisboa, 02 de maio de 1781.*
- *Ofício do governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretario de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre as melhorias que obrou na capital e o novo plano da povoação que mandou fazer. AHU-ACL-CU. Cx. 19. Doc. 39. Vila Bela, 29 de dezembro de 1779.*
- *Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e castro sobre a dificuldade de saber quantos são os homens brancos capazes de pegar em armas. AHU. NDHIR-UFMT. Cx. 15. Doc. 90.*
- *Ofício do Senado da Câmara de Vila Bela ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luis Pinto de Souza Coutinho, com que responde ao governador focando alguns pontos sobre a policia e a civilidade na capital. AHU-ACL-CU. Cx. 14. Doc. 5. Vila Bela, 3 de fevereiro de 1770.*
- *Portaria imposta por Luis de Albuquerque, pela qual obriga a retirar dos soldos dos militares contribuição anual para a festa de Santo Antonio dos Militares.*

APMT. Livro de Registro de Portarias, Bandos e Editais (1772-1785). Livro: C. Folha: 172. Estante 01.

- *Relatório sobre a Receita e Despesa da Câmara desta Vila, referente ao ano de 1779.* APMT. Fundo: Senado da Câmara de Vila Bela. Grupo: Câmara de Vila Bela. Série: Balanço e Balancete. Doc.61.

➤ **Impressas:**

*Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o Descobrimento do Sertão de Mato Grosso no Ano de 1734.* In. Revista do Arquivo Público de Mato Grosso: Volume 1. N° 2. Cuiabá-MT, setembro de 1982 a fevereiro de 1983.

COELHO, Filipe José Nogueira. *Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso: Principalmente das Provedorias da Fazenda Real e Intendência do Ouro.* In. Revista Trimestral de História e Geografia, 2ª Trimestre. Rio de Janeiro-RJ, 1850.

*Instruções aos Capitães-Generais.* IHGMT. Cuiabá-MT, 2001.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Enfermidades Endêmicas da Capitania de Mato Grosso.* In. FONTES, Gloria Marly Duarte de Carvalho. *Alexandre Rodrigues Ferreira: Aspectos de sua vida e obra.* Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia: Manaus-AM 1993.

FREIRE, Gilberto. *Contribuição para uma Sociologia da Biografia – O exemplo de Luis de Albuquerque governador de Mato Grosso no final do século XVIII.* Editora Fundação Cultural de Mato Grosso: Cuiabá -MT, 1978.

FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil (1875 – 1878).* Volume 1°. Tipografia de Pinheiro e Cia: Rio de Janeiro-RJ, 1881.

LEVERGER, Augusto.(Barão de Melgaço). *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso.* IHGMT. Cuiabá-MT, 2001.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses (1º volume).* Escola de Typografia Salesiana. Niterói-RJ, 1919.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil.* Biblioteca Reprográfica Xerox. Rio de Janeiro, 1985.

MELLO, Francisco Pedro. *Diário da Diligência.* IHMT. Cuiabá-MT, 2001.

ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. Posturas da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade-1753. In: Territórios e Fronteiras: *Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Volume 3. Nº 1. UFMT: Cuiabá-MT, Jan/Jun de 2002.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Anais de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001.

TAUNAY, Alfredo d'Escregnole (Visconde de Taunay). A Cidade do Ouro e das Ruínas. IHGMT: Cuiabá-MT, 2001.

*Tratados de Limites Internacionais que Interessam a Mato Grosso*. IHGMT: Cuiabá-MT, 2002.

➤ **Iconográficas:**

GARCIA, João Carlos. & GUERREIRO, Inácio. & FENANDES, Daniela Teixeira (Coordenadores). *A mais Dilatada vista do Mundo: Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua*: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobertos Portugueses, Lisboa, 2002.

NUNES, José Maria de Souza & ADONIAS, Isa. *Real Forte Príncipe da Beira*. Fundação Emilio Odebrecht: Rio de Janeiro-RJ, 1985.

PROJETO FRONTEIRA OCIDENTAL: Vila Bela da Santíssima Trindade – Índice Iconográfico de Referência. Coordenadoria de Preservação Cultural. Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico. Relatório Final Fase 1. Cuiabá-MT, julho 2002.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Edusp: São Paulo-SP, 2000.

RONDON, Candido Mariano da Silva. *Relatório da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Papelaria Luiz Macedo: Rio de Janeiro-RJ, s/d.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

ASSIS, Edivaldo de. *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*. Edições UFMT/PROAD: Cuiabá-MT, 1988.

ARGAN, Giúlio Carlo. *História da Arte como História da Cidade* (Tradução pies Luigi Cabra) 4ª edição. Martins Fontes: São Paulo-SP, 1998.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana). USP-FFCL. Boletim 8. Nº 28. Geografia nº 11: São Paulo-SP, 1956.

BASTOS Rodrigo Almeida. *A Arte do Urbanismo Conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Mina Gerais na primeira metade do século XVIII*. Texto digitado.

BICALHO, Maria Fernanda B. O urbanismo Colonial e os símbolos do Poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. In: *Estudos ibero-americanos*. PUCRS. Volume XXIV. Nº 1. Junho de 1998.

\_\_\_\_\_. *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Civilização Brasileira Editora: Rio de Janeiro-RJ, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da História (ou o Ofício do Historiador)*. (tradução André Telles). Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro-RJ, 2001.

BOSCHI, Caio. Administração e Administradores no Brasil Pombalino: Os governadores da Capitania de Minas Gerais. In: *Revista Tempo*. Nº 13. 7 Letras/UFF. Julho, 2003.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (organizadores). *Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História* (tradução Marcella Mostara e Anamaria Skinner). Editora UFRJ: Rio de Janeiro-RJ, 1998.

BRESCIANNI, Maria Stella. *História e Historiografia das Cidades, um processo*. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. (org) Marcos Cezar de Freitas. Contexto: São Paulo-SP, 2003.

BURKE, Peter. *A Escrita da História* (tradução Magda Lopes). Editora UNESP: São Paulo-SP, 1992.

CANAVARROS, Otávio. *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727-1752)* Ed. da UFMT: Cuiabá-MT, 2004.

CARVALHO, Glória Marly Duarte de. *Alexandre Rodrigues Ferreira: aspectos de sua vida e obra*. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Bélem-PA, s/d.

- CASTELNAU, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul* (Tradução Olivério M. de Oliveira Pinto). Tomo II. Cia Editora Nacional: São Paulo-SP, s/d.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista – A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro-RJ, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano – artes de fazer*. (Tradução de Ephaim Ferreira Alves). Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A Escrita da História*. (tradução Maria Manuela Galhardo). Editora Bertrand Brasil S/A: Rio de Janeiro-RJ, 1990.
- CORRÊA Filho, Virgílio. *Luiz de Albuquerque – Fronteiro Insigne*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro-RJ, 1942.
- \_\_\_\_\_. *História do Mato Grosso*. Fundação Júlio Campos: Várzea Grande-MT, 1994.
- COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciência, Saúde*. Volume III. (Suplemento). Manguinhos, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Percorrendo manuscritos: Entre Langsdorff e D’Alincourt*. UFMT: Cuiabá-MT, 1993.
- D’ALICOURT, Luiz. *Resultado dos Trabalhos e Indagações Estatísticas da Província de Mato Grosso*. In: *Annais da Biblioteca Nacional*. Tomo III, 1877-1878.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil Colônia-Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Edições ALVA-CIORD, 1997.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa-Portugal, 2000.
- FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Dissertação de Mestrado. UFMT: Cuiabá-MT, 2003.
- FONSECA, Claudia Damasceno. *O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações*. In. LPH-Revista de História. Nº 7. Editora da UFOR: Ouro Preto-MG, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Micro Física do Poder* (Tradução Roberto Felipe Baeta Neves). 6ª edição. Edições Graal: Rio de Janeiro-RJ, 1989.
- FURTADO, Junia Ferreira. *Desfilar: A Procissão Barroca*. In *Revista Brasileira de História*. Editora Unijui. Volume 17. Nº 33. São Paulo-SP, 1997.

- LEITE, Luis Philippe Pereira. *Vilas e Fronteiras Coloniais*. IHGMT: Cuiabá-MT, s/d.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. (Tradução Bernardo Leitão). 4ª ed. Editora da UNICAMP: Campinas-SP, 1996.
- LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização: O comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração*. UFMT- Imprensa Universitária-PROEDI: Cuiabá-MT. 1982.
- LIMA, Edevamilton Oliveira. *A Povoação Regular de Casalvasco e a Fronteira Oeste do Brasil Colonial (1783-1802)*. Dissertação de Mestrado. UFMT: Cuiabá-MT, 2003.
- MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, Fidalgos e Contratadores de Tributos no Brasil Colonial*. Coopermídia, Unafisco / Sindifisco: Brasília-DF, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. (Tradução Antonio de Pádua Danesi). 2ª edição. Paz e Terra: Rio de Janeiro-RJ, 1996.
- MEIRELLES, Denise Maldi. *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, Século XVIII*. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 1989.
- MIRANDA, Leonete e AMORIM, Lenice. *Mato Grosso: Atlas Geográficos*. Entrelinhas: Cuiabá-MT, 2000.
- MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. *Vila Maria do Paraguai: Um espaço planejado para consolidar a fronteira Oeste (1778-1801)*. Dissertação de Mestrado. UFMT: Cuiabá-MT, 2003.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. (Tradução Neil R. da Silva) 4ª edição. Martins Fontes: São Paulo-SP, 1998.
- NOVAIS, Almeida Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª edição. HUCITEC: São Paulo-SP, 1986.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *ALMUTHASIB - Considerações sobre o direito de almotaxaria nas cidades de Portugal e suas colônias*. In. *Revista brasileira de História*, vol.21, nº 42. Humanitas Publicações. São Paulo-SP, 2001.
- \_\_\_\_\_. De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In: Maria Angélica Sollar e Maria Izilda S. Matos (org.) *A Cidade em Debate*. Editora Olho D'água: São Paulo-SP, 2000.
- \_\_\_\_\_. Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino. In. *Revista Agora*. Volume 1. Nº 1. Editora da UNISC: Santa Cruz do Sul-RS, março de 1995.

PRIORE, Mary Del. *Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: A importância dos Arquivos no cotidiano do historiador*. In: *Territórios e Fronteiras. Revista de Pós-Graduação em História da UFMT*. Volume 3. Nº 1. Cuiabá-MT, jan / jun de 2002.

\_\_\_\_\_. *Ritos da vida privada*. In: *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa* (Coord. Geral Fernando A. Novais; Org. Laura de Mello e Souza). Cia das Letras. São Paulo-SP, 1997. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. *História do cotidiano e vida privada*. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (org). *Domínios da História*. Campus: Rio de Janeiro- RJ, 1997.

\_\_\_\_\_. *Festa e utopias no Brasil Colonial*. Brasiliense: São Paulo-SP.

\_\_\_\_\_. *O mal sobre a Terra: Uma história do terremoto de Lisboa*. TOPBOOKS Editora e Distribuidora de Livros LTDA: Rio de Janeiro-RJ, 2003.

REIS, Nestor Goulart. *Imagem de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. EDUSP: São Paulo-SP, 2000.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: Experiência da Micro-Análise* (tradução Dora Rocha). Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro-RJ, 1998.

ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vida Urbana em Mato Grosso no Século XVIII: 1722-1808)* Tese de Doutorado. USP: São Paulo-SP, 1996.

SANTOS, Afonso Costas Veiga. *Luis de Albuquerque de Mello e Cáceres: Capitão-General e Governador de Cuiabá e Mato Grosso*. Edição RISMA: Arouca, 2001.

SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro-RJ, 2001.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Reflexões sobre a Capitania do Mato Grosso*. Editora da UFMT: Cuiabá-MT, 1975.

SILVA, Jovam Vilela da. *O Antemural de todo o interior do Brasil – A fronteira possível*. *Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Volume 03. Nº 02. UFMT: Cuiabá-MT, jul / dez 2002.

\_\_\_\_\_. *Mistura de Cores (Política de Povoamento de Mato Grosso– Século XVIII)*. Editora UFMT: Cuiabá-MT, 1995.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *As Câmaras de Vereadores no Século XVIII*. Real Gabinete português de leitura: Rio de Janeiro-RJ, 2000.

\_\_\_\_\_. *Governantes de Mato Grosso*. Edição do Arquivo Público de Mato Grosso: Cuiabá-MT, 1993.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antonio de Lisboa Militar no Brasil*. Livraria José Olimpio Editora: Rio de Janeiro-RJ, 1942.

VEIGA, Afonso Costa Santos. *Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres – Governador e Capitão-General de Cuiabá e Mato Grosso*. Edição RIRSMA: Arouca, 2001.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. *Vida Urbana – A Evolução do Cotidiano da Cidade Brasileira*. Ediouro: Rio de Janeiro-RJ, 2001.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. (tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp). 4ª edição. Editora UNB: Brasília-DF, 1998.

VOLPATO, Luiza R. Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza – Formação da fronteira oeste do Brasil*. HUCITEC: São Paulo-SP, 1987.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)